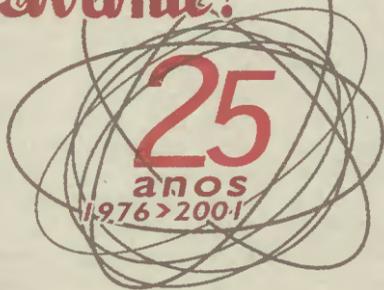


Avante!

festa Avante!



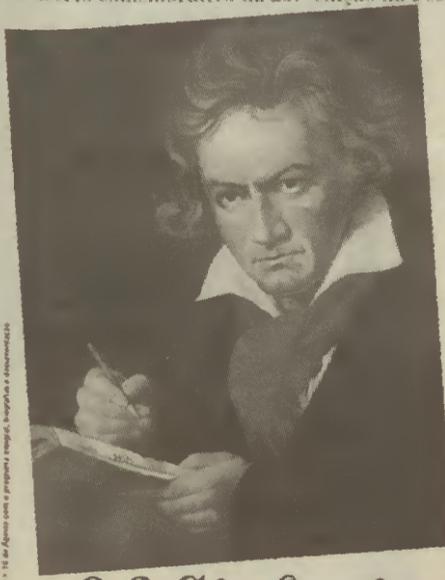
Os artistas da Festa!



Adquire a EP Festa! Ajuda a Festa! Rádio Macau Companya Eléctrica Dharma Cotalunha

Nesta edição damos a conhecer os principais artistas e espectáculos que vão animar a Festa do Avante!. Há novidades para todos os gostos e razões de sobra para nos dias 7, 8 e 9 de Setembro marcar encontro na Atalaia.

QUINTA DA ATALIAIA • SEXTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 2001 • 22H00
Concerto comemorativo da 25.ª edição da Festa do «Avante!»



9.ª Sinfonia Beethoven

Pela primeira vez em Portugal num palco ao ar livre
170 músicos e cantores
Nona Sinfonia

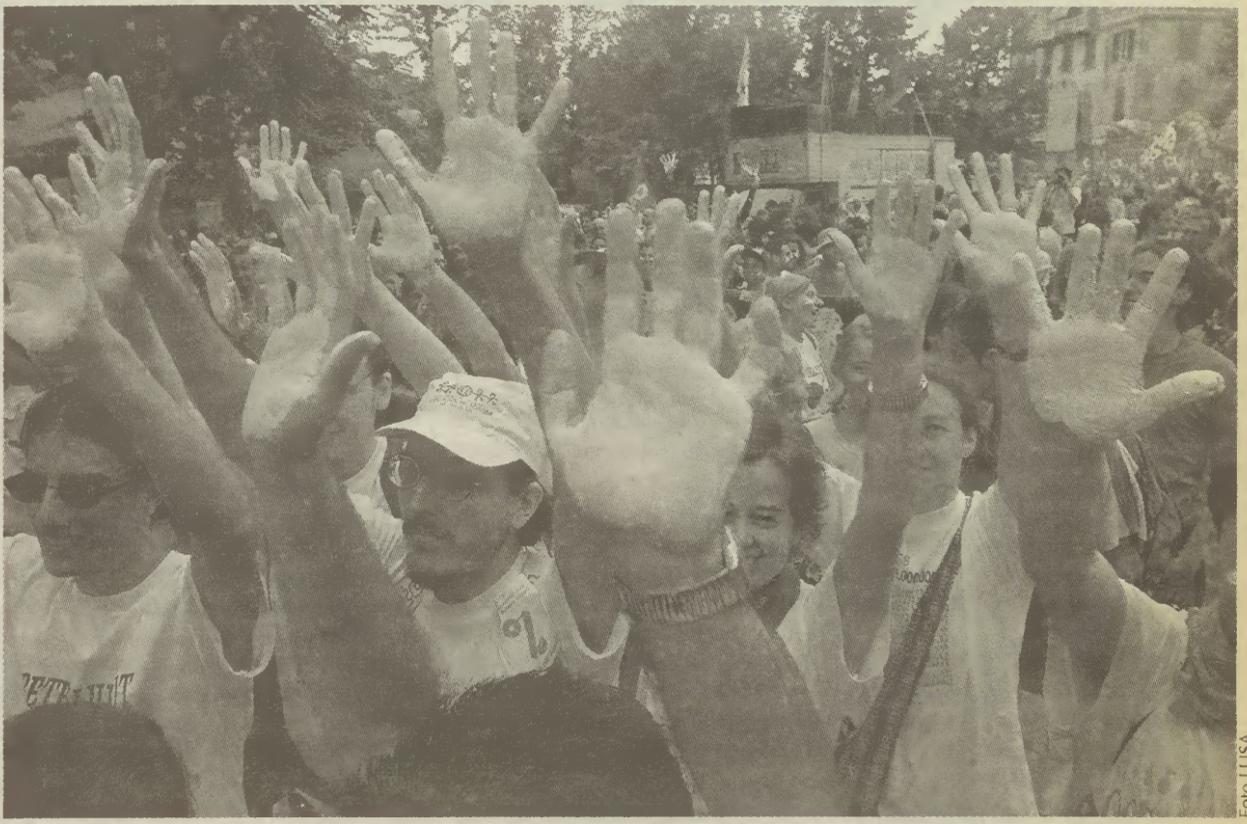


Foto LUSA

A repressão não calou os protestos

Marcha histórica em Génova

A tentativa de abafar as reivindicações que mais de duzentas mil pessoas levaram às ruas de Génova, na Manifestação Internacional de dia 21 em que os portugueses também marcaram presença, designadamente uma delegação do PCP, confirma a ideia de que os protestos contra a globalização imperialista têm vindo a originar uma violência policial, e política, cada vez mais brutal e reveladora do espírito totalitário com que as grandes potências encaram a luta progressista dos povos.

Centrais

Évora

Água tem qualidade

O PCP denuncia a campanha infundada e alarmista do PS, com fins «unicamente eleitoralistas», a propósito da qualidade da água da rede de abastecimento público de Évora.

Pág. 7

Forças Armadas

Desmotivação e mal-estar

A política do Governo para as Forças Armadas está na origem do clima de desmotivação, inquietação e mal-estar que se vive neste sector, acusou o PCP em conferência de imprensa na sexta-feira.

Pág. 8

Argentina

Greve geral

A Argentina parou na sexta greve geral desde que Fernando de la Rúa assumiu o poder, há 19 meses. Um recorde significativo da crise no país e do repúdio que merece o plano de austeridade do governo.

Pág. 15

Segurança Social

CGTP exige coerência

A Inter recusa uma regulamentação «espartilhada» da Lei de Bases da Segurança Social e rejeita «o afunilamento das questões de regulamentação no cálculo das pensões de reforma».

Pág. 16

Avante!
Proletários de todos os países
UNITE-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00

EUROPA
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Manifestantes de todas as idades convergiram para Génova

Resumo

18 Quarta-feira

A CGTP aprova uma resolução que contém as linhas mestras que deverão reger a regulamentação da lei de bases da Segurança Social • A junta militar birmanesa liberta 11 membros da Liga Nacional para a Democracia, entre os quais a primeira mulher jornalista na Birmânia e quatro deputados • O Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas revela que Portugal está a negociar um acordo com a Ucrânia para combater a entrada ilegal de ucranianos em Portugal • O Parlamento sul-coreano pede ao Governo que se empenhe numa campanha contra a atribuição ao Japão de um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações.

19 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, mostra-se preocupado com a eventualidade de o Governo cortar «às cegas» nas despesas com o património e criticou a «falta de legislação» para proteger os interesses culturais do País • Vinte militantes do PCP partem rumo a Génova para participarem no Forum Social que decorre em paralelo à Cimeira do G8 • Os trabalhadores da Rodoviária de Lisboa suspendem greve depois de a administração da empresa ter aceite as reivindicações de aumentos salariais superiores a 4 por cento • Mais de uma centena de trabalhadores da Empresa Electromecânica PREH, na Trofa, cumprem um dia de greve junto à fábrica em protesto contra o despedimento colectivo de 22 pessoas.

20 Sexta-feira

O pessoal de terra da TAP apresenta uma queixa à Inspeção Geral do Trabalho contra a administração da empresa por violação da lei da greve • Os líderes dos sete países mais ricos do mundo e Rússia reúnem-se em Génova numa cimeira de três dias dedicada aos grandes temas globais • Carlo Giuliani é morto durante uma manifestação à margem da cimeira do G8 • O presidente da Conferência sobre o clima em Bona, Jan Pronk, apela aos ministros do Ambiente dos 180 países participantes para que concluem um acordo sobre o aquecimento global na base do Protocolo de Quioto.

21 Sábado

Classificando de um «duplo escândalo» o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, criticou o ao Governo devido à privatização da Brisa • A Liga dos Bombeiros Portugueses faz um ultimato ao Ministério da Saúde para, no prazo de 45 dias, regularizar a dívida de 750 mil contos pelos serviços prestados a utentes do Serviço Nacional de Saúde • A Assembleia Nacio-

nal da Indonésia aprova o início do processo formal da destituição do presidente Abdurrahman Wahid • Yasser Arafat pede a intervenção dos líderes reunidos em Génova para pôr cobro à «agressão israelita» • Os delegados internacionais presentes na conferência sobre o clima a decorrer em Bona afirmam que um acordo destinado a salvar os princípios acordados em 1997 no Protocolo de Quioto é cada vez mais improvável.

22 Domingo

As assembleias municipais de Grândola, Sines e Santiago do Cacém decidem apresentar ao Governo e aos grupos parlamentares da Assembleia da República um protesto «pelo estado calamitoso em que se encontra o IP8», rodovia estruturante do litoral alentejano • Helicópteros israelitas atacam a casa de um responsável do movimento islamita palestino Hamas em Jénine, no Norte da Cisjordânia • O chefe de governo britânico, Tony Blair, revela em Génova a intenção do G8 lançar, este ano, um novo ciclo de negociações internacionais sobre o comércio mundial • O atleta português Bruno Saramago conquista a medalha de prata na final masculina dos 5000 metros, durante os Campeonatos da Europa de Atletismo.

23 Segunda-feira

A administração da TAP retoma as negociações com os trabalhadores sobre os aumentos salariais • Um recluso do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo cumpre uma greve de fome, protestando pela sua transferência para a Unidade Livre de Drogas da cadeia de Santa Cruz do Bispo • O parlamento indonésio destituiu Abdurrahman Wahid do lugar de presidente e nomeia Megawati Sukarnoputri para o cargo • O Bispo do Uíge, D. Francisco da Mata Mourisca, afirma que o governo angolano «é o mais incontestável responsável pela paz», acrescentando que «nesta militância pela paz, a UNITA não pode ficar de lado», «devendo colaborar no sentido da reconciliação do país».

24 Terça-feira

O PCP acusa o PS de «campanha alarmista», em relação à qualidade de água que se bebe em Évora • Nove civis são mortos e 30 ficam feridos em combates entre o exército macedónio e a guerrilha albanesa do UCK • Dezoito pessoas morrem na sequência do ataque lançado pelos separatistas tamiéis contra o aeroporto internacional do Sri Lanka e uma base aérea próxima • A polícia angolana detém o vice-administrador municipal do Huambo, Matias Cassoma, acusado de ter morto a tiro o jornalista Alegria Gustavo, que trabalhava para a Rádio Nacional de Angola.

Aconteceu

Nascem menos crianças em Portugal

O número de bebés nascidos em Portugal no primeiro trimestre deste ano foi inferior em 792 ao de pessoas que morreram, revelam dados agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Já no primeiro trimestre do ano passado o chamado crescimento natural da população fora negativo, então com um saldo de menos 3510 efectivos. No entanto, o cômputo total do ano 2000 foi largamente positivo, com um aumento de 14644 pessoas.

Nos primeiros três meses de 2001 o número de nascidos vivos de mães residentes em Portugal foi de 27749 (menos 3,3% que os 28706 do período homólogo do ano transacto). Também o número de óbitos de residentes em Portugal registado entre Janeiro e Março deste ano (28541) desceu comparativamente ao primei-

ro trimestre 2000, período em que foram contabilizadas 32216 mortes (o que corresponde a um decréscimo de 11,4%).

Segundo o INE, a principal causa de morte continua a ser as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 40,5% do total, seguidas dos tumores malignos (19,6%). Mantêm valores significativos a pneumonia (4% das mortes) e a diabetes mellitus (3,3%). As causas externas de lesões traumáticas, em que se incluem os acidentes de viação, provocaram 3,2% do total de óbitos.

Os dados revelam ainda que o número de casamentos celebrados em Portugal no primeiro trimestre deste ano (7435) foi de menos 13,2% que no período homólogo de 2000 (8562). O número de divórcios caiu igualmente, neste caso 12,3%, passando de 5323 para 4670.



Gastão Cruz galardoado com prémio D. Dinis

O poeta Gastão Cruz foi galardoado com o Prémio D. Dinis. O prémio foi atribuído ao seu último livro «Crateras», em cerimónia realizada, domingo passado, em Vila Real.

O poeta nasceu em Faro, em 1941. Aos 20 anos participou no volume colectivo «Poesia 61», que marcou em Portugal uma ruptura na linguagem

poética, reunindo alguns dos poetas mais importantes dessa geração.

Com 40 anos de vida literária e mais de duas dezenas de obras publicadas, Gastão Cruz sublinhou, com humor, ao receber o prémio literário, que tal distinção «parece ser a única forma um pouco aleatória de mecenato que resta para,



Jornalistas assassinados

Trinta e três jornalistas e outros profissionais da imprensa foram mortos desde o início deste ano, contra 30 no mesmo período do ano anterior, informou, em Paris, a Associação Mundial dos Jornais (AMJ).

Um terço destes assassinatos verificou-se na América Latina e, só na Colômbia, foram mortos oito profissionais da comunicação social.

Nove jornalistas foram igualmente mortos na Ásia, dos

quais cinco nas Filipinas.

Constata-se um aumento preocupante das agressões usadas como represálias, em especial em Espanha, onde a organização separatista basca ETA não hesita em atacar os *media*.

Jornalistas foram igualmente assassinados em 18 outros países, nomeadamente Argélia, México, Iraque e China.

Embora o número de jornalistas mortos este ano seja superior ao

verificado no mesmo período do ano passado está longe dos 43 profissionais mortos em 1999, «período em que as guerras na Jugoslávia e na Serra Leoa fizeram subir o número total de vítimas», sublinhou a AMJ.

A AMJ representa 17000 jornais e inclui entre os seus sócios 67 associações de jornais, de dirigentes de jornais em 93 países, 17 agências e oito grupos de imprensa regionais e mundiais.

FENPROF critica actuação do ME

A Federação Nacional dos Professores considerou insatisfatória a actuação do Ministério da Educação, em matéria de negociação sindical durante o ano lectivo de 2000/2001, e exigiu da actual equipa o respeito absoluto pelos compromissos firmados.

Em conferência de imprensa realizada segunda-feira, a FENPROF sublinhou que, apesar de a pasta da Educação ter tido, ao longo do ano lectivo, três ministros diferentes, a mudança «não operou transformações significativas».

Desta nova equipa ministerial, a federação exige o cumprimento do acordo firmado a 11 de Junho sobre

materias fundamentais, nomeadamente as relacionadas com a aposentação dos professores, o regime de colocações e concurso de docentes, assim como o horário lectivo.

No que respeita ao regime de colocações de docentes, o Ministério da Educação comprometeu-se a vincular os professores profissionalizados e discutir os critérios de vinculação dos professores com habilitação própria, bem como negociar todas as questões relativas às condições de trabalho e à redução do tempo

de serviço para aposentação.

Da nova equipa ministerial a FENPROF exige também a resolução do problema do ensino especial, ou seja, da redução do número de destacamentos de professores para apoio a crianças com necessidades educativas especiais.

A gestão e autonomia das escolas e a reorganização da rede escolar que «não deverá avançar sem o recurso a um amplo debate com as escolas, os pais e as autarquias», são outras questões prioritárias para a FENPROF.



Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Confissões de um call-boy

A estreia política de Berlusconi, Fini e Bossi ficou marcada pelo sangue e pela violência. Como vem sendo hábito (revelador), a enorme manifestação pacífica de Génova contra a Cimeira dos G8 foi praticamente ignorada pela comunicação social, que apenas focou os actos de violência. A principal violência, a que usou armas de fogo e matou, veio das «forças da ordem». Já fora assim em Gotemburgo. Os outros desacatos e violência gratuita não resultaram apenas de manifestantes mais radicais: foram também obra de provocadores. Um dos organizadores da manifestação de Génova afirmou que «recolhemos provas fotográficas da presença nos cortejos de hoje de agentes infiltrados e outras que mostram como o chamado *Black Block* [grupo alegadamente anárquico responsável pela destruição de lojas e automóveis] e os *Carabinieri* [forças policiais militarizadas] agiram em conjunto. Há até quem saia das esquadras já vestido de preto e de moça na mão» (*Corriere della Sera*, 22.07.01). Talvez para tentar impedir que tais provas fossem tornadas públicas, na própria noite em que estas declarações foram feitas, forças policiais italianas invadiram e saquearam a sede do *Genoa Social Forum*, destruindo tudo o que encontraram e provocando dezenas de feridos.

Uma pequena amostra daquilo que enfrentam os povos

A criminalização dos protestos e a violência policial, exigem que os trabalhadores e os povos redobrem as cautelas para evitar provocações, sem deixar de exercer os seus direitos democráticos. Que desenvolvam a sua luta, sem ser desviados por forças com outros objectivos. E exigem de todos uma

maior consciência sobre a real natureza de quem comanda a actual globalização imperialista.

Os acontecimentos de Génova são uma pequena amostra daquilo que enfrentam os povos que estão na primeira linha das ofensivas do imperialismo. Que o digam os povos dos Balcãs. O primeiro-ministro da Macedónia, Georgievski, acusou americanos e europeus de apresentarem um «ultimatum» com vistas «à desintegração da Macedónia». E foi mais longe, afirmando que «as acções terroristas [do UÇK] são levadas a cabo com o apoio logístico das chamadas democracias ocidentais» [CNN, 19.07.01]. Os dirigentes da Macedónia devem sentir-se particularmente traídos pois haviam-se «portado bem». Ainda há pouco tempo eram descritos como «pró-ocidentais». Mas os «amigos» de ontem são deitados fora quando deixam de servir os objectivos do imperialismo. É uma realidade que conhecem bem Noriega, Fujimori, os talibãs afeçãos. E que o actual primeiro-ministro sérvio, Zoran Djindjic, receia vir a conhecer dentro em breve. Talvez seja essa a explicação para uma curiosa entrevista que deu à revista alemã *Der Spiegel* (15.07.01). Queixa-se Djindjic: «Devo confessar que estou chocado com a farsa do «auxílio ocidental» [em troca do rapto e entrega ilegal de Milosevic ao tribunal da NATO - N.A.] que era suposto totalizar 1,2 mil milhões de dólares. [...] Em Agosto deveríamos receber um primeiro montante de 300 milhões de Euros. De repente informam-nos que 225 milhões serão retidos para pagar [aos grandes bancos ocidentais - N.A.] velhas dívidas [...]. Se não recebermos dinheiro já [...] haverá desordens sociais. [...] Temos 600 000 refugiados que são um pesado fardo para as nossas finanças e 100 000 trabalhadores perderão os seus empregos como resultado das transformações da nossa economia

que foram exigidas como condição prévia para os créditos dos doadores ocidentais. [...] Quando eu estava na oposição a UE prometeu-nos 3 mil milhões de marcos alemães para derrubar Milosevic. Onde está esse dinheiro?» Quando o entrevistador pergunta se haverá uma nova guerra, Djindjic responde: «Haverá crises na Vojvodina, no Montenegro, no Kosovo, no Sandjak, no sul da Sérvia. [...] Mas para estas crises já haverá dinheiro nos orçamentos dos governos ocidentais.»

O arrufo entre a *call-girl* sérvia e os seus «empresários» ocidentais revela uma questão central: a globalização imperialista vai de mãos dadas com a militarização e a guerra. Um movimento de oposição à dominação do mundo pelo grande capital e os Estados ao seu serviço não pode deixar de colocar a luta pela paz como um objectivo central. As ilusões a esse respeito pagar-se-iam caro.

Editorial

MONCADA 26 DE JULHO

Se é verdade que uma luta não se traduz, sempre e inevitavelmente, numa vitória – e muito menos numa vitória imediata – é igualmente verdade que sem a luta nenhuma vitória se alcança.

Daí a importância da luta – sempre e, talvez especialmente, quando a dimensão dos obstáculos que se lhe opõem a torna mais difícil. Sendo assim para as lutas do dia-a-dia, é-o ainda mais quando o que está em causa é o objectivo de transformar o Mundo.

Daí, também, a intensa ofensiva ideológica do capitalismo que, através de múltiplos e diversificados caminhos, procura fechar os trabalhadores e os povos no beco sem saída do conformismo e da passividade, apresentando-lhes o sistema dominante como coisa imutável – *o fim da história, a ordem natural das coisas* – contra a qual não só não se justifica, como é inútil lutar... Ora, como a história nos ensina, e amiúde tem sido sublinhado, todas as conquistas e avanços dos trabalhadores e dos povos foram

dos objectivos de Moncada – Fidel, Raul, Camilo, Ramiro, Guevara...

A lucidez, a coragem e a determinação revolucionárias patentes na acção do 26 de Julho tiveram a sua continuidade nos anos heróicos de luta que culminaram com o triunfo da Revolução e nas mais de quatro décadas de construção do socialismo que se lhe seguiram. E esse é um dado fundamental para compreender a situação cubana, para compreender as origens da sólida consciência revolucionária do povo de Cuba, evidenciada na sua notável capacidade de resistência e de luta.

A Revolução contou, desde o início, com o apoio dos explorados de todo o Mundo e com a solidariedade activa da União Soviética e dos restantes países socialistas; teve contra ela, também desde o início, o imperialismo norte-americano e todos os seus fiéis servidores – e foi e é Revolução porque o povo cubano assim quis e quer. Quando, após a derrota do socialismo naqueles países, os EUA acentuaram e intensificaram o bloqueio, a imensa maioria dos analistas políticos decretou que a existência de Cuba socialista era uma questão de «dias», ou de «semanas», ou de «meses»... Dez anos passados, é bem possível que nenhum desses analistas se tenha interrogado sobre as causas do fracasso das suas previsões. E se algum, por acaso, o fez, o mais provável é que não lhe tenha ocorrido pensar que nenhum governo de nenhum país resistiria com êxito a uma ofensiva com a força e a dimensão da que foi desencadeada contra Cuba sem a intervenção determinada, consciente e colectiva do povo.

“Em 26 de Julho de 2001... Cuba, naturalmente, continua a resistir”

alcançados através da luta e a construção de uma sociedade nova é um processo difícil, complexo, moroso, com avanços e recuos, com vitórias e derrotas, um processo no qual cada tentativa, ainda que derrotada, é sempre um passo em frente, pelas sementes de futuro que semeia.

O assalto ao Quartel de Moncada, de que hoje se comemora mais um aniversário, e a história subsequente de Cuba, são exemplares a esse respeito. O grupo de jovens revolucionários cubanos que, em 26 de Julho de 1953, se lançou ao assalto do céu, protagonizou um acontecimento cujo significado atingiu um valor e uma dimensão que ultrapassaram as fronteiras da pátria de José Martí. Apesar de derrotados, os revolucionários do 26 de Julho deram início, de facto, a uma fase nova e decisiva da luta do povo de Cuba pela sua liberdade e pela independência da sua pátria: confirmaram a indispensabilidade da luta e definiram com rigor as formas que ela deveria assumir naquela situação concreta; cimentaram as raízes da revolução necessária; inauguraram o primeiro dia de um tempo novo.

Em Moncada, foi derrotada uma acção – não os ideais que a suportaram nem a lucidez, a coragem e a determinação revolucionárias dos que a concretizaram. Muitos dos heróis do 26 de Julho foram assassinados, muitos outros foram presos – entre estes Fidel: «Condenai-me, não tem importância, a História me absolverá», assim concluiu ele a sua histórica defesa perante o tribunal do ditador Baptista. Três anos depois, o *Granma* desembarcava em Cuba transportando – entre outros portadores dos ideais e

Em 26 de Julho de 2001... Cuba, naturalmente, continua a resistir – num contexto internacional complexo, recheado de perigos e ameaças mas onde emergem, também, importantes e positivos sinais de resistência. Num contexto marcado, por um lado, pela acentuação da exploração e da injustiça, traduzida nomeadamente no aprofundamento do fosso entre ricos e pobres; pela violação e desprezo crescentes – por parte do grande capital e dos governos que o representam – de importantes direitos dos trabalhadores, conquistados através de históricas lutas; pela arrogância belicista do imperialismo norte-americano que prossegue os ensaios do escudo antimísseis e dá passos em frente com a sinistra *guerra das estrelas*; pelo avanço da opressiva globalização imperialista que aperta os seus poderosos tentáculos visando o domínio absoluto do Planeta. Num contexto marcado, por outro lado, por um impetuoso desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos: luta que, em cada país, se centra em justas reivindicações imediatas dos trabalhadores e na exigência da mudança das políticas levadas a cabo, mas que assume, igualmente, significativas linhas de combate à globalização imperialista e às suas consequências – de que é exemplo a impressionante manifestação internacional de mais de 200 mil pessoas, em Génova; luta que preocupa e amedronta os *donos do Mundo* e que, por isso mesmo, é necessário continuar, ampliar, intensificar.



Actual Ao qu'isto chegou!

• José Casanova

Cavaco Silva foi a Coimbra contar «Uma experiência de negociação» — estória, ao que parece, ocorrida com o próprio nos tempos em que nos primeiros ministérios e, portanto, baseada em factos verídicos (como é uso dizer-se agora em todos os filmes que as televisões nos trazem a casa). Tratando-se de quem se trata, há-de ter sido uma «experiência» de alto lá com ela. Por isso se estranha que nenhum jornal nos tenha dito que «experiência» foi essa e que todos os jornais tenham dado assinalável destaque às «considerações» sobre a economia do País produzidas pelo ex-primeiro-ministro. O que torna legítimo concluir que: ou a estória da «experiência» do ex-candidato presidencial não valia um chavo, ou os jornalistas presentes consideraram, todos, que as tais «considerações» é que eram a razão da deslocação de Cavaco a Coimbra — ou ambas as coisas, talvez. Por mim, estou em crer que o Professor



Cavaco anda com apetites mediáticos e que a representação de Coimbra foi, acima de tudo, um pretexto para aparecer nos jornais e nas televisões e desancar o Governo do Engenheiro Guterres. Com aqueles ares e poses de quem condescende a distribuir umas migalhas do seu imenso saber à turba ignara, o Professor, magistral, desvendou que a situação do País «pode tornar-se muito difícil» já que, asseverou, ela «é complicada», pelo que, advertiu misteriosamente, «temos de ter cuidado nas palavras»... E encerrou a lição com a seguinte tirada popular: «Vamos pôr uma velinha a Nossa Senhora de Fátima e esperemos que isto se endireite muito rapidamente.» Dando como certo que «isto» que Cavaco Silva espera que «se endireite muito rapidamente» é a situação económica, louvem-se-lhe a originalidade da análise produzida, a profundidade da inteligência, o rigor do raciocínio, o «cui-

dado nas palavras»... — para além do fino humor e da subtil ironia, obviamente.

Como vem sendo hábito, correu Guterres a responder-lhe e fê-lo, presumo que por mero acaso, na mesma cidade de Coimbra: cheio de razão, negou a Cavaco «qualquer autoridade moral» para criticar o actual Governo dado que, quando lá esteve, fez essencialmente o mesmo que agora tem sido feito — o que é verdade, como toda a gente sabe e quase toda a gente diz. Quedasse-se o actual Primeiro-Ministro por estas verdades e teria marcado pontos à farta (quanto muito, apenas algum «dogmático» lembraria que a política de direita é de direita seja quem for que a pratique). Mas não: o Professor trouxe à colação Nossa Senhora de Fátima e o Engenheiro, não lhe querendo ficar atrás, persignou-se e seguiu-lhe o rasto: «Para resolver os problemas económicos do País dou muito valor à oração, mas apenas na componente individual da vida das pessoas.»

Senhores!, ao qu'isto chegou!

A droga do Portas

• Carlos Gonçalves

Em Inglaterra, o «Times» de sábado 14.07, a «BBC» e a «BBC news online» deram relevo a uma «notícia» sobre a situação decorrente da entrada em vigor no nosso país da despenalização do consumo de drogas.

Os textos referiam Portugal como «nova Amesterdão», onde o consumo estaria muito facilitado e para onde os jovens toxicodependentes da Europa se diirigiriam em massa. Referia-se também o «hipermercado do Casal Ventoso» e o Algarve como destino de eleição dos consumidores.

Ambos os *media* citavam o instigador da «notícia» — Paulo Portas — que afirmava o «receio de que Portugal se venha a tornar num paraíso para os toxicodependentes» e que «prometemos sol, praias e qualquer droga que se deseje».

É um atoarda infame.

O novo estatuto jurídico nesta matéria não mexe nas penas de prisão aplicáveis ao tráfico e mantém a proibição do consumo, substituindo o anterior quadro penal de prisão até um ano — que se revelou contra-indicado para os jovens toxicodependentes — por um regime de contra-ordenação social que, longe dos tribunais e no âmbito de «Comissões de Dissuasão», aplica simples sanções administrativas e sobretudo tenta criar a janela de oportunidade de tratamento e recuperação.

Nada disto tem a ver com a algazarra reaccionária de Portas nem com a referência cínica ao «hipermercado do Casal Ventoso», agora que a situação ali criada durante o «Cavaquismo» e o «Abecacismo», vai sendo ultrapassada positivamente com a operação integrada de reconversão urbana, erradicação do tráfico e consumo de droga, segurança, inserção social e desenvolvimento, consumada pela governação democrática nas autarquias de Lisboa.

Portas sabe que as suas declarações são uma mentira miserável, na linha da chicana política com que tentou o referendo nesta matéria — quando, qual arcanjo do «não à droga», se batia contra os demónios da «droga livre».

Portas e o seu PP seguem de há muito este caminho da demagogia sem escrúpulos, destabilizando para parasitar os politicamente desinformados no apoio à «mão dura» e à «Lei, ordem e respeito», que grita em falsete e esbraceja em volúpia. E Portas, ao caluniar o país, não hesitou sequer em prejudicar gravemente o turismo nacional. Um acto politicamente degradante e eticamente deplorável.

No futuro, se Portas fôr de férias de luxo a uma qualquer Suíça, é preciso que se esclareça se vai à borla, como daquela vez em que foi a Moderna a pagar. É que este Portas é mesmo uma droga.



Expectativas

• Jorge Cordeiro

Assinale-se a preocupação manifestada pelo Presidente da República acerca da desejada correcção de atitudes dos candidatos às próximas eleições autárquicas e o apelo dirigido a estes para que tornem claras as razões porque se candidatam, com que objectivos e responsabilidades. Trata-se de um desejo legítimo que em regra deveria corresponder à normal conduta dos candidatos. Mas as suas preocupações seguramente norteadas pelo desejo de uma campanha conduzida pela transparência, esclarecimento e igualdade de oportunidades pecam por defeito. O que pode estar, e em larga medida já o está, a desvirtuar o debate eleitoral e a viciar os seus resultados está muito para além da avaliação moral sobre a conduta e a correcção deste ou daquele candidato. Está sim na continuada instrumentalização por parte do Governo do aparelho de Estado em benefício das candidaturas autárquicas do PS, na descarada fusão entre partido



e Governo para procurar acrescentar peso às suas candidaturas, na reiterada falta de isenção e imparcialidade exigida no exercício de cargos públicos a altos responsáveis da administração desconcentrada do Estado.

Pelo que na sequência da oportuna chamada de atenção sobre a forma e conteúdos da intervenção dos candidatos se fica agora na expectativa de que o Presidente da República erga a voz, na assunção das responsabilidades que lhe incumbem, e aja no sentido de zelar pelo cumprimento de regras mínimas a observar num processo eleitoral que respeite a igualdade de tratamento e de oportunidades.

Ficamos assim na expectativa que possa ser posto termo à condenável acção de chantagem e coacção que dirigentes do PS vêm exercendo através da afirmação de que os candidatos e autarquias geridas pelo PS beneficiarão de apoios e investimentos privilegiados por parte do Governo; na

expectativa que possa permitir em tempo útil pôr cobro à deliberada divulgação da presença de ministros, secretários de Estado e governadores civis (nessa qualidade) nas iniciativas de apresentação de candidatos socialistas; na expectativa de que a sua acção possa contribuir para que membros do Governo, altos responsáveis e detentores de cargos de direcção em serviços públicos, não continuem a decidir e a agir no sentido de beneficiarem as candidaturas partidárias que eles próprios protagonizam. Talvez assim se possa assistir a um refrear da corrida de governadores civis à presidência de câmaras municipais, ao uso de direcções regionais para fazer coro com posições públicas assumidas pelo PS para atingir câmaras da CDU e à utilização de cargos de direcção em serviços desconcentrados da Administração Central para criar dificuldades aos municípios que não sejam da cor do Governo.

E com a expectativa de que estes factos não passarão despercebidos a quem segue atentamente a actualidade da vida política nacional.

Frases

“A violência normalmente associada às manifestações antiglobalização não se compara à praticada por numerosos Estados civilizados, supostamente em nome de valores universais. Os bombardeamentos da Jugoslávia pela NATO à revelia da ONU, (...) a instauração da prisão perpétua em nome da justiça dos poderosos e vencedores, a utilização de organizações terroristas para derrubar regimes, como no Kosovo e agora na Macedónia, são apenas alguns exemplos da violência dos chamados donos do mundo.”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 23.07.01)

“Assustados com os protestos de um enorme movimento que contesta as suas práticas, os senhores do dinheiro e das armas fogem em pânico dos cidadãos. O próximo passo é partirem todos para a Estação Espacial Internacional.”

(idem, *ibidem*)

“[Nos protestos antiglobalização] só está em causa a globalização hegemónica, criada pelo neoliberalismo, e não todas as globalizações (...) Olhando para os resultados destes últimos 20 anos, temos motivos para dizer, sem hesitações, que este modelo não nos serve.”

(Boaventura Sousa Santos, *idem*)

“Os manifestantes não vieram [a Génova] simplesmente para obedecer às palavras de ordem de esta ou aquela organização revolucionária, (...) há um problema de comunicação entre os responsáveis democraticamente eleitos e a opinião pública.”

(Jacques Chirac, Presidente francês, *Público*, 23.07.01)

“O neoliberalismo é uma arma de agressão, anuncia um fatalismo económico, face ao qual é perfeitamente inútil resistir. É como a sida: o neoliberalismo destrói o sistema imunológico das suas vítimas.”

(Pierre Bordieu, sociólogo francês, *Diário de Notícias*, 21.07.01)

“O número dos destruídos pelo liberalismo selvagem começa a suplantiar o dos destruídos pela repressão fascista.”

(Fernando Dacosta, *Visão*, 19.07.01)

“[Há] capacidade do povo madeirense para se autogovernar (...) Integrar a comunidade nacional não é aceitar passivamente ao sabor exclusivo dos órgãos de Estado, qualquer organização político-constitucional que queiram ditar.”

(Alberto João Jardim, *Diário de Notícias*, 23.07.01)

“País pobre, cheio de salários mínimos, Portugal tem ainda um futebol que vive acima da riqueza que gera.”

(Fernando Sobral, *Diário Económico*, 23.07.01)

“Os portugueses (...) vão passar as férias suspensos do que se passa na cabeça do deputado do queijo, eng.” Campelo. D. Campelo já nos deu um ano de glória financeira. E agora, de acordo com o PS guterrista, só ele está, com a sua inteligência, a sua coragem e o seu queijo, entre nós e o caos.”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 22.07.01)

“Os milhões de contos dos défices da televisão pública são um problema grave, mas a alarve boçalidade dos “big brothers” não o é menos. Face a isto, é risível que se venha carpir a ausência das câmaras na inauguração de um qualquer chafariz de relevância autárquica.”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 20.07.01)



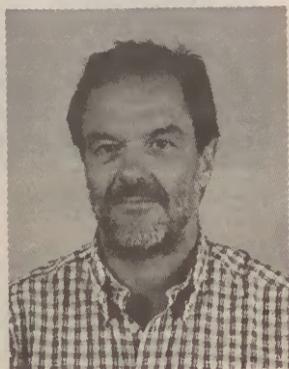
CDU apresenta candidatos no Algarve

Um homem de acção e trabalho para Faro

«**S**ei para o que vim, sei o que quero e defenderei com todas as forças e com os argumentos possíveis o programa da minha candidatura na defesa dos interesses dos farenenses e do concelho de Faro.»

Foi assim que Virgílio Nereu, especialista em pediatria médica e chefe de serviço desde 1995, se apresentou aos cerca de 150 apoiantes que se juntaram, sábado, no Instituto da Juventude de Faro, no jantar de apresentação do cabeça de lista da CDU e que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Segundo o candidato da CDU, «as razões desta candidatura são a defesa cada vez mais necessária de um poder local democrático, da defesa



Virgílio Nereu

dos interesses da população em geral, particularmente da melhoria das condições de vida, do progresso e do desenvolvimento local. É uma candidatura que penso rever-se na população mais necessitada, nos trabalhadores, na pequena e na média burguesia, no funcionalismo público, dado o seu forte pendor social e humano, uma vez que os interesses dos farenenses irão ser defendidos por alguém que não é político profissional e não faz da política profissão».

Durante o jantar de apresentação do candidato foram ainda anunciados os vários candidatos às freguesias do concelho e à Assembleia Municipal.

Problemas

Virgílio Nereu recordou que o concelho «esteve nos

últimos 20 anos nas mãos do PSD e do PS», e a consequência foi que «Faro cresceu anárquica e desordenadamente mas não se desenvolveu nem evoluiu o que deveria e o que necessita».

Sob o ponto de vista urbano «é um caos, não há espaços verdes, sendo a cidade portuguesa com menor índice de espaços verdes por habitante, e

simultaneamente a mais suja», disse.

O trânsito e o esquecimento total das freguesias rurais foram outros dos problemas apontados pelo candidato da CDU.

Os projectos

O programa eleitoral da CDU contempla vários projectos a desenvolver em que

são consideradas algumas prioridades como:

- Conclusão em tempo útil das obras da 3.ª circular e das variantes da E.N. 125 e da estrada de Alportel.

- Mudança da via férrea para a periferia da cidade libertando a frente ribeirinha e articulando-a com a variante da E.N. 125 através de um interface rodoviário.

- Criação efectiva do Parque Ribeirinho, retomando as obras projectadas e intempestivamente interrompidas e abandonadas.

- Requalificação da zona portuária e industrial em conformidade com o PDM, com a transferência dos depósitos de combustíveis e industriais poluentes para áreas mais apropriadas.

Carvalhas contesta Brisa

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, pediu ao Presidente da República para ter atenção ao «duplo escândalo» que foi a recente privatização da Brisa, durante o jantar de apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Faro.

«Tratou-se de um escândalo, de um duplo escândalo. Primeiro, porque o Governo vendeu a pequena parte que conservaria o Estado com poder de decisão dentro da empresa. Em segundo lugar, porque a foi vender numa altura em que a bolsa está deprimida», disse Carvalhas.

O secretário-geral do PCP alertou para o facto de a venda da Brisa «não ter sequer chegado ao mínimo exigido (30 milhões de contos), tendo ficado pelos 28 milhões».

«A empresa Brisa foi entregue de bandeja aos Mellos», disse Carlos Carvalhas ao acusar o Governo de «favorecer os grandes grupos económicos em detrimento dos trabalhadores, reformados e dos pequenos e médios empresários».

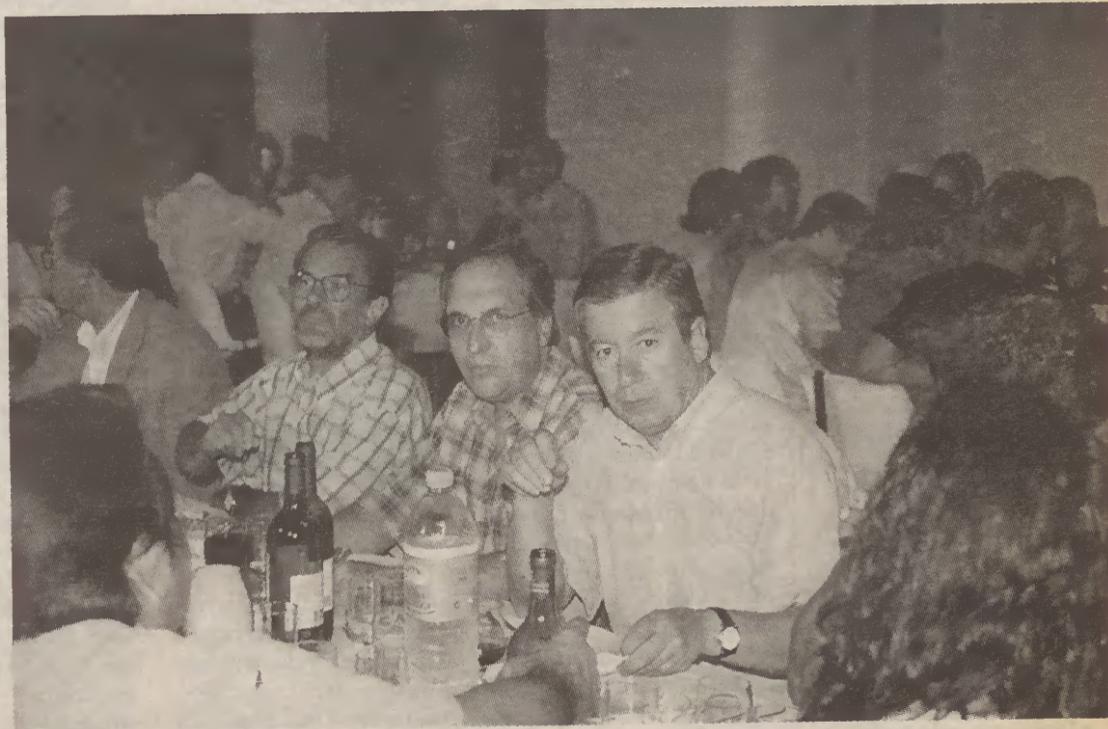
Carlos Carvalhas pediu a Jorge Sampaio para que «chame à atenção do Governo de que não pode continuar a entregar de mão beijada aos grandes grupos económicos as grandes alavancas que dão rentabilidade ao Estado e ao País».

«Senhor Presidente da República, o senhor que se diz preocupado com o futuro de Portugal, designadamente com a nossa independência e soberania, olhe para este caso e chame à atenção do Governo», disse Carlos Carvalhas.

O líder comunista comentou ainda as recentes declarações do ministro da Defesa que sexta-feira «disse com toda a clareza que Portugal vai ter novos submarinos».

«Se ele disse 'com certeza' é porque sabe que vai ter o voto do PP, uma vez que a lei da programação militar ainda não foi aprovada», comentou.

«Se vai ter o voto do PP é caso para perguntarmos ao Portas, esse demagogo militante, quantos aumentos de reformas se fariam e quantas casas se comprariam com o dinheiro dos submarinos, ele que costuma dar estes exemplos», concluiu.



Cerca de 150 apoiantes juntaram-se no Instituto da Juventude de Faro, no jantar de apresentação do cabeça de lista da CDU e que contou com a participação de Carlos Carvalhas

Uma voz interveniente em Albufeira

José Joaquim do Carmo Pimenta, candidato da CDU à Câmara Municipal de Albufeira, foi apresentado, domingo, em almoço de apresentação na localidade de Olhos de Água, Albufeira, que contou com a participação de Carlos Carvalhas.

«O que pretendo neste momento, não é fazer campanha para vós, mas que vocês façam desta campanha, desta candidatura a nossa candidatura e que sejamos todos uma só força de trabalho», afirmou José Pimenta. Segundo o candidato, o principal objectivo

da campanha CDU em Albufeira é «ter uma presença mais forte nas decisões tomadas pela autarquia, podendo desta forma fazer das nossas propostas alternativas concretas à gestão do concelho», disse José Pimenta.

Carlos Carvalhas, num breve discurso, afirmou que «em Albufeira, as sucessivas gestões camarárias PS/PSD não têm primado pelo brilho nem pelo exemplo autárquico, mas sim por exemplos errados de má política de urbanismo e de ordenamento».



José Pimenta

Moita quer Polis

A CDU da Moita manifestou publicamente o seu profundo desacordo pelo adiamento do Programa Polis para o concelho. Em nota aos órgãos de comunicação social, afirma que a decisão do ministro Sócrates, quando é o próprio a reconhecer a «excelente nível da candidatura», ilustra bem a prática corrente do PS, «agora ainda mais marcada pela ânsia eleitoralista, em particular na região de Setúbal». Reiterada no comunicado é a intenção do PCP e da CDU continuarem a bater-se pela aplicação do Polis (na sua versão Pró-Tejo), fazendo desta questão uma «bandeira de luta», na certeza de que a opinião pública e a população mobilizar-se-ão em sua defesa, com a «grandeza e alcance dos interesses em causa».

Santiago do Cacém mantém escolas

Os eleitos da CDU, em maioria, na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, opuseram-se frontalmente ao encerramento no próximo ano lectivo de nove escolas do 1.º ciclo, como pretendia o Ministério da Educação. Em defesa do fecho daquelas escolas esteve um vereador do PS, que, em abono da tese do Governo, invocou a circunstância de existirem escolas com poucos alunos e de os salários dos respectivos professores - «empregos fictícios», disse - representarem «um enorme custo para o Orçamento do Estado». Em comunicado, a Coordenadora Concelhia da CDU de Santiago do Cacém depois de saudar a posição dos seus eleitos na Câmara e nas juntas de freguesia, que impediu que «as aldeias e zonas rurais fiquem mais isoladas», faz notar que o investimento no 1.º ciclo não pode ser da exclusiva responsabilidade das autarquias, como está a acontecer com os transportes escolares, as refeições e os apoios sociais. «O Governo PS tem a obrigação constitucional de investir cada vez mais na escola pública», lembra a CDU de Santiago do Cacém

Povo de Adémia alcança vitória

Uma importante vitória, só possível devido à luta e unidade do povo de Adémia, a quem saudou, assim classifica a Coordenadora da CDU de Coimbra a reposição de um guarda da REFER na passagem de nível daquela localidade, bem como o compromisso publicamente assumido pelos responsáveis do ICERR de lançar até Outubro próximo os concursos da variante à EN 111 e a passagem inferior. Reiterado pela CDU, em comunicado à população, é o compromisso de continuar a apoiar por todos os meios esta luta do povo de Adémia, freguesia de Trouxemil, intervindo, designadamente, no sentido de que «os compromissos sejam cumpridos e a resolução global do problema seja atingida».

Clima de confiança na apresentação da candidata CDU à presidência de Campo Maior

Dedicação e empenho

«Trabalhar, trabalhar com dedicação para que a mudança seja um facto», esta a promessa deixada por **Vitória Augusta da Silva Pinheiro** no acto público que assinalou a apresentação da sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Campo Maior.

Intervindo na sessão que decorreu no salão da CURPI, e que contou com a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política, Vitória Pinheiro, de 28 anos, afirmou estar certa de poder contribuir com o seu «trabalho e empenho» para o desenvolvimento de Campo Maior, «tornando-o num espaço mais agradável» para todos

os que ali vivem e trabalham. Sublinhando a necessidade de alterar «a actual situação» existente no concelho, a cabeça de lista da CDU expressou a vontade de desenvolver a sua acção em equipa, «conjugando vontades, saberes e experiências», considerando ser essa a via mais adequada de trabalhar em prol de Campo Maior.

A CDU aposta no trabalho em equipa, conjugando vontades, saberes e experiências

Depois de aludir ao importante papel das mulheres na vida do concelho, a quem garantiu prestar uma particular atenção, Vitória Pinheiro falou ainda da necessidade de um plano de desenvolvimento económico, que tenha em conta as «especificidades e características» de Campo Maior. Plano este tanto mais importante, enfatizou, quanto é certo que há imensos projectos por realizar.

Entre os objectivos preconizados pela CDU para as próximas autárquicas, conta-se o reforço da sua votação, visando alcançar vitórias em novos órgãos (para além da maioria que já detém na freguesia de Degoalados), bem como o reforço

da participação e intervenção da população nas decisões da autarquia.

Defendendo uma «gestão democrática identificada



Vitória Pinheiro

com as aspirações e interesses das populações», Vitória Pinheiro, embora conscien-

te das dificuldades, mostrou-se confiante «na dedicação e empenho de todos os que integram a CDU» e no apoio dos campomaiores ao seu projecto.

A candidata da CDU à presidência da Câmara, natural e residente em Campo Maior, foi membro da assembleia municipal entre 1994 e 1997 e é eleita na assembleia de freguesia de S. João Baptista. Técnica da Administração Tributária Adjunta Estagiária, como trabalhador-estudante tirou o bacharelato em Contabilidade na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre, onde está a concluir a licenciatura em Contabilidade e Auditoria.

Vila do Conde Resolver problemas essenciais

A CDU de Vila do Conde apresentou, faz hoje oito dias, os primeiros candidatos à Câmara e Assembleia Municipal. São eles, respectivamente, António Jorge Marques, médico, e José Maria Lapa, trabalhador da indústria conserveira. A grande aposta é eleger, pela primeira vez, um vereador. Uma garantia e um desafio foram assumidos: «dar voz aos que não a têm ou que a têm limitada» e trabalhar com empenho «pela democracia e pelo desenvolvimento de Vila do Conde».

No decorrer da sessão de apresentação, dirigindo-se aos convidados e jornalistas presentes, António Marques começou por recordar que ao fim de 25 anos de poder local democrático Vila do Conde apresenta graves carências em aspectos fundamentais que têm a ver com a qualidade de vida da sua população.

Essas carências, precisou, situam-se em sectores absolutamente essenciais e primários, como sejam o saneamento e o abastecimento de água, o que só por si é revelador da incapacidade de quem tem estado à frente dos destinos de Vila do Conde, sempre com maioria absoluta.

A este propósito, numa crítica incisiva ao PS, o cabeça de lista da CDU referiu que os índices de cobertura do concelho são «os mais baixos da Área Metropolitana», continuando, um quarto de século depois, estes problemas básicos por resolver.

Não escondeu por isso o seu espanto com a proclamação feita por quem está no



António Jorge Marques

poder há tanto tempo de que será agora, finalmente, que o saneamento e o abastecimento de água serão resolvidos, como se fosse essa a sua nova e grande paixão.

Estão atrasados 25 anos, frisou António Marques, numa alusão ao actual e aos anteriores executivos do PS, a quem acusou de darem preferência ao «clamor propagan-

dístico do cultivo da imagem» em detrimento do que é essencial e fundamental para as populações.

Não menos criticada na gestão da Câmara PS foi a forma como aquela tem abusado do seu poder, «extravassando as suas competências e assumindo-se como gabinete de censura prévia que o 25 de Abril há muito banuiu».

«A CDU e o PCP têm sido as principais vítimas deste comportamento pouco adequado, senão mesmo censório da Câmara», denunciou António Marques, que acusou ainda o PS de desprezo pela actividade da assembleia municipal.

Criticado com veemência foi ainda o facto de a taxa de execução dos investimentos municipais ser todos os anos, de forma sistemática, inferior a 40 por cento, o que significa que todos os anos ficam por realizar cerca de cem obras prometidas.

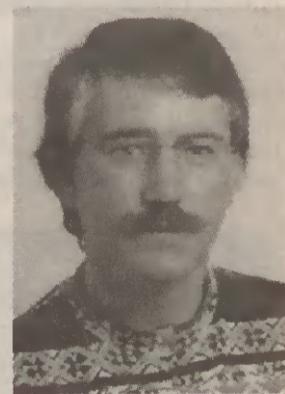
«A vivência democrática, com respeito pelo exercício do direito de opinião» e a «resolução de carências nos domínios do saneamento e do abastecimento de águas» foram, entretanto, apresentados como duas das linhas de intervenção a que a CDU dedicará particular atenção no seu programa eleitoral.

Lousã Por um futuro melhor

O médico Figueiredo Fernandes será o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Lousã. Na apresentação da sua candidatura, no passado dia 20, numa sessão realizada num restaurante local e dirigida à comunicação social, o candidato da CDU, de 45 anos, afirmou a sua convicção de que «através do diálogo, das ideias, do rigor» é possível «contribuir para a construção de um futuro melhor para a Lousã».

Explicando as razões que o levam a candidatar-se pela CDU, Figueiredo Fernandes, que há cerca de dez anos pertence ao corpo clínico do Centro de Saúde de Lousã, onde é chefe dos Cuidados Personalizados e Adjunto do Delegado de Saúde, sublinhou que «quem tem sonhos e vontade de mudar» e é «solidário com as pessoas, as suas preocupações e os seus anseios», não pode deixar de encontrar na CDU, «a esquerda que elegeu o Poder Local como fonte de mudança, a força para derrubar as barreiras dos preconceitos que pareciam intransponíveis».

Por si assumido foi, entretanto, desde já o compromisso de ter em atenção os problemas da Acessibilidade, da Segurança, da Saúde, do Desporto, da Educação, da Cultura, do Trabalho, do Ambiente, do Saneamento Básico, do Turismo, da Habitação, da Qualidade de Vida.



Figueiredo Fernandes

No currículo de Figueiredo Fernandes destaca-se uma importante actividade na área associativa, sendo membro da direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Centro e da direcção da Associação Saúde em Português.

Adão Barata soma apoios

Mais de uma centena e meia de empresários, representativos dos mais variados sectores da actividade económica no concelho de Loures, estiveram presentes num convívio com Adão Barata, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Loures.

O encontro, que decorreu num ambiente informal, permitiu uma ampla troca de impressões entre os participantes, de que resultou um melhor conhecimento dos problemas e preocupações hoje sentidos pelos agentes económicos. Esta identifica-

ção das principais dificuldades e anseios foi considerada de grande importância pelo contributo que pode dar para o programa eleitoral da CDU, em fase de elaboração.

Intervindo no decurso da sessão, Adão Barata, numa alusão ao relacionamento que deve existir entre os eleitos e os agentes económicos, sublinhou a importância do diálogo e da cooperação, expressando, simultaneamente, a ideia de que «todo o cuidado e atenção» devem ser prestados aos seus problemas, por forma a que possam ser

analizados numa perspectiva que contribua para a sua resolução.

Adão Barata afirmou contar, por outro lado, com o apoio dos agentes económicos perante «alguns problemas concretos que não deixarão de se colocar no futuro próximo», como é o caso, especificou, da construção do Hospital, «uma absoluta necessidade e uma legítima aspiração da população de Loures».

«Conto convosco, como espero poder continuar a contar com o vosso apoio em todas as acções que a Câmara desenvolverá no futuro em prol dos

interesses do concelho», concluiu o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Loures.



PCP denuncia campanha do PS em Évora

Água do Divor tem qualidade

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Abílio Fernandes e Almeida Henriques, respectivamente presidente e vereador da Câmara Municipal de Évora, condenaram, na segunda-feira, a campanha infundada e alarmista do PS a propósito da qualidade da água da rede de abastecimento público de Évora.

Évora é um caso paradigmático da actuação do PS que, «num quadro de promiscuidade» existente entre o aparelho do Estado e o aparelho eleitoral, não hesita em «recorrer ao alarmismo e a lançar a inquietação nas populações, com fins unicamente eleitoralistas».

Carlos Carvalhas refere, a exemplificar, os convites à população no lançamento de candidaturas, com a presença do ministros ou

secretários de Estado, ou as afirmações de governadores civis que dizem manter-se no cargo por ser a melhor maneira de fazer campanha eleitoral para as autárquicas.

Isto, para não falar das freguesias, onde aparecem promessas/ameaça de que o rendimento mínimo «continuará se o PS continuar», ou de que determinada estrada ou

escola avançará «se o PS ganhar a Câmara ou a freguesia».

Enfim, uma actuação que se tem mantido ao longo do primeiro semestre e sobre a qual o PCP quer que o PS reflita para não o obrigar a «subir o escalão da sua denúncia».

Em Évora, a água foi o tema escolhido para a campanha de alarmismo lançada pelo Presidente da CCR, vereador e candidato do PS, que «já deveria ter sido aconselhado por António Gu-
terres a suspender funções».

Abílio Fernandes, por sua vez, manifestou a estranheza da Câmara e dos seus serviços de águas por ver em praça pública uma acusação relativa à situação do abastecimento da água através da Barragem do Divor feita por vereadores do PS e não pelo Ministério do Ambiente ou da Saúde. É que se trata de uma barragem antiga que serve há dúzias de anos a população do distrito e, sendo certo que sofreu dificuldades com a seca de 1992, a verdade é que a Câmara tratou de forma cuidada a questão e há anos que a água está em condições de consumo humano.

Entretanto, visto Montevideo não ter capacidade suficiente para abastecer a população, houve que ir buscar água ao Divor, sendo, contudo, que as análises atestam a boa qualidade da água que, segundo laboratórios credenciados, acompanha todos os parâmetros obrigatórios, a nível nacional e europeu.

Água é boa

Almeida Henriques, por seu turno, confirma o facto de, em 1993/94, ter havido degradação qualitativa e quantitativa da água, devido a um fenómeno de seca nunca visto. Hoje, porém - assegura -, a barragem do



Comunistas garantem que a água do Divor acompanha todos os parâmetros obrigatórios

Divor apresenta, inclusive, um estado superior ao de outras barragens. Basta lembrar o bom ano hidrológico que se teve e que levou a que a massa de água da Barragem do Divor fosse já três vezes renovada, elevando, desde logo, os seus parâmetros qualitativos.

Almeida Henriques lembra, aliás, um relatório, de 1999, realizado pelo Ministério do Ambiente sobre o

Divor, que considera a sua água superior à categoria A3, definida para todas as barragens do Alentejo.

Quanto à acusação de não haver licenciamento para a captação de água na Barragem do Divor, este vereador diz que ela foi de facto suspensa em 93/94, mas em 1995 a suspensão foi levantada, passando a autorização condicionada, corroborada em 97/98 pela Direcção Regional do

Ministério do Ambiente, situação em que ainda hoje se encontra.

Garantindo que os parâmetros exigidos - captação apenas durante os meses de Verão e sem ultrapassar os 5% e monitorização da qualidade da água - têm sido rigorosamente cumpridos, o vereador comunista sublinha que, «ao contrário do que se pretende fazer crer», é o Ministério do Ambiente que não cumpre a legislação.

Ministério não cumpre

O PCP vai apresentar em breve, na Assembleia da República, um conjunto de iniciativas visando confrontar o Governo com o incumprimento das suas responsabilidades no domínio da política da água e tomar posição sobre a continuada falta de isenção que alguns quadros regionais do PS vêm revelando no exercício de cargos públicos.

No que respeita designadamente ao problema da água, o PCP acusa o Ministério do Ambiente de incumprimentos sucessivos da legislação, que põem em causa os procedimentos necessários a uma adequada gestão dos recursos hídricos e à garantia de qualidade nas principais origens de abastecimento de água. Por exemplo:

- as Direcções Regionais de Ambiente violam, em Évora como em todo o País, as normas de monitorização da qualidade da água nas origens destinadas a consumo humano e não comunicam às entidades gestoras, em tempo útil e como a lei obriga, os

resultados das análises que determinam a qualidade da água e a sua conformidade com as normas em vigor;

- estão por regularizar, em todo o País, com o título de utilização de água que a legislação obriga, quase todas as captações que servem os sistemas de abastecimento público;

- os planos de gestão dos recursos hídricos, ao nível das bacias hidrográficas e do Plano Nacional da Água, estão ainda por aprovar, apesar de ter terminado há anos o prazo legal para a sua conclusão pelo Ministério do Ambiente;

- é ao Ministério do Ambiente que incumbe a responsabilidade, não cumprida, de proteger e recuperar a qualidade das albufeiras e outras origens de água superficiais e subterrâneas;

- é o Ministério do Ambiente, e no caso de Évora a DRAOT do Alentejo, que dispõe da competência de controlar e fiscalizar a poluição das águas, para isso dispondo dos necessários instrumentos legais.

Valorizar património cultural

Após uma visita de quase duas horas ao Museu Nacional de Arte Antiga, onde foi guiado pelo seu director, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, criticou a falta de legislação para proteger os interesses culturais do País e, tendo em conta as alterações verificadas no Ministério da Cultura, considerou ser altura de questionar o Governo relativamente a este importante sector, de forma a contribuir para uma mudança qualitativa nas políticas da Cultura, que, em sua opinião, é «um imperativo da democracia e uma prioridade nacional».

Carlos Carvalhas, que na visita se encontrava acompanhado de Victor Serrão, Luísa Mesquita e Sara Pereira, manifestou as preocupações do PCP «com a defesa e valorização do património» e, sublinhando que o executivo não pode «cortar às cegas» nas despesas com museus e outras instituições de carácter cultural, disse que a análise feita pelos comunistas da situação global no sector aponta para «um vasto leque de insuficiências» mas, também, para «medidas concretas que podem contribuir para «as mudanças qualitativas da presente situação de carência e desleixo».

Carlos Carvalhas classificou a nova lei de bases do património - aprovada na semana passada com os votos contra do PCP - de «insuficiente», por «não proteger» o direito de opção e de preferência do Estado e museus na aquisição de obras culturais, dando como exemplo dessa insuficiência o caso do Museu de Arte Contemporânea, que, por inexistência de legislação, se viu inibido de exercer o direito de opção na compra de uma pintura de Columbano, entretanto adquirida por um coleccionador privado.

Falta legislação

Em relação aos museus, Carlos Carvalhas disse ainda não entender que o Estado democrático «não tenha meios nem base legislativa que lhe permitam recuperar património museológico insubstituível» e considerou «injustificável» que, por exemplo, uma valiosa peça arqueológica pré-romana, proveniente de colecção portuguesa, tivesse sido adquirida pelo British Museum e não pelo Museu Nacional de Arqueologia, pelo facto de o Instituto Português de Museus não estar em condições de competir naquela aquisição.

Aliás, a delegação do PCP não compreende também «a diminuição brutal de trabalhadores de Museu no espaço de apenas alguns anos», ou a «injustiça que encerra a reestruturação de carreiras de técnicos de conservação e guardas museológicos», já que não cabe aos funcionários «pagar a factura de uma irracionalidade financeira».

«Tratam-se de questões de alta gravidade e que lesam objectivamente os interesses nacionais no sector, já de si desguamecido de instrumentos de intervenção», sublinhou, por fim, Carlos Carvalhas, para quem a nova lei «peca» também por não salvaguardar o inventário dos bens possuídos por particulares e por conter «medidas frágeis e permissivas» no que respeita à importação e exportação de património cultural.

Beja

Atrasos e oportunismo

Quando da recente crítica a questões relacionadas com a aplicação do III QCA, designadamente no que respeita aos atrasos e à dualidade de critérios na aprovação de projectos, a Direcção Regional do Alentejo do PCP denunciou também a promiscuidade que se está a verificar entre o aparelho do Estado e o aparelho eleitoral do PS.

Então, respondendo à pergunta de um órgão de comunicação social sobre a actuação do director regio-

nal do Ambiente, e candidato do PS à Câmara de Mértola, a DORBE deu como exemplo a assinatura de um contrato programa com o Governo para a construção da praia fluvial da Tapada Grande na Mina de S. Domingos que, apesar de prever um investimento reduzido, ainda não se tinha traduzido pela entrega de qualquer verba, criando dificuldades financeiras à autarquia.

A estas questões, o director regional do Ambiente

respondeu de forma insultuosa e tecendo afirmações «inclassificáveis» mas que, na opinião da DORBE, dão «uma imagem do carácter e da formação do seu autor».

Escusando-se a comentar tais declarações, o PCP esclarece, no entanto, que, na sequência da publicação, em Maio de 1999, no Diário da República, de um acordo entre a Câmara de Mértola, o Instituto da Água (INAG) e a Direcção Regional do Ambiente - Alentejo (DRAA), que atribuía uma

comparticipação financeira de 11250 contos para valorização da Tapada Grande da Mina de S. Domingos, a Câmara executou a obra, hoje já a funcionar. Entretanto, apesar dos autos de medição enviados para o INAG e DRAA desde Janeiro de 2000, até hoje a Câmara de Mértola apenas recebeu a quantia de 519.480\$00, ou seja, menos de 5% do valor acordado, para uma obra cujos encargos ultrapassam os 80 mil contos.

O PCP em defesa das associações de mulheres

Foram recentemente aprovados na generalidade pela Assembleia da República dois importantes projectos de lei apresentados pelo PCP: o projecto de lei n.º 135/VIII relativo à representação das associações de mulheres em diversos organismos públicos e o projecto de lei n.º 385/VIII sobre os direitos de actuação e participação das associações de mulheres. Sobre esta última matéria foi também aprovado o projecto de lei n.º 296/VIII do Bloco de Esquerda. Os projectos encontram-se em discussão na Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família.

A propósito destes projectos realizou aquela Comissão uma audição pública, para a qual foram convidadas diversas associações de mulheres, a presidente da CIDM e diversas personalidades.

Apenas o MDM, a UMAR, a ANE e a presidente da CIDM, organizações e entidades que trabalham no terreno e não se dedicam a meros exercícios teóricos de gabinete sobre os direitos da mulher, preferiram intervenções construtivas.

Por outro lado, muitas vezes ditas qualificadas na matéria pronunciaram-se contra o alargamento dos direitos das associações de mulheres. Desde pôr-se em causa a utilidade do movimento associativo na luta das mulheres ao longo da história e na actualidade, até à afirmação de que as associações de mulheres querem mais direitos que as outras, ou passando pela afirmação que o Estado não deve apoiar, houve de tudo um pouco. Estas intervenções revelaram um profundo desconhecimento da realidade das associações das mulheres, do regime jurídico destas e do conjunto da legislação em vigor sobre associações. Em nada contribuem para a luta das mulheres e para o reforço do seu movimento associativo.

Afirmou-se que as associações de mulheres pretendem obter direitos e privilégios que a generalidade das associações não tem. Faltou apenas provar a afirmação, que não tem qualquer correspondência com a realidade. Muitas associações têm já, conferidos por lei, direitos de actuação semelhantes.

Afirmou-se que a atribuição de direitos aos dirigentes associativos era incompatível com o espírito de voluntariado que as associações devem ter. Esclareça-se que o projecto de lei do PCP apenas prevê um total de 12 faltas/ano para os dirigentes associativos. Uma falta justificada por mês põe em causa o espírito de voluntariado? Este argumento só poderia ser utilizado por quem não tem experiência associativa ou por quem já tem condições económicas e sociais para conciliar a vida profissional, familiar e a participação cívica e política.

Afirmou-se que o Estado não deve apoiar as associações de mulheres. Não se vê qualquer razão para que o Estado não conceda diversos tipos de apoios às associações em geral. Na verdade, o que muitas vezes acontece é que são as associações que têm de se substituir ao Estado no desempenho de actividades. Quem conhece o movimento associativo conhece o valioso trabalho desenvolvido e as dificuldades de intervenção. O PCP propõe, entre outros, a aplicação da lei do mecenato, a isenção de IVA, a isenção de custas e preparos judiciais, porte pago nas publicações editadas, preços sociais nos consumos de água, energia eléctrica e telecomunicações, a publicação gratuita dos estatutos ou suas alterações no Diário da República.

Um dos aspectos mais criticados no projecto de lei do PCP foi a distinção (já existente hoje na lei) entre associações de mulheres de âmbito nacional, regional e local (que tem em conta o âmbito de actuação das associações e o número de associados) e que releva apenas para efeitos de representação em determinados organismos públicos e direito de antena. Ao contrário do que se pretendeu fazer crer, a distinção não tem efeitos na atribuição de apoios. Esta distinção entre associações existe já na lei em vigor para as associações de mulheres e é usada também para outras associações. De repente, alguém descobre que, imagine-se, põe em causa a liberdade de associação e mesmo a reserva de vida privada.

Os projectos de lei apresentados apenas têm como objectivo melhorar a legislação em vigor alargando o leque dos direitos de intervenção e participação que as associações de mulheres já detêm. O PCP já se disponibilizou para melhorar o conteúdo dos seus projectos.

As associações de mulheres têm desempenhado um papel insubstituível na luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade. Ao contrário do que se pretende fazer crer, o movimento associativo neste área tem crescido quer em número de associações quer em termos de actividade. O que é particularmente importante num período em que, apesar da linguagem igualitária, se registam e são previsíveis recuos na situação da mulher, como resultado das políticas económicas e sociais prosseguidas.

Os direitos das mulheres, os das suas associações, a representação das mulheres, levantam sistematicamente reacções negativas, sendo sempre inúmeros os obstáculos à aplicação das leis que os garantem. Sendo que essas atitudes são à partida previsíveis, não podemos deixar de denunciá-las e lutar pela defesa, efectivação e alargamento dos direitos das mulheres e suas associações.

● Manuela Pires

PCP denuncia clima de desmotivação, inquietação e mal-estar existente nas Forças Armadas

Governo tem visão instrumental

«Portugal continua a não ter um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que balize políticas e objective opções», afirmou o dirigente, do PCP, Rui Fernandes, na conferência de imprensa, realizada na sexta-feira passada, sobre a situação nas Forças Armadas.

«Crescentes debilidades na capacidade operacional» e «desmotivação, inquietação e mal-estar» são, para o PCP, o resultado da política prosseguida pelo PS nas Forças Armadas e que se traduz por cortes orçamentais, opções «desajustadas» no reequipamento, medidas «desastradas» no que respeita ao SMO, «governamentalização» do método de escolha das Chefias e «aplicação errada do sistema retributivo».

O Governo formata a realidade nacional a partir da dinâmica externa

prio Governo do Eng.º Guterres, designadamente no que respeita à integração do sistema de ensino nas Academias, diz o PCP, considerando, simultaneamente, que apresentar como «medida de poupança» o corte no SMO «é não perceber a Instituição Militar».

Aliás, Portugal «continua a não ter um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que balize políticas e objective

«uma análise nacional e uma resposta nacional».

O PCP regista, pois, como muito grave, o facto de ter sido através do embaixador dos Estados Unidos, que os portugueses tomaram conhecimento da «oferta» do Governo para a instalação em território nacional de componentes do sistema de defesa antimíssil dos Estados Unidos, numa «indesejável corrida aos armamentos».

Reponderar proposta de lei

Entretanto, a denúncia do PCP sobre o mal-estar existente nas Forças Armadas, prende-se com a necessidade de o Governo «pagar às FA's verbas por elas adiantadas no quadro das missões externas efectuadas», o que se verifica tão só devido à «visão predo-

ram o problema da dívida», diz o PCP referindo-se à proposta de LPM, cujas opções «resultam mais das exigências da nossa participação na Nato e na Força Europeia de Reacção Rápida do que das necessidades nacionais» e que impõe a «reponderação» da proposta de lei, seja em relação aos submarinos, seja a outros programas.

Mas, para o PCP, é também necessário não «deixar sem resposta» questões como o estabelecimento da igualdade remuneratória nas Forças Armadas relativamente à GNR; um Estatuto digno para os militares; o cumprimento dos direitos/incentivos estabelecidos para os contratados e relação desses direitos com os dos militares do Quadro Permanente; os problemas que impedem a progressão de centenas de militares do ponto de vista de escalões remuneratórios e de carreira.

Relativamente às leis de alteração do artigo 31 e do direito de associação dos militares, aprovadas no dia 17, o PCP considera que, apesar de o PS, PSD e PP «confrontados com a realidade», terem acabado por dar alguns passos importantes, nomeadamente no reconhecimento das associações de representação socio-profissional, se mantêm limitações «inaceitáveis» à liberdade de expressão e ao direito de petição colectiva e que originando, ao longo do tempo, processos disciplinares e punições, são geradoras de mal-estar.

Por último, o PCP reitera a sua disponibilidade para procurar estancar a degradação da situação social dos militares e defender o prestígio da Instituição Militar, como sempre de forma responsável e no quadro da avaliação que faz das situações.



O PCP exige resposta a questões como a igualdade remuneratória das FA's relativamente à GNR

São, pois, «pouco sérias» as recentes afirmações do 1.º Ministro que apresentam como «novidades» medidas que estavam a ser implementadas e que foram anuladas pelo pró-

opções», prossegue o PCP, para quem o Governo tem tentado formatar a realidade nacional. «a partir da dinâmica externa», apesar de os problemas nacionais necessitarem de

minantemente instrumental» que o Governo tem das Forças Armadas.

A não se alterar esta concepção, «não se alteram também as razões que determina-

Algarve

Carências na Saúde

Uma delegação do PCP, incluindo o deputado Bernardino Soares, José Neto, responsável pela Organização Regional do Algarve, e outros dirigentes regionais deste Partido visitou, na semana passada, o Centro de Saúde de Loulé, o Hospital do Barlavento Algarvio e o Hospital Distrital de Faro.

De acordo com o balanço destas visitas, o PCP diz que a região continua carenciada de

profissionais de saúde, especialmente médicos, enfermeiros e outros técnicos, assim como de trabalhadores administrativos e auxiliares, de equipamentos e de instalações.

Também o acesso dos utentes à saúde tem vindo a piorar, diz o PCP, apontando o aumento do número de inscritos nos Centros de Saúde sem médico de família, hoje mais de 30 mil, quando em Junho de 2000 eram 27 919. Ou

seja, há milhares de utentes que têm de recorrer a consultas médicas de recurso ou aos Serviços de Atendimento Permanente.

No Algarve, em consequência da degradação na prestação dos cuidados de saúde, verificam-se, ainda, segundo os comunistas, Extensões dos Centros de Saúde só com médico um dia por semana e, por vezes, sem médico durante semanas; um deficiente apoio domiciliário, em grande

parte devido à falta de enfermeiros; e dificuldades no funcionamento dos Serviços de Atendimento Permanente onde, pela falta de médicos, é preciso, por vezes, ter de encurtar o horário de funcionamento ou encerrar alguns dias da semana.

Entre as carências e dificuldades ainda detectadas pelo PCP, destaca-se a insuficiência de instalações do Hospital Distrital de Faro e o facto de a Escola Superior de Enfermagem de Faro estar a formar apenas 30 enfermeiros por ano, apesar da enorme necessidade de enfermeiros na região.

Entretanto, a resposta das unidades de saúde da região é agravada durante os meses de Verão com o aumento da população, sem que o Governo e as entidades responsáveis implementem medidas para atenuar a situação, concluem os comunistas que, defendendo, ainda, a construção do Hospital do Barlavento Algarvio, consideram imperioso garantir a sua manutenção no Serviço Nacional de Saúde.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Augusto Baltazar Martins Terlica

Faleceu no dia 16 de Julho, com 57 anos de idade, o camarada Augusto Baltazar Martins Terlica, residente em Alcântara. Membro do Partido desde 1974, militou na organização dos Bancários de Lisboa, célula da Caixa Geral de Depósitos. Fez parte do Grupo de Teatro da CGD. Militava actualmente no Sector Intelectual de Lisboa e fazia parte da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos.

Eduardo Mário Botelho Serra

Faleceu, no passado dia 4 de Março, com 46 anos de idade, o camarada Eduardo Mário

Botelho Serra, técnico de farmácia, natural e residente em Arganil. Membro do Partido desde 1974, era um suporte sólido para a actividade do Partido, estando a sua casa sempre disponível, hospedando, inclusive, muitos responsáveis do Partido que por ali passaram. Camarada simples, que sempre desenvolveu as tarefas partidárias de forma desinteressada, antes de adoeecer encontrava-se já envolvido na feitura das listas para as próximas autárquicas.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

EMIGRAÇÃO SPE ao serviço de quem?

A Direcção da Organização da Emigração do PCP está indignada com as afirmações da direcção do Sindicato dos Professores no Estrangeiro (eleita em Junho passado) e reproduzidas pelo jornal «Contacto» do Luxemburgo, de 29 de Junho.

Segundo aquele jornal, a direcção eleita promete continuar a orientação de «colaboração e bom entendimento com as autoridades de tutela deste sector de Ensino», orgulhando-se «de ter como número dois o senhor Adjunto da Coordenação do Ensino do Luxemburgo» e de contar com a presença de «docentes responsáveis das Federações do PS em França e no Benelux», via que irá «contribuir para a resolução dos vários problemas que afectam os docentes».

Ora, para o PCP, não tendo sido com estas premissas - que indiciavam uma relação de «total promiscuidade com as chefias e o Ministério» -, que a actual direcção apresentou a sua candidatura, os professores saberão tirar destas declarações as devidas ilações.

PORTO Garantir o acesso ao topo

Num espaço de cinco anos, os trabalhadores viram a sua participação na riqueza gerada diminuir em cerca de 11 por cento, denunciam os comunistas da Função Pública do Porto.

É que, sob a capa da contenção da despesa pública, as 50 medidas do programa da Reforma de Despesa Pública - cujo aumento de deve aos «ordenados escandalosos» dos inúmeros «boys and girls» colocados nos institutos públicos, cujo objectivo é tentar passar para a iniciativa privada sectores do Estado -, traduziram-se por um feroz ataque do Governo aos trabalhadores.

Assim, os comunistas exortam a classe a lutar em torno de reivindicações, como a indexação, por fases Índice 100 ao Salário Mínimo Nacional até à igualdade, o estabelecimento de regras concretas para a abertura de concursos através de mecanismos que garantam o acesso ao topo das carreiras e o fim da criação de institutos públicos, de eficácia duvidosa.

AÇORES Criação de freguesias

Os deputados regionais, do PCP, Paulo Valadão e Mário Abrantes apresentaram publicamente dois projectos de Decretos Legislativos Regionais, o primeiro dos quais dizendo respeito à criação das freguesias de «Pilar da Bretanha» e «Ajuda da Bretanha», no concelho de Ponta Delgada, por extinção da freguesia da Bretanha.

Para o PCP, a freguesia da Bretanha, que englobava os lugares de Remédios, Ajuda e Pilar, tendo já sido separada da actual Freguesia de Remédios, mantém incompleta, em termos administrativos, a divisão territorial de núcleos urbanos, o que gera uma subcentralidade que «separa a vivência humana entre estes dois lugares».

O segundo projecto propõe a criação da freguesia de Santa Clara, também no concelho de Ponta Delgada, por desanexação territorial da freguesia de S. José. Diz o PCP que esta freguesia, a maior dos Açores, atinge actualmente uma sobredimensão que, tornando-a discriminada, leva à degradação progressiva de áreas específicas e periféricas da freguesia, como é o lugar de Santa Clara.

São rosas, senhor...

A medida que se aprofunda o descrédito do Governo, se perspectiva a possibilidade de eclodir uma crise política, da instabilidade social aumentar, na área do PS e aparentados multiplicam-se os avisos do perigo do regresso da direita ao poder.

Sobre as causas e as responsabilidades da política que leva ao descontentamento de grande número de portugueses, não só não se diz nada como ainda se quer responsabilizar as vítimas da política de direita e aqueles que se lhe opõem pelo eventual regresso da direita ao poder, fazendo da chantagem uma arma política.

Um alto dirigente do PS declarou mesmo existir um braço de ferro do grande capital com o Governo. Fica-se sem saber se esse dirigente tem consciência de que o seu partido é um dos principais responsáveis por os grandes grupos económicos e financeiros, principais sustentáculos do fascismo e cujo poder foi liquidado após o 25 de Abril, estarem em condições de fazer braços de ferro e se mostrarem insaciáveis nos seus apetites restauracionistas.

Já aquando das eleições italianas se tinha assistido a um autêntico festival de mistificações políticas e ideológicas, apresentando-se a chegada de Berlusconi ao poder como «a derrota da esquerda», ou tão-só do «centro-esquerda» (designação que tem servido para absolver as alianças e as traficâncias políticas dos partidos socialistas com as forças de direita). Sobre o balanço político da pretensa esquerda derrotada (privatizações, concentração e centralização de capital, ataques a importantes conquistas sociais dos trabalhadores, submissão ao imperialismo americano, agressão à Jugoslávia e alterações profundas de natureza antidemocrática no sistema eleitoral), sobre tudo isto, bem como o facto das principais medidas de política económica e social e das alterações ao sistema político se terem feito em

aliança com o partido de Berlusconi e outros partidos de direita para isolar e enfraquecer forças de esquerda, nomeadamente os comunistas, um silêncio tumular.

Percebe-se que assim seja na medida em que os «valores» e

os «princípios da esquerda» devem ser «pragmáticos», «realistas» e «assegurar a governabilidade»... do sistema capitalista, acrescentamos nós.

Verdade nua e crua

Temos dito e redito que o PS realiza um política de direita sozinho ou em aliança com partidos e forças sociais de direita, dando corpo a um bloco central que, formalizado ou não, assegura há vários anos a continuidade da mesma política, uma política de via única, na direcção da direita.

Trata-se de uma verdade nua e crua que só por cegueira ou oportunismo político se quer eludir. O espaço deste artigo não chegaria para inumerar as medidas dos governos PS contra as principais conquistas democráticas. Fúria privatizadora, destruição da reforma agrária, ataques a importantes direitos dos trabalhadores, política de polarização social e de submissão dos interesses nacionais ao imperialismo. Todas as revisões da Constituição e a consequente constitucionalização do processo contra-revolucionário, fê-las o PS sempre e sempre em aliança com os partidos de direita.

A prática política do PS não tem nada de accidental, nem de conjuntural. Ela exprime uma opção de classe inequívoca e que se expressa na comunhão de interesses entre a Direcção do PS e as classes dominantes. Não são convergências pontuais e conjunturais à esquerda, por muito importantes que

sejam, que alteram esta realidade ou podem criar perspectivas de uma prática de esquerda que, para o ser, exige do PS a rotura com a política e as alianças com as forças de direita e a determinação de afrontar os interesses das classe dominantes.

As 50 medidas anunciadas pelo Governo e a remodelação governamental têm a marca de uma lógica férrea: prosseguir e intensificar a política de direita, dar novos passos na satisfação de reivindicações das forças do capital.

O título deste artigo parafraseia a velha lenda do milagre das rosas. Só que a trágica política de direita do PS não é lenda. As rosas do PS são bastante espinhosas.

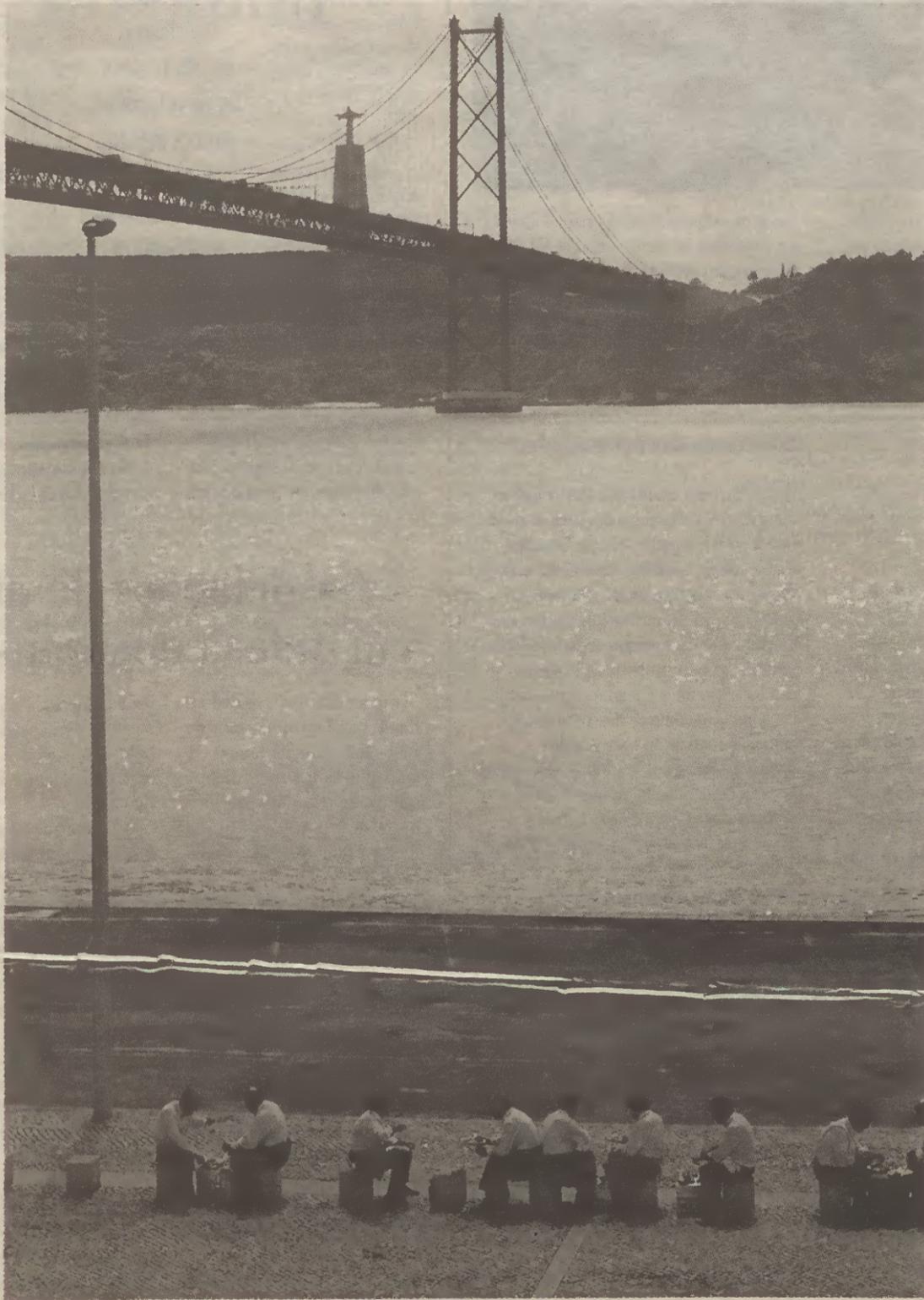
Como a experiência comprova, não basta derrotar os partidos de direita, é necessário igualmente derrotar a política de direita. E isso não acontecerá sem o reforço do PCP, o Partido que pela sua natureza de classe, influência junto dos trabalhadores e apego aos valores de Abril, mais consequentemente combate as forças de direita e a política de direita.

Entretanto, em nome das batalhas presentes e futuras por uma verdadeira política de esquerda, o PCP não cederá a chantagens, nem hipotecará a sua autonomia de decisão política, em nome dos males menores.



**Domingos
Abrantes**
Membro
do Comissão
Política

// O PCP não cederá a chantagens em nome dos males menores //



Sinistralidade nas estradas

• José Martins

O fracasso da política de segurança rodoviária deste Governo está patente na sua incapacidade para inverter a tendência agravada de sinistralidade nas estradas portuguesas. Em apenas seis meses, do ano em curso, foram registados 157 736 acidentes de que resultaram 755 mortos, 3415 feridos graves e 26 553 feridos ligeiros. A frieza dos números, apesar da sua monstruosidade, não traduz, ao nível da nossa consciência social, as milhares de pequenas e grandes tragédias que, anualmente, atingem as famílias portuguesas. Entretanto, o Governo entretinha-se a criar Fundações fantasmas, tolerava a corrupção na JAE, multiplicava serviços e institutos, fomentava campanhas, de eficácia mais que duvidosa, como a «tolerância zero» e «velocidades nas estradas», atribuía verbas exíguas para a

modus operandi, pode ter sucesso. Uma reforma que passa por pôr termo à proliferação de forças, organismos e institutos que têm responsabilidades nesta área; pela criação de uma única força fiscalizadora e com características civis; o exercício de uma fiscalização com visibilidade, permanente e com boa cobertura das rodovias nacionais; pela atribuição de recursos humanos e financeiros de acordo com as necessidades e exigências operacionais, de equipamento e pessoal especializado; a avaliação e requalificação das vias e a abolição das portagens nas AE; a implementação urgente de um plano de acção pedagógico nas escolas e a introdução de uma disciplina curricular sobre esta matéria; por uma nova atitude, em que a eficácia da acção das forças que fiscalizam seja avaliada pela inexistência de coimas e contra-ordenações.



A defesa do litoral é uma das preocupações de «Os Verdes»

«Os Verdes» avaliam o último ano parlamentar

Um balanço positivo

O balanço do último ano parlamentar e o trabalho realizado foram o objectivo da conferência de imprensa promovida por «Os Verdes», a semana passada, em Setúbal.

Dois factos marcantes na segunda sessão legislativa são destacados por «Os Verdes» no balanço do trabalho parlamentar: a aprovação do Orçamento de Estado para 2001 com o apoio do voto de um deputado por 45 dias, independente, ex-PP, «um facto inédito e atentatório da dignidade e do bom funcionamento da instituição parlamentar», e a tragédia de Entre-os-Rios.

No seu balanço do ano parlamentar, o partido ecologista realça as múltiplas iniciativas avançadas, em áreas tão diversas como a denúncia da falta de transparência, nomeadamente no que respeita às Fundações, «que o PS utilizou e abusou para escapar ao controlo, nomeadamente de ordem financeira», ou as alterações climáticas, com a apresentação de projectos para o cum-

primento do Protocolo de Quioto e para a implementação de medidas de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

O litoral foi outra temática insistentemente abordada, e levou à aprovação de um Projecto de Resolução apresentado por «Os Verdes» sobre a instalação de um Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo.

Em matéria de segurança, também a segurança alimentar mereceu a atenção dos ecologistas. Tal como a segurança rodoviária, com propostas apresentadas para o transporte colectivo de crianças, um Plano de Rede Nacional de pistas dedicadas à circulação de velocípedes e uma estratégia de prevenção e promoção da segurança rodoviária.

Outras iniciativas legislativas de «Os Verdes» foram

relevantes para os debates e votações na Assembleia da República, como os projectos de lei apresentados em domínios como a alteração do regime das uniões de facto, o alargamento dos prazos para investigação da maternidade e da paternidade, criação de estruturas na AR de apoio a mulheres para fomentar a sua participação na vida política, a caracterização como público do crime de abuso sexual de crianças, a adopção de medidas de combate à propagação de doenças infectocontagiosas em meio prisional, a consagração do direito das pessoas com deficiência a integram o Conselho Económico e Social, o Projecto de resolução sobre a presença de forças militarizadas na ex-Jugoslávia e o uso de munições com urânio empobrecido ou o Projecto de Resolução que adopta um plano de emergência para as minas da Urgeiriça.

Uma intervenção bastante vasta que assumiu ainda outras formas e se baseou no contacto com diversas entidades e organizações e na deslocação a diferentes localidades de Norte a Sul do País.

Associações de utentes reúnem em defesa dos transportes públicos

Em média, um trabalhador da Área Metropolitana de Lisboa gasta mais tempo em transportes do que o tempo que passa acordado em férias. Um pesado custo em tempo a que acresce o custo económico — os transportes representam cerca de 20% do orçamento das famílias portuguesas —, a falta de qualidade e a insegurança.

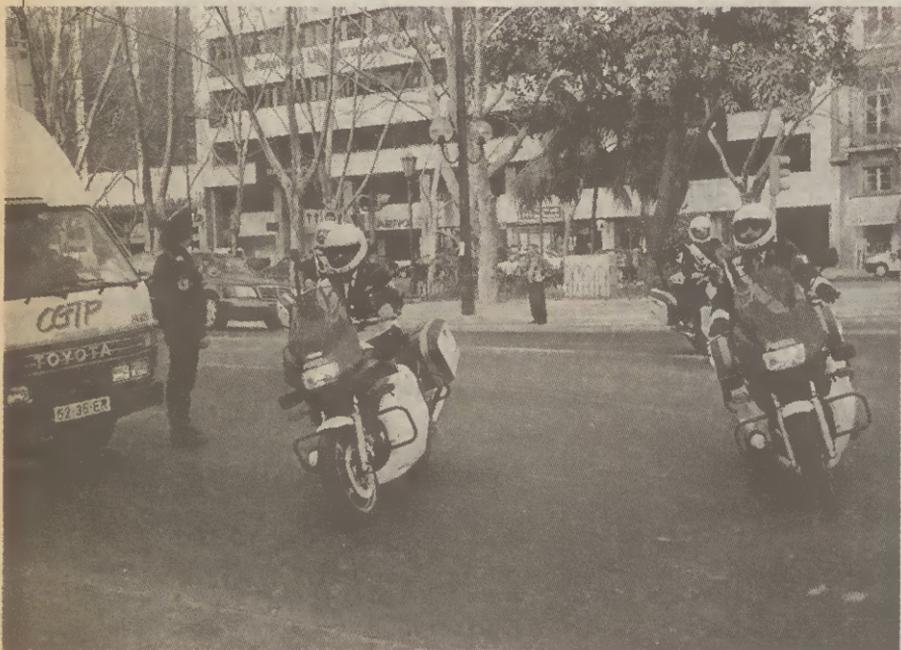
Por tudo isto, e perante a ameaça de um possível agravamento das condições dos transportes e acessibilidades, as comissões de utentes de transportes e acessibilidades dos distritos de Lisboa e Setúbal juntaram-se, pela primeira vez, a semana passada. Uma reunião destinada a procurar convergência de pontos de vista e formas de acção que favoreçam respos-

tas adequadas aos problemas de falta de acessibilidades, falta de transportes, transportes insuficientes e de má qualidade.

Na Resolução aprovada neste encontro, os participantes consideram que a ausência de uma autoridade metropolitana de transportes, com a participação de representantes dos utentes, «tem favorecido uma política mais orientada para responder a interesses de negócio de grandes interesses económicos em prejuízo dos direitos do cidadão». E lembram que «as medidas de degradação e encarecimento dos transportes públicos, só podem favorecer a maior utilização do transporte individual e são geradoras do agravamento de situações de exclusão social».

Os participantes no encontro sublinharam não aceitar que, a pretexto de restrições orçamentais, venham a ser tomadas decisões que impliquem maiores atrasos na concretização de investimentos fundamentais a uma adequada rede pública de transportes, reduções dos níveis de transporte público, encarecimento do custo dos bilhetes ou a privatização de empresas públicas de transportes.

As comissões e associações presentes decidiram ainda aprofundar a colaboração recíproca e promoverem contactos com outras comissões de utentes e associações cívicas para a realização, em Outubro, de um encontro para a defesa e melhoria dos serviços públicos.



manutenção das rodovias (apenas 30% de todas as verbas da JAE), aumentava escandalosamente as portagens das vias mais seguras, intensificava a militarização das forças policiais que exercem a fiscalização e delineava medidas puramente repressivas que estimulam apenas a «caça à multa».

As verdadeiras causas

Mas quanto às verdadeiras causas, que estão na base deste flagelo — a sinistralidade rodoviária —, o Governo mais uma vez sai incólume. É que nos comentadores de serviço, nos «especialistas», ou simples curiosos na matéria, instalou-se a asneira, o dislate e o fundamentalismo. Opinam, como razões determinantes dos acidentes, o excesso de velocidade, a condução com qualquer Taxa de Alcoolémia no Sangue (TAS), o uso do telemóvel, o simples acto de fumar, a sonolência e outras tantas atoardas.

As estatísticas revelas que 77% dos sinistros que envolvem mortos e feridos acontecem nas estradas nacionais IP/IC e resultam de manobras perigosas e que os acidentes por excesso de álcool não ultrapassam os 2% da totalidade.

É sobre as restantes e «importantes causas» apontadas, não há simplesmente números!!!

No vórtice da sinistralidade rodoviária, está a ausência de políticas sustentadas de circulação e segurança rodoviárias e debilidades graves no tocante à educação, sensibilização, fiscalização, prevenção e dissuasão.

Só uma reforma profunda, que materialize um novo pensamento e

Todos os esforços e investimentos devem ser centrados no factor humano e na fiscalização, por forma a que a civilidade e a redução do sentimento de impunidade, sejam elementos preponderantes de uma nova cultura rodoviária.

Ao arrepio das necessidades

Mas o Governo, ao arrepio das políticas necessárias, prepara-se novamente para desencadear, a partir de 1 de Outubro, um pacote de medidas repressivas e de reforço das sanções sobre os utentes. Uma «cultura da multa» que passa pelo abaixamento da TAS dos actuais 0,5 g/l para 0,2 g/l e a criminalização quando a taxa for superior a 1,2 g/l, o agravamento das coimas, o controlo das velocidades médias, a realização coerciva das inspecções a veículos e a não renovação da carta de condução quando haja multas a pagar, etc., etc.

O Governo justifica, assim, os milhões de contos de receitas inscritos no Orçamento de Estado em coimas por infracção ao Código da Estrada (CE). É escandaloso!

A repressão pode inibir comportamentos, mas não cria uma cultura de civilidade e segurança rodoviária.

O Governo e o MAI, com estas medidas, provam até onde a irresponsabilidade e a inércia podem ser perigosas e até mortais.

A tragédia nas estradas é assunto para reflexão, mas nunca para esquecer e deixar de lutar por uma verdadeira e necessária política de segurança rodoviária, a que todos temos direito.

Uso dos meios do Estado a favor do PS

Falta de vergonha

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o PS de estar a usar o aparelho do Estado em benefício das candidaturas socialistas às autarquias e exigiu a intervenção do Presidente da República para pôr fim ao que classificou como «uma promiscuidade».

Em declaração política proferida no passado dia 17, na que foi a última sessão plenária desta sessão legislativa, o deputado comunista Lino de Carvalho alertou para a «promiscuidade entre o PS e o aparelho do Estado», com os socialistas a «usarem despuadoradamente» o Governo «para promover candidaturas» contra a oposição.

«O PCP exige que seja posto termo imediatamente a esta promiscuidade. O Presidente da República não pode guardar silêncio, porque é o próprio funcionamento das instituições que passa a estar em

causa», sublinhou Lino de Carvalho.

Vários foram os exemplos que atestam esta situação e que o deputado do PCP não hesitou em qualificar de «intolerável» (ver caixa). Para a bancada comunista resulta claro que este quadro tende a agravar-se à medida que se aproximam as eleições autárquicas, tendên-

cia essa que não está igualmente dissociada do facto de o PS e o Governo apresentarem-se «cada vez mais fragilizados e desorientados» e sentirem que as «perspectivas globais para as próximas eleições se revelam pouco animado-

ras». Por isso, concluiu, «é um faltar vilanagem» é o «vale tudo» e vale, sobretudo, «a utilização depudorada dos meios do Estado a favor dos interesses do Partido Socialista».

Quem corroborou todas as acusações foi o PSD, com o seu líder parlamentar, António Capucho, também candidato à câmara de Cascais, a sublinhar que «é público e notório que estão a ser violados os deveres de isenção e neutralidade das entidades públicas perante as candidaturas». António Capucho foi mais longe e defendeu mesmo que o próprio Presidente da República deveria ser «mais selectivo e prudente nas deslocações que faz» pelo país, tendo em conta o aproximar das eleições autárquicas. O que mereceu a concordância do PCP.

Em defesa da bancada socialista, Osvaldo de Castro, não respondendo directamente às acusações

do PCP e PSD, argumentou poderem os membros do Governo participar nas cerimónias de apresentação de candidaturas, desde que o façam na qualidade de membros do PS. «Se assim é, por que razão no folheto de apresentação do candidato socialista à câmara do Seixal se fala em membros do Governo e não do PS?», retorquiu Lino de Carvalho, que acusou ainda o executivo de ter «perdido a vergonha».

O deputado do PCP aproveitou ainda para lançar um aviso ao PS: se querem continuar «a ceder à direita, não contem com o PCP» para um «esforço de convergência para um caminho conjunto». O aviso tinha por base a reforma fiscal, que o Governo aprovou com o PCP, tendo depois anunciado «de forma patética» a sua intenção de proceder a alterações, por «não ter agradado à direita e aos grandes grupos económicos».

Vale tudo

São muitos e de várias matizes os testemunhos que comprovam a inadmissível utilização dos meios do Estado ao sabor dos interesses partidários do PS. A falta de decoro é tal que a bancada comunista não hesitou em acusar o PS e os seus dirigentes de terem perdido a vergonha. Eis alguns dos exemplos dessa promiscuidade levados ao conhecimento da Câmara pelo deputado Lino de Carvalho.

Na folheto de divulgação para a apresentação do candidato socialista à presidência da Câmara Municipal Seixal, que contou com a presença de Jorge Coelho, anunciava-se que a cerimónia «contará com a presença do Sr. Governador Civil» e «de vários membros do Governo e da Assembleia da República».

Em Évora, o candidato do PS à Câmara Municipal de Évora é o presidente da CCRA que é simultaneamente vereador naquela autarquia. A situação só por si é insólita. Mas mais insólito é que na falta de argumentos para a sua campanha eleitoral o presidente da CCRA tenha lançado a falsa e alarmista acusação à autarquia de que estaria a fornecer água sem qualidade e de origens não autorizadas. Tudo contra as análises existentes, que demonstram que a água está dentro dos parâmetros legais, e contra pareceres da Direcção Regional do Ambiente. Encerrado numa teia de contradições, logo, o presidente da CCRA, vereador e candidato do PS, e antecipando a anunciada alteração da orgânica da Adminis-

tração Pública em que passa a ter poderes de tutela sobre os Directores Regionais dos vários ministérios, ordenou que o director regional do Ambiente do Alentejo se juntasse à campanha do Partido Socialista e se desdobrasse em declarações públicas contra a autarquia.

O director regional de Évora do IPPAR, que também é vereador do Partido Socialista no município eboarense e igualmente candidato autárquico às próximas eleições, tendo-se oposto – sem resultado – na autarquia a um projecto de remodelação de uma determinada praça da cidade, logo tratou de usar a sua qualidade de director regional para promover, junto dos seus pares, o embargo à obra, utilizando abusivamen-

te os meios institucionais de que dispõe para procurar impedir que ela seja terminada antes das eleições porque tal não é, obviamente, do interesse da sua candidatura.

Na apresentação do candidato do PS à Câmara Municipal do Barreiro, afirmou o coordenador da Comissão Permanente do PS: «Aquilo que o Governo tem feito no concelho é a resposta ao que aconteceu aqui, nas últimas eleições legislativas, que o PS ganhou», ficando «no ar a promessa de muito mais, caso os eleitores entregassem o baluarte comunista ao partido da rosa».

Outro exemplo da utilização dos meios do Estado ao serviço do PS e da propaganda do Governo veio do ministro da Agricultura e do

canal público de televisão, no passado dia 15. Tendo o Secretário-Geral do PCP, no dia anterior, encerrado um Encontro Nacional de Agricultura, apresentando um vasto conjunto de propostas e, naturalmente, formulando críticas ao Governo e ao ministro da Agricultura, logo este tratou de mobilizar a RTP-1, para, numa entrevista em plena Praça do Giraldo, em Évora, responder expressamente, de viva voz, no telejornal, às pertinentes críticas do PCP, enquanto do Encontro eram passadas imagens mudas. Claro que a RTP-1 nunca trata de ouvir expressamente os dirigentes da oposição quando o ministro se pronuncia sobre a situação da agricultura portuguesa.

Confelis abre falência e Governo mudo e quedo

O Governo continua a revelar uma absoluta inércia perante a situação laboral na Confelis. Em causa estão os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores. Sobre estes - que ainda não receberam o mês de Junho nem o subsídio de férias -, paira um futuro mais que incerto face ao processo de falência anunciado pela gerência da empresa.

Em causa estão 160 postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, o que motivou já uma diligência do deputado comunista Vicente Merendas no sentido de

apurar junto do Governo quais as medidas que este pensa adoptar para fazer intervir o Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Em requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, o parlamentar do PCP não esconde a sua estranheza pela «inesperada e inqualificável» atitude dos responsáveis da empresa, que, admite, «só intenções inconfessáveis» podem explicar.

E o que é certo é que a decisão da administração de avançar com o processo de falência da empresa

apanhou toda a gente de surpresa. Tanto mais que ainda em Dezembro do ano passado, em entrevista ao Jornal de Notícias, o gerente afirmava ser esta fábrica pioneira no pronto-a-vestir masculino, com uma produção diária de 200 fatos (40 por cento dos quais para exportação), tendo na ocasião sublinhado ainda a existência de uma óptima carteira de encomendas e de excelentes condições para um aumento da produção.

Comentando esta situação numa breve declaração ao «Avante!», Vicente Merendas considerou que

este é mais um caso de destruição do nosso tecido industrial. «Estamos a perder o que sabemos fazer», assinalou o deputado comunista, inconformado ainda com o facto de muitos destes processos de falência de empresas não serem mais do que um expediente para enriquecimento indevido dos seus donos (que as vão abrir quantas das vezes noutra local), a quem pouco importa o rasto de miséria que deixam à sua passagem.

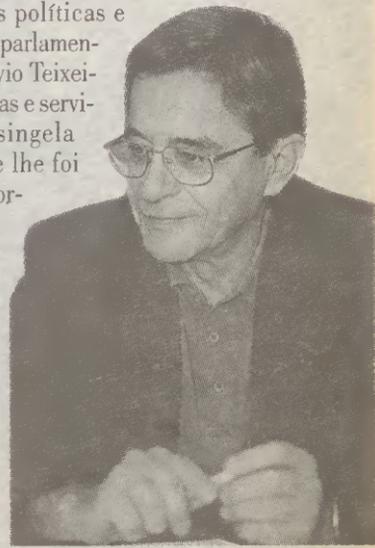
E o que é mais escandaloso, frisou, é a total impunidade com que estes actos são praticados.

Homenagem

As qualidades políticas e pessoais do líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, foram invocadas e serviram de mote à singela homenagem que lhe foi prestada no decorrer da última sessão plenária desta sessão legislativa.

Na hora da despedida, Almeida Santos, presidente da Assembleia da República, depois de considerar ser aquele um «momento triste», não escondeu a sua «admiração pela dignidade, brilho e competência» do homem que esteve 22 anos como deputado, dez dos quais a dirigir a formação comunista.

Este foi, aliás, o sentimento partilhado por representantes de todas as bancadas que, por diferentes formas, não pouparam palavras de simpatia e louvor ao desempenho de Octávio Teixeira à frente da bancada do PCP. Por este sublinhado, num discurso simples de agradecimento, foi o facto de ter tido uma grande honra em ser deputado. No final, de pé, todos os deputados aplaudiram longamente Octávio Teixeira.



Direitos dos militares

A Assembleia da República aprovou na passada semana uma alteração ao artigo 31 da Lei de Defesa Nacional, que regula o exercício de direitos pelos militares, depois de 19 anos em vigor.

O novo articulado foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, enquanto PCP, PEV e BE votaram contra. A mesma maioria aprovou o projecto de lei do associativismo militar, resultante de um texto de substituição apresentado pela Comissão de Defesa Nacional a uma iniciativa do PSD, que mereceu a abstenção do PCP, BE e PEV.

O artigo 31 da Lei de Defesa Nacional vai, precisamente, ser regulamentado, através do texto sobre associativismo

militar. Antes da votação, os partidos destacaram o facto do controverso artigo 31 ter perdurado por 19 anos, resistindo a revisões da Constituição e a diversas alterações na legislação militar.

Justificando o voto negativo da bancada comunista, e recordando que «há dez anos o PCP apresenta sucessivos projectos para alterar a situação», o deputado comunista João Amaral afirmou que o texto aprovado «é contraditório, tem aspectos globais de claro e assinalável progresso, mas contém, ao mesmo tempo, fórmulas vagas e imprecisas que poderão causar o que se devia pretender evitar, isto é, interpretações divergentes e, conseqüentemente, instabilidade».

Mais de 200 mil na Manifestação Internacional de Massas



Contra a globalização imperialista – Solidariedade Internacionalista! O PCP na manifestação de massas do dia 21 desfilando junto das camaradas do Partido da Refundação Comunista

Os protestos contra o actual processo de globalização capitalista e a exigência de um modelo de desenvolvimento económico alternativo para o mundo marcaram a Manifestação Internacional de Massas que se realizou em Génova, no passado fim-de-semana, a propósito da Cimeira dos G-8, reunida nessa cidade italiana.

● José Pedro Rodrigues texto

● João Pires, José Pedro Rodrigues e Lusa fotos

Promovida pela plataforma de organizações «Genoa Social Forum» (Fórum Social de Génova), esta iniciativa juntou mais de duzentas mil pessoas (300 000 participantes, segundo alguns observadores), de cerca de 700 organizações, associações e partidos políticos, incluindo uma delegação de 17 membros do Partido Comunista Português, em luta por um outro rumo para a economia mundial e em denúncia dos principais problemas dos povos.

A manifestação internacional de massas deu assim corpo às reivindicações de organizações tão diferentes e díspares como as que debruçam sobre temas como o ambiente, a agricultura, cultura, direitos dos homossexuais e lésbicas, etc., associações que defendem a instauração de um imposto sobre as transações financeiras, sindicatos e partidos políticos como o Partido Comunista Grego (com cerca de mil participantes) o AKEL do Chipre,

Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista Português e, com merecido destaque, o Partido da Refundação Comunista, que além de integrar o «Genoa Social Forum» (GSF) e ter participado activamente na preparação das diversas acções promovidas pelo GSF, mobilizou dezenas de milhares de pessoas vindas das várias regiões de Itália para a manifestação de dia 21.

Repressão policial

Sendo uma marcha histórica, pela moldura humana que a compôs e pela força das suas reivindicações, esta manifestação não deixará de carregar a marca e o precedente indelével da brutalidade com que foi reprimida por parte das forças policiais, segundo os ordens do governo de Silvio Berlusconi. A brutalidade das forças policiais a sua actuação com base em critérios dualistas – permitindo e dando espaço à actuação de grupos

minoritários e violentos como os «Black Blocs» e posteriormente carregando brutalmente sobre manifestantes pacíficos – foi alvo de duras críticas, quer nacionais quer internacionais, tendo o Partido da Refundação Comunista pedido a demissão do Ministro do Interior, do chefe da polícia e do comandante dos «Carabinieri» italianos.

O clima que se vivia em Génova nos dias anteriores à Manifestação Internacional era de grande e crescente tensão. Várias estruturas da organização do Fórum Social de Génova, que asseguravam o apoio às iniciativas e aos manifestantes — como disponibilizaram à delegação do PCP quando, à entrada de Itália, mais



Após uma jornada de luta, o convívio entre comunistas. A delegação do PCP foi recebida e alojada calorosamente pelas camaradas do Círculo «Che Guevara» do PRC no seu centro de trabalho do Bairro de Oregina

precisamente na fronteira de Ventimiglia, um dos veículos onde se deslocava foi retido e revistado pela polícia italiana durante quase uma hora — foram atacadas arbitrariamente pela polícia italiana e diversos activistas detidos.

Violência premeditada

O Gabinete de Imprensa do GSF foi alvo de uma rusga policial violenta que destruiu todo o equipamento informático e apreendeu, de forma sumária, documentos e provas da brutalidade da polícia; várias pessoas foram feridas nestas operações. O ambiente de tensão e provocação crescente fazia antever um dia complicado para a grande

Contra a globalização capitalista

A presença em massa de jovens foi a marca da manifestação de massas do dia 21. As t-shirts distribuídas pelo GSF deixavam clara a mensagem: Não ao G8

manifestação de sábado e justificava o receio de uma mais que previsível actuação desproporcionada e desproporcionada da polícia e dos «Carabinieri».

A cidade estava dividida por zonas e separada por contentores onde se verificavam confrontos entre as forças policiais e os grupos reduzidos de manifestantes que tentavam penetrar nas zonas interditas. Várias pessoas afirmavam haver dentro destes grupos elementos da polícia, do exército e dos serviços secretos que incitavam à violência.

Alguns edifícios, como a Penitenciária de Génova, foram atacados por pequenos grupos de jovens, tendo a polícia permitido, estranhamente, a escalada de violência, abandonando o local na altura dos confrontos e regressando somente quando o ataque

havia cessado e os manifestantes dispersados. No balanço de todos estes confrontos, para além de dezenas de feridos, regista-se a morte de um jovem italiano, assassinado com um disparo na cabeça.

Provocações

Os receios quanto à repressão policial no dia da Manifestação Internacional do dia 21 de Julho foram-se confirmando com a avaliação do aparato policial e militar destacado para controlar e ameaçar os participantes na marcha. Em continuada atitude provocatória, a polícia fez circular helicópteros e barricou estradas com filas de veículos blindados, canhões de água, carrinhas e agentes em formação de carga. Já na noite anterior as acções de intimidação e provocação se verificavam no espaço do GSF, com «raids» a baixíssima altitude de helicópteros, com poderosos focos de luz sobre os milhares de pessoas que confraternizavam e preparavam as acções do dia seguinte.

Cerca de uma hora e meia após ter sido dado início à manifestação, a polícia carregou com uma violência inusitada, barricando e dividindo o corpo da marcha em segmentos e disparando cadenciada e indiscriminadamente gás lacrimogéneo sobre os participantes que, reiteradamente, de braços levantados, assumiam uma postura não-violenta e afirmavam o carácter pacífico da marcha. Os gritos de «violência não, paz sim» repetiam-se após cada onda de disparos.



Um outro mundo é possível

• Ângelo Alves

«Somos 300 000!», dizia-nos um dos camaradas italianos que acompanhava a delegação do PCP. «Talvez não tanto, mas mais de 200 000 somos de certeza, talvez 250 000», dizia outro camarada mais cauteloso nas contas. Com efeito será muito difícil determinar o número exacto de participantes na manifestação internacional de massas do passado dia 21 em Génova. Uma certeza trazemos, a manifestação constituía um imenso mar de gente que se estendia pelas diversas ruas e avenidas da zona costeira de Génova sem se vislumbrar o seu fim ou início. Gente unida pela vontade de contestar de inúmeras formas o actual projecto de desenvolvimento capitalista (a chamada globalização), as suas nefastas consequências e as instituições que o comandam, como o G8.

Calar os protestos

A repressão inqualificável da manifestação e a tentativa de abafar as reivindicações que mais de duzentas mil pessoas levaram às ruas de Génova confirmam a ideia de que os protestos contra a globalização imperialista, e contra a realização de cimeiras e encontros como os do G-8, têm tido como resposta uma violência policial, e política, cada vez mais brutal e reveladora do espírito totalitário com que as grandes potências encaram a luta progressista dos povos.

A novidade nestas manifestações não será a causa e o exercício dos protestos e reivindicações; a novidade está cada vez mais no nível desproporcionado da repressão utilizada para os combater. E no desrespeito pelos direitos e liberdades de todos os que participam nestas acções.

económico em que vivemos. Nas ruas de Génova senti-se, como poucas vezes se consegue sentir com esta intensidade, que um outro mundo é possível, que a união de todos os que desejam um mundo mais justo, solidário e radicalmente diferente pode trazer grandes avanços para a humanidade.

Separação das águas

A radicalidade esteve presente! Não aqueles que objectivamente agem para destruir com violência — como os Black Bloc ou os Tuti Bianci — a mensagem que centenas de milhares de pessoas tentaram construir, mas aqueles que como o PCP exigem e lutam por uma alteração radical do sistema político e económico em que vivemos. Génova foi um importante contributo para a separação das águas. Berlusconi e os representantes dos países do G-8 sabiam que a manifestação de dia 21 poderia criar moza política, como aconteceu. Por isso, tudo foi preparado para tentar colar esta acção às acções de destruição gratuita que se verificaram no dia anterior, um pouco por toda a cidade, com a permissividade da polícia. O comportamento das forças de segurança, aparentemente inexplicável, correspondeu na realidade a uma estratégia definida ao milímetro para servir um perverso objectivo político: permitir a instauração de um ambiente de estado de sítio nos dias anteriores à manifestação para justificar uma gigantesca e violenta operação de repressão de uma enorme manifestação pacífica com um forte conteúdo político ideológico. Assim foi.

A mensagem ficou

Apesar disso, Génova foi importante. A mensagem ficou, clarificaram-se posturas, comportamentos e conteúdos. Importa agora perceber que a absolutização da importância deste tipo de movimentos na alteração da actual correlação de forças mundial só poderá conduzir ao seu enfraquecimento.

A Génova levámos a mensagem de milhares e milhares de portugueses que sofrem na pele os efeitos da exploração selvática do capitalismo. Em Portugal teremos que continuar a envolver cada vez mais gente nos movimentos sociais, nos sindicatos, no Partido... na luta, contra todos aqueles que como Bush, Berlusconi ou Blair estão ao serviço e fazem parte de uma pequena minoria exploradora da esmagadora maioria da população. Porque importa relembrar que a grande parte daqueles que mais sofrem na pele os efeitos da chamada «globalização» se calhar não estiveram em Génova... Não porque não concordem com a mensagem que em Génova ecoou... simplesmente porque não puderam... estavam a trabalhar.

A luta continua! Em Itália, no mundo e aqui bem perto de nós! Saibamos fortalecer-la e envolver todos os que nela queiram participar e dela necessitam para melhorar a sua vida e a vida colectiva de todos nós.



O «Genoa Social Forum» — ponto de encontro obrigatório para todos os que participaram nas acções de Génova era povoado por milhares de pessoas e por muitos stands de variadas organizações



À chegada a Génova, no dia 20, o ambiente era de tensão e de confrontos. Na imagem, um pequeno grupo atacava uma penitenciária de Génova perante a relativa passividade da polícia

Faces da mesma moeda

• Pedro Guerreiro

O Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, que os deputados do PCP integram, realizou em Praga um debate sobre o «alargamento da UE», com a participação de diversas forças políticas da Europa Central e de Leste. Este encontro permitiu uma troca de informações e de pontos de vista sobre a forma como estão a evoluir as «negociações», assim como as suas consequências, tanto para os países candidatos como para os países que integram a UE. Dos muitos aspectos abordados, é de salientar a indicação da tendência para o crescimento da opinião crítica da população de alguns dos países candidatos tanto quanto à forma como se realizam as «negociações» e quanto aos efeitos das políticas a esse nível decididas, como quanto a uma possível adesão à UE. Por exemplo, na Polónia, a oposição à adesão à UE já se situa nos 50%, na Estónia tenderá a ser já maioritária, e na República Checa só 30% são favoráveis à adesão, quando no início dos anos noventa essa percentagem ascendia aos 90%. Mas estes exemplos não são isolados; noutros países candidatos,

De referir que um dos eixos centrais das conclusões da Cimeira da NATO de 13 de Junho, em Bruxelas, foi a expansão da Aliança, a definir até Novembro de 2002 na cimeira a realizar em Praga.

Natureza de classe

A natureza de classe da UE é evidenciada pelo conteúdo das políticas que são promovidas a este nível. O actual processo de alargamento é disso um dos mais significativos exemplos. O «alargamento da UE» é um processo que tem vindo a servir para expandir o capitalismo e o domínio do grande capital financeiro e industrial das principais potências da UE a novos mercados. Apenas como apontamento, o conjunto dos países da UE, com destaque para a Alemanha, no espaço de alguns anos, passou a primeiro parceiro comercial da generalidade dos países candidatos, assumindo uma posição dominante. É óbvio que este processo não é o único responsável pela situação económica e social vivida nestes países, mas actua como um «catalisador» que dá suporte a muitas das políticas implementadas. Mas o «alargamento da UE» também

procura ser um «catalisador» para profundas mudanças ao nível da UE. Por exemplo, no colocar em causa instrumentos financeiros actualmente existentes, como a Política Agrícola Comum ou a Política Estrutural - sendo avançadas propostas no sentido da «renacionalização» dos custos destas políticas -, ou na promoção de medidas no sentido de «americanizar» as leis laborais, os sistemas de prestações sociais e o sector público nos países da UE. Ou seja, a promoção da política capitalista neoliberal nos países membros e candidatos à UE. Por outro lado, as grandes potências da UE, ao mesmo tempo que pretendem salvaguardar o seu peso determinante no processo de tomada de decisão, procuram

utilizar o alargamento para introduzir modificações institucionais que promovam novos passos de integração de sentido federal.

Sinais de confiança

Tais propósitos encerram inúmeras contradições e esbarram com a luta dos trabalhadores e das populações em defesa dos seus interesses, tanto nos países que integram ou que são candidatos à UE.

Verificam-se sinais de crescente oposição à política capitalista neoliberal promovida ao nível da UE. Já referimos a crescente oposição ao actual processo de adesão à UE que se verifica nalguns dos países candidatos, mas também são exemplos significativos desta crescente oposição os resultados dos referendos na Dinamarca (UEM) e na Irlanda (Tratado de Nice), assim como a crescente mobilização de diversos sectores, necessariamente com o reforço da luta ao nível nacional, no sentido de criar um outro rumo para a Europa.

Os países participantes na Conferência de Bona chegaram a um acordo minimalista para salvar a face Conferência do Clima não penaliza infractores

O compromisso aprovado, segunda-feira, na Conferência do Clima, em Bona, não prevê sanções para os países que excedem a sua quota de emissões de gases de estufa, nem fixa mecanismos de controlo destas emissões.

O documento apresentado sábado pelo presidente da conferência, o holandês Jan Pronk, e aprovado entretanto por 178 países, tem 15 páginas, e destinou-se, sobretudo, a contemplar os vários interesses

em presença, sem conseguir, no entanto, convencer os Estados Unidos, responsáveis por 25 por cento das emissões a nível mundial, a subcrever o Protocolo de Quioto.

O cerne da proposta de Pronk, alterada várias vezes ao longo de três dias, reside na aceitação das exigências do Japão, da Austrália, do Canadá e da Rússia de considerar as suas zonas arborizadas que absorvem o CO₂ e de outros gases de estufa.

Com base no documento agora aprovado, o Japão poderá produzir 10 vezes mais emissões do que a Alemanha, o maior país da União Europeia, aspecto que as organizações ambientalistas consideram o mais negativo.

A proposta original aprovada em Quioto destinava-se a impor uma redução, até 2012, de 5,2 por cento das emissões de gases de estufa, em relação a números de 1990. A nova proposta permitirá apenas a redução de 1,8 por cento, segundo cálculos de especialistas na matéria.

O Japão, segunda maior potência industrial do planeta, foi responsável, em 1998, por 1.331 toneladas destas emissões, ficando apenas atrás dos Estados Unidos (6.746), da União Europeia (4.021), da China (2.983) e da Rússia (1.962 toneladas).

Depois do não dos EUA

O acordo do Japão era imprescindível para a entra-

da em vigor do Protocolo de Quioto, que tem de ser ratificado por 55 estados, que por sua vez têm de perfazer 55 por cento do total das emissões mundiais.

Para fiscalizar a aplicação dos objectivos definidos no Protocolo, será criada uma comissão de controlo, cuja missão é zelar pelo cumprimento das metas definidas. A comissão deverá também elaborar um plano de acção para actuar contra violações do Protocolo, mas a passagem do projecto de Pronk que falava de sanções foi suprimida.

A última passagem da proposta que aludia à criação de um instrumento para controlar os objectivos da protecção do clima, foi também alterada, mas este dossier voltará a ser reaberto na próxima conferência, em Marraquexe (Marrocos), em finais de Outubro.

As causas

- **31 por cento** de aumento de dióxido de carbono (CO₂) desde 1750 (a maior das emissões com origem no homem, que queima combustíveis fósseis).

- **151 por cento** de aumento de metano (um gás libertado pela queima de combustíveis e pela decomposição de matéria orgânica em os aterros ou lixeiras).

- **25 por cento** das emissões são da responsabilidade dos EUA.

As consequências

- **0,6 graus Celsius** de aumento da temperatura no século XX.
- **1990** a década mais quente desde 1861.
- **1998** o ano mais quente da história.
- **10 por cento** de diminuição do manto de neve desde os anos 60.
- **40 por cento** de decréscimo da espessura do Ártico.
- **0,2 metros** de subida do nível médio do mar, durante o século XX.

As previsões

- **250 por cento** de aumento das emissões de CO₂ em 2100, em relação a 1750.
- **0,88 metros** de subida do nível do mar.

Discurso directo

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, reunidos quinta-feira passada em Bruxelas, reconheceram que existe um «abismo» entre os cidadãos e as instituições da União Europeia. Da sessão de autoflagelação a que se dedicaram, ficam para a história algumas frases que a seguir se reproduzem.

«A UE é a maior realização política e social, mas atiramos pedras quando nos reunimos» - Renato Ruggiero, Itália.

Muitos europeus vêm as instituições da UE «isoladas, insensíveis e até como inimigas» - Louis Michel, Bélgica.

«Às vezes, o que há é um diálogo de surdos, porque não se fala com os cidadãos» - Brian Cowen, Irlanda.

«Nem 10 por cento dos europeus se interessa pela política da UE» - Christoph Zopel, adjunto do ministro Joschka Fischer, Alemanha.

«Somos nós próprios quem transmite uma mensagem

pessimista e equívoca» - Josep Piqué, Espanha.

«O cidadão é bombardeado com mensagens como déficit democrático, egoísmos nacionais, ausência, ausência de legitimidade..., sem destacar as iniludíveis e enormes vantagens da UE» - idem.

A UE é vista como uma «máquina longínqua, insensível» - Pierre Moscovici, França.

«Os cidadãos não confiam em nós; acusam-nos de cada vez nos perceber menos» - Lydie Polfer, Luxemburgo.

«A palavra de ordem que fez maior sucesso no referendo irlandês sobre o tratado de Nice foi *Se não sabe, o melhor é votar não*» - lembrou Jacques Straw, da Grã-Bretanha.

«As instituições são demasiado burocráticas» - Anna Linh, Suécia.

«Muitos cidadãos sentem-se excluídos, por isso os protestos» - Elissavet Papazoi, Grécia.

«Para muitos, a UE representa mais um problema do que uma solução» - Erkki Tuomioja, Finlândia.

«A Europa é um paradoxo: os cidadãos votam, mas não têm total confiança nos eleitos, porque acreditam que as decisões são tomadas por outras forças ocultas» - idem.

«Cometemos erros e metemos golos na nossa própria baliza» - Jaime Gama, Portugal.

«Depois de cada cimeira europeia, alguns dirigentes dedicam-se a "fazer gala das vitórias que conseguiram" em relação aos restantes» - idem.

No final do exercício, os ministros concluíram ser necessário abrir o diálogo e falar, com os cidadãos, dos problemas que verdadeiramente os preocupam, como o emprego, o meio ambiente, a segurança alimentar ou a política externa comum.



a experiência de dez anos de introdução do capitalismo, com consequências sociais brutais, aliada a um processo visando a integração na UE, tem vindo a promover a tomada de consciência por parte de um cada vez maior número de trabalhadores, assim como de diversas camadas da população, de que a UE não será parte da solução, mas parte das causas que dão origem aos seus problemas.

Ou seja, aumenta a consciência da necessidade de garantir a existência de um processo negocial que permita a defesa dos interesses específicos e a plena soberania de cada país, numa base de cooperação entre iguais, de garantir mecanismos e tempos de decisão que permitam a adequada protecção dos diferentes sistemas produtivos nacionais, a necessidade de recuperar o processo iniciado com a Acta de Helsínquia e a recusa da associação entre o «alargamento da UE» e a vinculação à NATO, assim como a necessidade da garantia do pleno respeito da livre expressão da vontade de cada povo quanto à adesão ou não do seu país à UE.

Bloqueio à Palestina

Mais de 1500 palestinianos foram retidos na parte egípcia do ponto de passagem de Rafah, entre o Egito e a Faixa de Gaza, devido ao bloqueio israelita, denunciou sábado um responsável da segurança palestiniana. «O exército israelita bloqueia igualmente desde quarta-feira a passagem de ajuda médica de emergência para os territórios palestinianos», declarou a mesma fonte, que solicitou o anonimato. Rafah é uma cidade fronteiriça dividida em duas partes, uma em território egípcio e a outra na Faixa de Gaza, em território palestiniano, mas Israel controla o ponto de passagem. O responsável palestiniano denunciou ainda que Telavive só abre o terminal durante oito horas, quando este deveria funcionar 24 horas. Já no início desta semana, Israel voltou a rejeitar o envio de observadores internacionais para os territórios ocupados.

Guerra na Macedónia

Três observadores da União Europeia em missão na Macedónia foram mortos, aparentemente em consequência da explosão de uma mina, informou sexta-feira um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros sueco, citado pela Lusa. A UE tem na Macedónia 24 observadores encarregados de acompanhar o evoluir da situação no terreno. Entretanto, no domingo, reacenderam-se os combates entre membros do UCK e o Exército macedónio perto de Tetovo, o que provocou a morte de pelo menos 14 pessoas.

Intentona no Burundi

A segunda tentativa de golpe de Estado em quatro meses, no Burundi, falhou. Os militares que se revoltaram no início da semana acabaram por fugir, após confrontos em Bujumbura, a capital, que provocaram dois mortos. Em oito anos de guerra morreram no Burundi mais de 200 mil pessoas, na maioria civis. Entretanto, o actual presidente, Pierre Buyoya, deverá formar um governo de transição até 1 de Novembro, com a participação de representantes dos 17 partidos que em Agosto de 2000 assinaram um acordo de paz.

Bomba em Caxemira

A explosão de uma bomba este fim-de-semana no estado indiano de Caxemira provocou 12 mortos e 29 feridos. As vítimas do atentado, alegadamente da responsabilidade de grupos separatistas muçulmanos, dirigiam-se a um santuário hindu na região de Shishnag numa peregrinação anual. Entre os mortos encontram-se ainda dois agentes policiais que protegiam os peregrinos. Após o atentado, as autoridades indianas suspenderam a peregrinação e isolaram a zona.

Sindicatos rejeitam plano de austeridade Greve geral na Argentina

A Argentina parou no dia 19 na sexta greve geral desde que Fernando de la Rúa assumiu o poder, há 19 meses. Um recorde significativo da crise no país.

O governo de La Rúa viveu a semana passada uma quinta-feira negra. No mesmo dia em que o país parava em protesto contra o plano de cortes na despesa pública, os dados oficiais revelavam que o desemprego aumentou 16,5 por cento em Maio, afectando agora 2 200 000 pessoas. A taxa de desemprego é a mais alta desde o início da recessão económica, em 1998, aproximando-se rapidamente do nível histórico de 1995, quando chegou aos 18,6 por cento.

A contestação à política governamental, por seu lado, não tem paralelo com a registada nos governos anteriores: no mesmo período (19 meses), Raúl Alfonsín enfrentou quatro greves gerais, enquanto Carlos Menem (agora acusado de corrupção e tráfico de armas) não registou nenhuma. Em termos globais, durante o mandato de Alfonsín houve 13 greves

gerais em seis anos; em 10 anos de consulado de Menem ocorreram apenas oito; quanto à média de La Rúa é de uma greve geral em cada 2,7 meses.

A jornada de luta, convocada pelas três principais centrais sindicais do país, seguiu-se a uma paralisação de 24 horas dos trabalhadores da função pública, na quarta-feira, e traduz o repúdio generalizado ao programa de reformas do presidente

Um em cada três argentinos capazes de trabalhar está desempregado

De la Rúa. O plano governamental - o sétimo desde 1999 - visa reduzir a zero o défice público, que representa cerca de dois por cento do Produto Interno Bruto. Tendo como prioridade o pagamento dos juros da sua dívida externa, o governo propunha-se reduzir em 13 por cento os salários da função pública e as pensões e reformas superiores a 300 dólares, num país onde o rendimento médio das famílias não vai além dos 1500 dólares.



A crise económica afecta a esmagadora maioria dos argentinos

Dourar a pílula

Os protestos populares, que as autoridades procuraram minimizar, provocaram grande agitação no final da semana passada. Alguns partidos políticos com assento parlamentar chegaram a acordo com o governo numa tentativa de dourar a pílula amarga que os argentinos vão ser forçados a tragar já no final do mês. De acordo com a imprensa local, prevê-se agora que, em Junho, as reduções salariais e de reformas incidam nas retribuições superiores a 500 pesos, e em Agosto nos montantes acima dos mil pesos. Este último caso está ainda sujeito a ratificação parlamentar. Os cortes de pensões afectarão cerca de meio milhão de pessoas, num total de 3,3 milhões de beneficiários. Quanto aos funcionários públicos, a redução salarial vai afectar mais de 90 por cento do pessoal a nível nacional.

Outras medidas, como o

aumento de quatro por cento das prestações patronais das empresas privatizadas e de serviços com mais de 40 trabalhadores, ou a aplica-

ção de reduções salariais aos poderes legislativos e judiciais, estão igualmente dependentes de ratificação parlamentar.

Dados da crise

A grave crise económica e social em que a Argentina se debate está bem patentes nos dados sobre o emprego divulgados a semana passada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC): uma em cada três pessoas em condições de trabalhar não encontra trabalho.

Para além da acentuada subida do número de desempregados - mais 200 000 pessoas do que em Maio do ano passado -, os dados revelam que o trabalho precário aumentou ao mesmo ritmo, o que eleva para 2 200 000 o número de subempregados.

O resultado que se obtém juntando as duas situações é terrível: 33 por cento dos 13 milhões que compõem a população economicamente activa debatem-se com sérios problemas de sobrevivência. O estudo oficial revela ainda que há cada vez menos pessoas a procurar emprego, facto revelador da crescente falta de confiança e de meios para enfrentar a situação.

Desde que começou a recessão, de acordo com a mesma fonte, mais 650 000 pessoas ficaram no desemprego, enquanto a economia retrocedeu cerca de 10 por cento. Só na capital e na área da Grande Buenos Aires estima-se que haverá 950 000 desempregados.

A realidade, no entanto, pode ser ainda bem pior, já que o levantamento deixou de fora pequenos centros urbanos e rurais.

Indonésia Megawati na presidência

A Assembleia Consultiva do Povo da Indonésia, reunida domingo em sessão especial, destituiu o presidente Abdurrahman Wahid e elegeu para o cargo a vice-presidente Megawati Sukarnoputri. A medida foi tomada horas depois de o Supremo Tribunal de Justiça ter declarado inconstitucional um decreto presidencial que dissolvia o Parlamento e instaurava o estado de emergência no país.

Foi a primeira vez na história indonésia que o poder legislativo destituiu um chefe de Estado.

Os acontecimentos em Jacarta precipitam-se no fim-de-semana com a acção desesperada de Wahid, numa tentativa de travar o processo da sua destituição por corrupção e incapacidade que o Parlamento havia agendado justamente para segunda-feira.

Comparando a sua decisão a «uma jihad (guerra santa) para salvar o Estado», Wahid disse estar disposto a tomar as «medidas necessárias» para impedir a desagregação do país, mas na verdade ficou isolado. Logo depois o anúncio do estado de emergência, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Indonésia, almirante Widodo Adisucipto, garantiu a fidelidade do Exército ao Parlamento, enquanto vários ministros se demitiram.

Conhecida a decisão do Supremo Tribunal - segundo a qual Wahid «não tem autoridade para suspender o Congresso e a Assembleia Consultiva do Povo», e que a postura do presidente «deveria ser, constitucionalmente, de acatamento da Assembleia Consultiva do Povo como a máxima instância do Estado»



-, todos os partidos com assento parlamentar, à excepção do Partido do Despertar Nacional (PKB) de Wahid e dos seus aliados do Amor à Nação (PDKB), se pronunciaram a favor da destituição. Seguiu-se a eleição de Megawati Sukarnoputri, sancionada por 591 votos a favor e nenhum contra. A nova presidente tomou posse de imediato e anunciou para esta semana a formação de um novo governo.

Pobres medidas na cimeira dos ricos

A única medida concreta tomada na cimeira do G-8, em Génova, foi a criação de um fundo para a luta contra a Sida, e mesmo isso com carácter pouco mais do que simbólico: 1700 milhões de dólares. Segundo a ONU, serão necessários pelo menos entre 7000 a 10 000 milhões de dólares para uma intervenção eficaz nesta matéria.

Quanto ao resto das matérias em debate, os mais ricos não foram além de declarações de intenções com muita mistificação à mistura. É o caso, por exemplo, do alegado perdão da dívida dos países pobres. Segundo o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, 23 dos 41 Estados com quem foi feito um plano para redução da dívida externa conseguiram um corte de 53 000 milhões de dólares num total de 74 000 milhões. «Cerca de

70 por cento da dívida foi perdoado», afirmou Berlusconi. O que o dirigente italiano não disse é que tais valores se referem apenas aos juros da dívida e não à dívida propriamente dita, que ascende a cerca de 200 000 milhões... sem «perdão».

O mesmo se passa quanto a outras questões candentes. O comunicado final do G-8 aflora o problema da crise económica, mas limita-se a dizer que os mais desenvolvidos «se mantêm expectantes e vão implementar medidas para manter o crescimento sustentado», sem dizer quais são essas medidas e de «crescimento sustentado» se fala, quando é sabido que o Japão está em recessão, a braços com um endividamento público que ascende a 130 por cento do Produto Interno Bruto (PIB); a Europa marca

passo e os EUA não conseguem travar a derrapagem da sua economia.

As crises que afectam a Argentina e a Turquia são referidas, mas apenas para manifestar apoio aos programas de saneamento dos respectivos governos, impostos pelo FMI e contestados pela população.

A liberalização do comércio, por seu turno, continua a ser apresentada como a panaceia para todos os males, pelo que o G-8 não vai poupar a esforços para que em Novembro, na reunião dos 140 países da Organização Mundial do Comércio (OMC), seja lançada nova ronda de liberalização do comércio mundial.

Por causa da «turbulência», a OMC reúne no Qatar e a próxima cimeira do G-8 será nas Montanhas Rochosas. Longe da vista... e dos protestos.

Marks & Spencer

Mais perto de um acordo com a empresa, que vai encerrar a actividade em Portugal até Dezembro, estão os trabalhadores da Marks & Spencer, prevendo ter a situação resolvida em Setembro. Manuel Feliciano, do CESP/CGTP, referiu que, numa reunião realizada dia 19, as posições se aproximaram. Por resolver está a compensação pecuniária para os 32 trabalhadores mais antigos, explicou à Lusa o sindicalista, valorizando o facto de terem ficado garantidas compensações para todos os funcionários contratados até 29 de Março, com quatro meses e meio de salário-base, mais um bónus de 20 por cento e subsídio de turno. Estão nestas circunstâncias cerca de uma centena de trabalhadores, além dos 32 mais antigos. Outro ponto não definido refere-se à opção dos trabalhadores por ficar numa nova empresa, em caso de trespasse. O grupo britânico Marks & Spencer anunciou no final de Março o encerramento de todas as suas lojas europeias até 31 de Dezembro deste ano, despedindo mais de quatro mil trabalhadores, decisão justificada pelos maus resultados obtidos.

Acidentes

Nas passagens de nível sem guarda ocorrem acidentes com uma frequência que o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário considera chocante, num comunicado em que exige a reposição dos guardas em todas as situações que se mostrem mais problemáticas, até à conclusão de atravessamentos alternativos. O sindicato, em comunicado da sua direcção, lembra que a situação actual resulta de «uma política cega de redução de efectivos, sem ter em conta a construção de alternativas seguras nesses atravessamentos ferroviários». «Perante a passividade dos responsáveis, que normalmente só agem depois da revolta das populações, perguntamos se, para estes senhores, os acidentes e mortes em passagens de nível são encarados apenas como meros números para as estatísticas», declara o sindicato, apontando como responsáveis «todos aqueles que, nos últimos anos, têm definido e executado uma política ferroviária que não tem em conta o

desenvolvimento da componente social, nem os interesses dos utentes, das populações e dos trabalhadores ferroviários». Em contraste com a redução da oferta de serviço, «normalmente às populações do interior» e eliminando milhares de postos de trabalho, o sindicato acusa governos e seus representantes nas empresas de, com tal política, ter aumentado os lugares de gestão, que era sete em 1993 e agora são perto de uma centena.

CGTP exige regulamentação global e coerente da nova Lei de Bases da Segurança Social

Concretizar perspectivas

A Inter recusa uma regulamentação «espartilhada, com riscos de desajustamentos e incoerências nas várias áreas», e também rejeita «o afunilamento das questões de regulamentação no cálculo das pensões de reforma».

O plenário nacional de sindicatos da CGTP reuniu extraordinariamente no dia 18. Centenas de dirigentes sindicais juntaram-se na Praça de Londres, em Lisboa, frente ao Ministério do Trabalho, «para que o ministro ouça bem os nossos argumentos», como disse à Lusa o secretário-geral da CGTP. Carvalho da Silva justificou a realização do plenário, num período que já é de férias para muitos trabalhadores, com a necessidade de acelerar o processo de regulamentação, pois «à medida que o tempo passa, degrada-se o processo e permite-se a argumentação do sector financeiro», que não disfarça a sua intenção de gerir os elevados montantes movimentados pela Segurança Social.

No final da reunião do órgão máximo da CGTP entre congressos, foi aprovada uma resolução que sintetiza a posição da central relativamente à regulamentação da lei de bases, resultado de muitos debates efectuados nas estruturas sindicais e com outras participações.

Na resolução, que foi depois entregue no Ministério, é defendida «a regulamentação global da Lei de Bases, de modo a assegurar a coerência do sistema» nos vários domínios, nomeadamente no financiamento, no regime de prestações, na participação dos trabalhadores e na organização e gestão.

A ter em conta

A CGTP recorda que sempre defendeu a necessidade de uma **reforma financeira** profunda, como uma questão estratégica para a sustentabilidade do sistema, apontada na Lei de Bases como um objectivo prioritário. Preconiza, na resolução aprovada, a diversificação e ampliação das fontes de financiamento,

a par de uma clarificação do que deve provir do Orçamento do Estado (para cobrir regimes não contributivos e acção social), do que deve ser pago por contribuições e do que deve ter financiamento de ambas as parcelas.

O OE para o próximo ano, reclama a central, deverá financiar integralmente o regime de solidariedade (não contributivo) e a acção social. Deverá ser efectuada a desagregação das receitas e despesas previstas por regimes e sub-regimes da Segurança Social, por forma a avaliar a situação financeira de cada um deles.

O Governo, exige-se ainda na resolução, deve iniciar o

pagamento da dívida à Segurança Social, resultante do incumprimento da anterior Lei de Bases.

O plenário rejeitou uma diminuição genérica da **Taxa Social Única**, por considerar que isso pode pôr em causa a sustentabilidade do sistema, e exigiu medidas eficazes para pôr termo à fraude e à evasão contributiva (designadamente através da subdeclaração do valor dos salários,

fenómeno cuja extensão o Governo deve criar condições para avaliar). Maria do Carmo Tavares, ao abrir o plenário, sublinhou que «temos de rejeitar qualquer ideia de redução da TSU».

«No dia em que ela diminuir de forma generalizada, aca-

bamos com o sistema de Segurança Social», disse a responsável, na Comissão Executiva da Inter, pelo pelouro da Segurança Social.

A resolução contém ainda considerações, propostas e reivindicações da central

relativamente a outros temas: o fundo de reserva (ver caixa), a garantia de direitos na transição para a nova fórmula de cálculo das pensões, a integração da reparação de

acidentes de trabalho, o cumprimento dos direitos de participação dos trabalhadores, a fiscalização e sancionamento para que sejam respeitadas as obrigações patronais, a proliferação injustificada de institutos (tal como sucede na Administração Pública).

A Segurança Social é financiada essencialmente com as contribuições dos trabalhadores



O alerta foi dado antes do Governo «ir de férias», de modo a retirar argumentos ao capital financeiro e garantir que a regulamentação fará cumprir a lei aprovada na AR

Fundo cobiçado

A CGTP considera que os descontos para o fundo de reserva, consagrado na nova Lei de Bases com o objectivo de assegurar o pagamento de pensões durante dois anos de uma eventual situação económica desfavorável, devem iniciar-se em Janeiro de 2002, com a canalização de dois por cento das contribuições.

O plenário rejeitou a possibilidade de o fundo de reserva poder vir a ser gerido por entidades financeiras privadas (a quem o Governo pretende atribuir a gestão de 200

milhões de contos) e apontou alguns aspectos que não têm sido levados em conta na acção do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, criado em 1999. Uma vez que o fundo de capitalização pública «resulta essencialmente dos saldos positivos do regime geral» e «será alimentado quase exclusivamente pelas contribuições dos trabalhadores», a CGTP defende que os sindicatos tenham uma maior intervenção nos órgãos daquele Instituto com poder efectivo.

Mal-estar na STCP

empresa, devido a «medidas de gestão e atitudes do conselho de administração que prejudicam e desagradam os utentes, bem como os trabalhadores da empresa, em geral, e a CT de um modo especial».

Quando ao CA foi colocada a questão da falta de fiscalização nas carreiras, respondeu à CT que a fraude não justificava os gastos com os fiscais, mas veio depois estabelecer um contrato com a Prosegur, em condições que não revela, para que a empresa de segurança exe-

cute aquele serviço e concedendo aos respectivos funcionários o estatuto de superiores hierárquicos face ao pessoal da transportadora. À CT, a administração disse que ia admitir motoristas a prazo para o serviço alternativo aos comboios da Linha da Póvoa, mas acabou por «alugar» trabalhadores à mesma Prosegur.

Na conferência de imprensa foram ainda referidos outros problemas, como a falta de clareza quanto ao futuro da área de manutenção da frota, a recusa de informa-

ção escrita sobre negócios com património e a degradação da qualidade do serviço (particularmente, o desrespeito dos horários das carreiras).

Um primeiro alerta foi dado em Abril, num plenário geral de trabalhadores. A administração, em vez de atender as exigências constantes da moção ali aprovada, distribuiu «milhares de panfletos» acusando a CT de ultrapassar as suas competências e recusando manter o diálogo com a estrutura dos trabalhadores.

TAP

Da aceitação de negociações com os sindicatos do pessoal de terra, por parte da administração da TAP, está dependente o regresso à greve. Os representantes dos trabalhadores foram mandatados em plenário para enviar novos pré-avisos, enquanto os dez sindicatos mantêm a disponibilidade declarada para negociar. Por responsabilidade do administrador-delegado, que não avançou com uma proposta de reunião, é que se concretizaram as paralisações de sexta-feira e sábado, afirmou Luísa Ramos. A dirigente do Sitava/CGTP, citada pela Lusa, reafirmou que «se a TAP está mal, apesar dos sacrifícios dos trabalhadores, é devido a uma política comercial errada e desastrosa». O sindicato estimou em 95 por cento a adesão à greve nos aeroportos de Faro, Porto e Funchal.

Parede

Os CTT cederam em relação a dez dos onze pontos contidos no caderno reivindicativo dos trabalhadores do Centro de Distribuição Postal da Parede (Cascais), que assim decidiram suspender a anunciada greve de três dias. «Fica em aberto o problema, a nível nacional, do horário contínuo», disse à Lusa um dirigente do SNTCT/CGTP. Os trabalhadores da Parede mantêm, até 31 de Outubro, a greve ao trabalho extraordinário e o cumprimento estrito do horário de trabalho, enquanto vão ser realizados plenários nos restantes Centros de Distribuição Postal do País «para se decidir avançar ou não para uma greve nacional pelo horário contínuo», informou Victor Narciso.

Rodoviária

Aumentos salariais superiores a 4 por cento foram aceites pela administração da Rodoviária de Lisboa, pelo que os trabalhadores suspenderam a greve marcada para dia 19. Fernando Fidalgo, da Festr/CGTP, referiu que os objectivos principais das reivindicações dos trabalhadores foram atingidos, o que «não invalida que deixemos de exercer pressão junto da empresa sobre as outras matérias», como a redução da vigência do Acordo de Empresa, o aumento de número de dias de férias, a redução do horário máximo semanal, a correcção da forma de pagamento do subsídio de agente único e o vencimento dos períodos de descanso compensatório pelo trabalho suplementar prestado.

Refeitórios

Uma greve de 24 horas foi convocada para ontem, pela Fesah/CGTP e os sindicatos da hotelaria, abrangendo os refeitórios de hospitais (designadamente em Santarém e Portalegre) e demais estabelecimentos do sector. Os trabalhadores exigem o pagamento, com um acréscimo de 50 por cento, do serviço prestado ao sábado e domingo, a redução do horário e a garantia de folgas, o cumprimento de direitos e o combate à precariedade de emprego.

Cuba 2001

Quarenta e oito anos de

Revolução

Precisamente hoje, dia 26 de Julho de 2001, faz 48 anos que na paradisíaca, acolhedora e maior das Grandes Antilhas, no coração da América Central – Cuba –, se iniciou um processo revolucionário que seis anos depois triunfaria. A heróica e memorável Revolução cubana, sob a direcção esclarecida e firme do «Comandante» – Fidel Castro –, mantém-se orgulhosamente de pé.

Corolário de uma longa, sangrenta e dura insurreição popular e nacional de mais de 6 anos abriu aos povos submetidos da América Latina inusitados horizontes de libertação e esperança.

A Revolução cubana é, aliás, um marco inapagável da História do movimento libertador dos povos de todos os continentes que sofrem na carne e na vida a brutal exploração neocolonialista dos grandes detentores do capital financeiro agora sob a nova fórmula da «globalização» capitalista.

Importa lembrar que neste primeiro ano do século XXI uma outra efeméride de notável significado do rico historial do povo cubano se produziu e se comemora nos dias actuais: já passam 100 anos que Cuba ascendeu à independência nacional e foi eriado um Estado cubano formalmente independente e soberano.

litoral, os Estados Unidos – são contudo complementares e identificados na sua significação profunda.

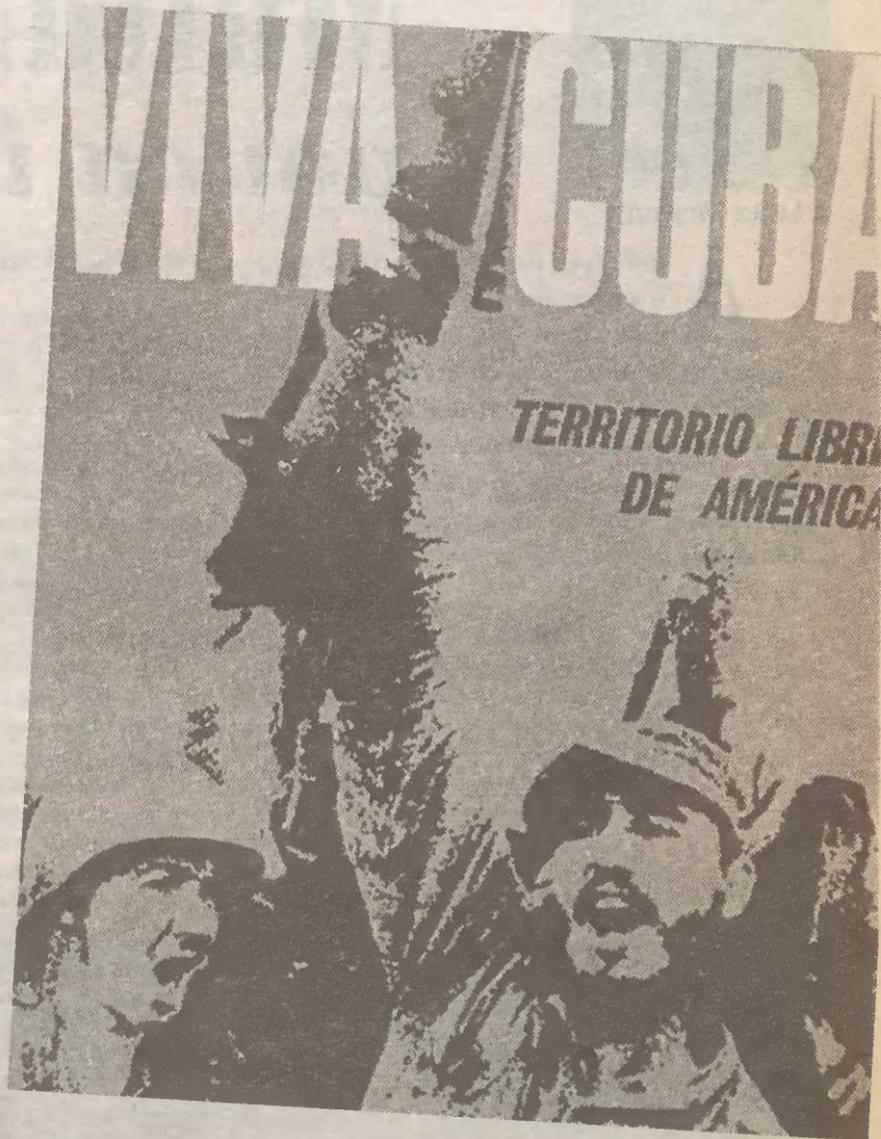
Há 100 anos – em 1901 – com a derrota da Espanha imperial (potência colonial dominante na América Latina) pelos Estados Unidos, vencedores da guerra hispano-americana, o reconhecimento da independência de Cuba e a outorga de uma Constituição presidencialista (diga-se ditatorial) não passavam de coberturas para a mudança efectiva da potência dominante.

Compreende-se a gula dos magnatas norte-americanos do domínio daquela ilha das Caraíbas: Cuba era – e é – uma grande produtora de cana-de-açúcar e de extensas plantações de um tabaco de superior qualidade. Dispunha ainda de belas e extensas praias que aticavam a cobiça dos grandes exploradores americanos do turismo naquela atraente ilha a menos de 200 milhas de Miami e da pontiaguda península da Flórida.

É a dinâmica da ocupação e do domínio que determina as incursões militares americanas no território cubano em 1906, 1912 e 1917.

Mas desde a primeira hora que as forças patrióticas do jovem Estado se mostraram hostis ao domínio dos novos senhores.

Governantes serventuários dos interesses dos magnatas norte-americanos assu-



vários outros, guerrilheiros destacados a ofensiva geral de Sierra Maestra.

Ainda sob direcção dos venais governantes anteriores à revolução, os Estados Unidos tinham imposto e assinado com eles um pacto militar de cedência da Baía de Guantánamo e de uma faixa circundante de 111 km² do território cubano, onde instalaram uma base naval para a marinha de guerra norte-americana. Até hoje, sob um contrato que vai chegando ao seu termo e que o governo revolucionário de Cuba, com uma inegável intenção de paz, tem escrupulosamente respeitado.

Mas já logo a seguir à vitória da Revolução de 1959, resultante da ofensiva geral vitoriosa das forças guerrilheiras contra Batista (que se põe em fuga do país e é acolhido pelo fascismo salazarista) – logo a seguir à vitória, dizíamos, os Estados Unidos montam duas novas provocações para a tentativa de derrubamento do governo revolucionário – a chamada «crise dos mísseis» e o desembarque fracassado na Baía dos Porcos em 1961/62.

As comemorações do 48.º Aniversário de Moncada, que hoje se celebra, realizam-se num momento em que se erguem as vozes dos países mais pobres contra a recusa dos mais ricos à total e imediata extinção das suas dívidas externas que estão agravando e levando ao extremo a penúria dos povos submetidos pelo poder económico do imperialismo.

Fidel Castro tem-se batido e solicitado várias vezes essa exigente medida dos países ricos e credores.

A Cimeira de Génova prometeu, sob a pressão das massas, considerar o caso, mas os ricos defensores da globalização capitalista mais não abrem as bolsas à redução das dívidas do que uns míseros três por cento.

Neste aniversário da sua heróica Revolução, o povo cubano dá provas da sua maturidade e resistência ao infame bloqueio económico e comercial e às rela-

ções externas da nação cubana, à revelia das leis mais elementares do direito internacional.

O povo de Cuba é merecedor da amizade e da solidariedade internacionalistas dos trabalhadores de todos os países e de todas as forças amantes da Liberdade, da Paz e do Progresso Social.

Todos os que temos pisado o solo da Cuba libertada da exploração capitalista, todos os que pudemos contactar e conviver com o admirável povo cubano, temos podido conhecer ao vivo o carácter fraterno e humanístico do seu Povo.

Numa América Latina onde o Movimento Zapatista, a Frente Revolucionária da Colômbia, os Sem Terra do Brasil têm mostrado a sua determinação e força, Cuba é um farol de coragem e de esperança para todos os povos subdesenvolvidos da África, da Ásia, da América Latina.

A resistência do povo cubano ao bloqueio dos Estados Unidos, a forma como responde às tremendas privações que os senhores da Wall Street lhes causam, o seu trabalho criador e dinâmico para superar as dificuldades emergentes da posição desumana dos governantes estado-unidenses, o seu esforço para elevar o «standard» de vida das suas gentes e os seus valores culturais provocam a admiração e o sentimento solidário dos outros povos e países.

A terra de Fidel, de Che Guevara, de Camilo Cienfuegos e de tantos e tantos combatentes, cidadãos e patriotas cala fundo no coração de todos os que lutam por um futuro livre e mais equitativo e próspero.

Sim, são duras as dificuldades e privações actuais causadas pelos que acumulam fortunas de nabobos à custa da miséria de milhões de seres. Os jovens, as mulheres, os trabalhadores manuais e intelectuais de Cuba são um exemplo de vontade, determinação e inteligência para arrostar com os obstáculos do caminhar e construir um futuro melhor para todos.

Que se multipliquem em festa os aniversários da Revolução cubana é o voto de todos os seus amigos.



Ao evocá-la, não deixa de ser interessante registar o simbolismo destas fortuitas coincidências entre o calendário da História e das grandes etapas seculares do calendário dos tempos.

Estas duas notáveis efemérides do movimento libertador do povo cubano coincidentes com o advento de um novo século e de um novo milénio emprestam-lhe um simbólico significado.

Celebram-se quando no mundo cresce a contestação à novíssima forma da «globalização» capitalista.

Mas estes dois acontecimentos hoje solenemente lembrados pelo povo cubano e por todos os seus amigos e admiradores de todos os continentes – diferentes e distantes no tempo, com as suas diferenças, limitações e dependências locais e da própria época, ambas ensombradas pela influência e o poder dos vizinhos do norte

miram após a independência o controlo formal do novo Estado de Cuba.

Primeiro, Gerardo Machado, depois, principalmente, o corrupto ditador Batista, laçao servil e protegido dos potentados da Wall Street.

Um novo caminho para a luta

Contra eles uma nova força revolucionária inspirada nos superiores princípios da Revolução Socialista recorre à luta armada.

Em 1953, Fidel Castro num sempre previsível insucesso da luta de guerrilhas, cai nas garras da polícia de Batista. Liberta-se pouco depois, recorre ao exílio para a reorganização em segurança das forças combatentes e prepara com Camilo Cienfuegos, Che Guevara e outros,



● Luísa Mesquita

A língua portuguesa e a sua presença no mundo

Muitas promessas pouca intervenção (I)*

A definição de políticas relativas à expansão, à difusão e à defesa da Cultura e da Língua portuguesas no mundo não tem sido objecto, nos últimos anos, quer por parte do governo do PSD quer actualmente por parte do Partido Socialista, da necessária atenção e, naturalmente, por isso, insuficiente tem sido o investimento nestas áreas.

Apesar do último programa do Governo do Partido Socialista, de Outubro de 1999, apontar algumas medidas na área da Cultura e da Língua, não são visíveis, após quase dois anos de governação, a sua execução.

Afirmava-se na altura que o Instituto Camões se deveria assumir «decisivamente como a instituição coordenadora da política de promoção e de expansão da língua portuguesa no Mundo, dando par-

Verbas insuficientes

É neste contexto que a Comissão de Educação Ciência e Cultura aprova por unanimidade, em 2000, a formação de um Grupo de Trabalho sobre estas áreas – Cultura e Língua –, que tinha como objectivo primeiro, fazer um levantamento da situação junto das comunidades portuguesas e de luso-descendentes mais numerosas e, perante o conhecimento da realidade, propor as medidas necessárias através de iniciativas legislativas, individuais ou colectivas.

Este trabalho iniciou-se na Europa, em Outubro de 2000, e a primeira conclusão a que cheguei é que, no fundamental, a situação é determinada pelos interesses e necessidades dos países estrangeiros que acolhem os portugueses e com uma diminuta intervenção do Estado Português.

A segunda leitura foi também evidente. Se hoje ainda se ensina, se aprende e

só algumas informações que nos haviam sido dadas durante a semana de trabalho junto das comunidades portuguesas com quem contactámos:

– Em França, haviam sido reduzidos nove horários com cerca de 22 de horas cada;

– Na Holanda, a grande maioria dos professores portugueses que leccionava a língua portuguesa era paga pelo governo holandês e não tinha acesso às poucas acções de formação pedagógica dadas pelo governo português;

– Na universidade de Amsterdão, a ausência de apoio do Governo português ao longo dos anos havia inviabilizado o interesse desta instituição universitária para que o ensino da Língua Portuguesa constituísse uma licenciatura ao nível de outras línguas da União Europeia;

– Na Suíça fora extinto o ensino recorrente, apesar da discordância da comunidade portuguesa aí residente;

– Na Suíça também, era cada vez mais preocupante a não igualdade de oportunidades e mesmo alguns processos de guetização de que eram alvo as crianças e os jovens portugueses e luso-descendentes no seio do sistema educativo;

– Na Alemanha havia centenas de alunos sem aulas de língua portuguesa;

– Havia professores estrangeiros a leccionar a língua portuguesa à comunidade;

– Havia alunos que tinham que percorrer 30 a 40 Km para poder frequentar um curso de língua portuguesa;

– Havia professores colocados localmente sem concurso e sem encargos para o governo português;

– Em Espanha, os professores portugueses não tinham nenhuma protecção social;

– O mais importante instrumento legislativo (o decreto-lei 13/98), relativo ao exercício da função docente no estrangeiro não era cumprido pelo Governo em nenhum destes países.

Inoperância do Governo

Perante a inoperância do Governo do Partido Socialista em avaliar a situação, insistentemente denunciada por conselheiros, por pais e encarregados de educação, por professores, por associações, pelas comunidades de uma forma geral, o Partido Comunista Português apresentou em Março de 2001 um Projecto de Resolução que recomendava ao Governo a criação de um programa de expansão e qualificação do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro, enunciando um conjunto de intervenções fundamentais, na nossa opinião, à concretização deste programa e que passavam:

a) Por um investimento financeiro maior para vencer a grave situação de carência existente, apontando nomeadamente para a expansão da rede do ensino, o aumento de professores e em mais e melhores meios pedagógicos;

b) Pela divulgação na RTPi e RDPi, enquanto serviço público, de programas de qualidade que contribuam e sejam um estímulo para a aprendizagem da Língua e Cultura Portuguesas;

c) Pela utilização da RTPi e RDPi para a divulgação e programação de cursos de Língua e Cultura Portuguesas;

d) Pelo apoio e incentivo às várias formas de cursos existentes no estrangeiro, que entretanto já deram provas positivas, quer seja nos regimes integrados ou para-

los quer seja por entidades privadas ou de iniciativa do movimento associativo;

e) Por uma intervenção persistente junto dos governos onde existam importantes comunidades portuguesas, de forma a conseguir a efectiva integração do ensino da Língua Portuguesa no ensino oficial desses países;

f) Pela elaboração de manuais escolares e outro material pedagógico-didáctico que tenham em conta a especificidade deste ensino;

g) Pela elaboração de programas de acções de formação de professores que tenham em conta a especificidade deste ensino;

h) Pelo reconhecimento oficial da existência das comissões/conselhos de pais, que desempenham um papel relevante na organização dos cursos de Língua Portuguesa;

i) Pela colocação por concurso dos coordenadores do ensino no estrangeiro;

j) Por uma verdadeira articulação entre os vários ministérios nesta área (Ministério da Educação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Cultura), de forma a melhor rentabilizar os meios materiais e humanos em benefício da promoção da Língua e Cultura Portuguesas;

k) Pela regulamentação imediata do regime jurídico que está previsto no Decreto-Lei n.º 13/98, de 24 de Janeiro;

l) Pela elaboração de um «Livro Branco» sobre o ensino da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro e que, para o efeito, sejam ouvidos os vários intervenientes: Conselho das Comunidades, estruturas sindicais dos professores, comissões/conselhos de pais e encarregados de educação e movimento associativo das comunidades portuguesas.

Mais uma vez, o Partido Socialista se recusou a viabilizar com este Projecto de Resolução, discutido conjuntamente a um outro do PSD, as acções que a análise da realidade exigiam.

O Partido Socialista solicitou que estas iniciativas descessem à Comissão da especialidade – Educação, Ciência e Cultura – sem votação, protelando no tempo um número significativo de medidas.

Finalmente, durante o mês de Julho, foi possível aprovar por unanimidade um texto final, substitutivo destes projectos de resolução que ficou, na nossa opinião, muito aquém da nossa iniciativa.

O Projecto de Resolução aprovado não reconhece a necessidade da criação de um programa de qualificação e expansão da Língua e da Cultura Portuguesas, não reconhece o papel relevante desempenhado pelas associações de pais e encarregados de educação e ignora a necessidade dos coordenadores do ensino no estrangeiro serem colocados por concurso, como, insistentemente, os professores têm vindo a solicitar.

Entretanto, em Abril/Maio, o Grupo de Trabalho deslocou-se ao Canadá e aos Estados Unidos. E, se dúvidas ainda pudessem existir relativamente à inércia do Governo do Partido Socialista no que ao ensino da Língua e defesa da Cultura Portuguesas diz respeito, a situação encontrada fora da Europa foi de facto clarificadora.

(* Intervenção (I) no encontro promovido pelo PCP, a 9 de Julho, em Lisboa, sobre «A língua portuguesa e a sua presença no mundo».



ticular projecção a acções de apoio à utilização do português como língua de trabalho das organizações internacionais, ao ensino de português como língua segunda e à didáctica do português no estrangeiro».

O Governo comprometia-se também a criar um Conselho Consultivo dos luso-descendentes, que se pronunciará sobre variados temas, como por exemplo o ensino.

E estas propostas decorriam do facto, considerado relevante e estratégico, da Língua Portuguesa ser uma das Línguas mais faladas quer em termos europeus, quer a nível mundial.

E por isso se propunham muitas outras medidas, como, por exemplo:

– A concepção de programas de formação de professores de português como língua estrangeira.

– A elaboração de programas radiofónicos de ensino de português como língua estrangeira.

– A organização no ano 2000 de um Fórum sobre a Projecção da Língua Portuguesa no Mundo, destinado a traçar um quadro atualizado da situação.

Mas das promessas não se passou à intervenção.

E as comunidades de portugueses e de luso-descendentes faziam ouvir o seu descontentamento perante o que consideravam de situação caótica, quer a defesa da Língua quer da Cultura portuguesas pelos diferentes cantos do mundo, denunciando diagnósticos preocupantes, resultado da inércia governamental e do decréscimo de verbas indispensáveis para responder às necessidades mínimas e até a compromissos assumidos.

se defende a Língua e a Cultura Portuguesas, é acima de tudo graças ao empenhamento e ao trabalho das comunidades portuguesas – quer através das associações, quer das colectividades, quer das escolas, quer dos contactos com os diferentes patamares do poder local e central dos países de acolhimento.

Depois das muitas reuniões e contactos realizados em França, na Suíça, na Alemanha e na Holanda e perante as necessidades e as dificuldades encontradas, o Partido Comunista Português formulou uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2001 no montante de 1 milhão e 500 mil contos.

As verbas que estavam previstas nos diferentes ministérios que tutelam estas áreas eram manifestamente insuficientes.

A proposta que o PCP apresentou traduzia, de forma realista, a resposta que urgia dar às dificuldades financeiras mais prementes.

No entanto, o Partido Socialista votou contra esta proposta, inviabilizando, na prática, o que afirmava querer nas intenções do discurso.

Não pretendendo ser exaustiva, refiro

Arquitetura

• Manuel Augusto Araújo

Em dezoito cidades portuguesas, a que agora se acrescentaram mais algumas, o ministro Sócrates deu corda a enormes relógios que lembram aos cidadãos como é urgente apanhar o comboio do tempo porque cada segundo que passa é um segundo perdido para a sua cidade. Preciosos segundos que irão ser recuperados pelo programa Polis a fazer desaguar mais ou menos duzentos milhões de contos, antes de deduzido o mais ou menos um milhão em operações de publicidade e marketing, o que dará uns significativos x contos/por segundo (não vale a pena fazermos as contas, esperemos até Sócrates as revelar porque de certeza já as fez, não é homem para se esquecer desses pormenores) aplicadas em acções que irão mudar superficialmente a imagem das cidades beneficiadas, numa cosmética que trará resultados mas não segue uma lógica de planeamento urbano, de verdadeiras melhorias sociourba-

mentos e na selecção do mobiliário urbano, como definiram com ironia quanto basta e forte sentido crítico Siza e Nuno Portas num diálogo em que questionavam genericamente este tipo de acções, que estão a acontecer um pouco por todo o lado, e não se centram num estudo sério social, histórico e urbanístico, e cuja primeira consequência é promover uma forte especulação imobiliária nas áreas adjacentes a essas zonas.

Fragilidades

As fragilidades do Polis são sempre bem visíveis, agravadas por se tratar de um programa cujo orçamento é feito à custa de dinheiros retirados a outros programas operacionais e que reforça a centralização do poder traduzindo-se no que Helena Rose-ta, justificando a suspensão do seu mandato de deputada para

As cidades e o marketing



não votar o Polis, claramente denunciou como o tratar-se de (...) «um grupo de intervenções de prestígio que se inspira no modelo Expo, pretendendo mudar a imagem do espaço urbano, em qualidade e com rapidez (...)» e insurge-se contra «esta política de cidades que se esgota num paradigma de sucesso a curto prazo contra uma intervenção pública no tecido urbano que terá que ir muito mais longe».

O modelo do Polis acabará por produzir áreas bem mais agradáveis à vista, uma espécie de cenário miraculoso que irrompe pela fealdade

nísticas, de zerzir os esgaçados tecidos urbanos, recuperando-os e recuperando na capacidade de apropriação desses espaços pelas pessoas.

É o coordenador do programa Polis, Nunes Correia, quem esclarecedoramente explicita o eixo central do tipo de intervenções exemplificando-a: (...) obviamente é utópico deitar o Cacém abaixo e construir um novo. Mas se se criarem novas condições, como um centro cívico e zonas pedonais, isso será uma melhoria para a qualidade de vida das pessoas que ali vivem (...).

Dito assim é inquestionável que algo irá melhorar nas dezoito, vinte ou vinte e duas cidades que foram seleccionadas, não se sabe bem com que critério, pelo poder central para aí intervir, deixando, no entanto, intocados os problemas de fundo das cidades e de ordenamento do território que passam pelo problema central de uma nova política de solos, por uma política que privilegie a recuperação do parque habitacional e de realojamento das populações.

O Polis arrisca-se a ser, é de facto, uma soma de intervenções de supostas requalificações urbanas centradas no fecho de algumas ruas ao trânsito, no desenho ou não desenho dos pavimentos

suburbana, e que é desde logo ameaçado por pressões imobiliárias, a que provavelmente cederá e que, na maioria dos casos, são conduzidas pelos mesmos que as construíram e que agora se dispõem a destruir o que construíram para as reconstruir por padrões de qualidade ainda por conhecer.

Poderá, nos melhores casos, originar uma espécie de oásis rodeados pelos mesmos continentes, e o grande e grave risco é o tomarem-se em oásis de chorudas mais-valias, as mais-valias que estas supostas requalificações urbanas normalmente promovem.

A revitalização das cidades é um paciente trabalho sociourbanístico que tem que incidir tanto no tecido social como no tecido urbano e cujo sucesso depende não só do modo como se realiza o planeamento urbano mas é sobretudo assegurada por uma política de solos e uma reforma fiscal que controle os mecanismos ultraliberais do mercado imobiliário.

O Polis é duzentos milhões de contos gastos em cosméticas de maior ou menor sucesso, do sucesso a todo o custo na boa tradição cavaquista, descontado o milhão que Sócrates reservou para brunir a sua imagem de campeão de corridas contra o tempo medido pelos relógios que ele próprio controla.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Versos de amor

Mil maneiras

Se quiseres flores
levo-te gladiolos.

Um livro
se fores em viagem.

A minha mão
na tua testa
se tens febre.

Um CD
para quando trabalhas.

Eu sei tudo isso. Eu sei.
Mas se quiser dizer-te
uma palavra
da alma
uma palavra
a palavra
qual?

Não te alarmes, rapaz.
Sabes outras maneiras de dizê-la.

Poema a Éluard

Liberdade...

Infelizmente
sou obrigado
a nada dizer
sobre o assunto.

Começo a escrever
isso começo
mas tudo me sabe a Éluard.

Digo ao poema: deixa,
está bem entregue
podes confiar.

Ele
põe a mochila aos ombros
e segue pela orla do mar.

Familiar

O Diogo dorme
a sesta.

A cara de luar
as mãos quietas de flor.

Nunca se viu guerreiro mais pacífico.

História em Vila Real

(Para Frederico Neves)

A sede do Partido em Vila Real
não podia chamar-se outra coisa
além de Centro de Trabalho.
As máquinas, os livros,
os materiais dispersos
as mesas atulhadas.

Mas não é por isso.

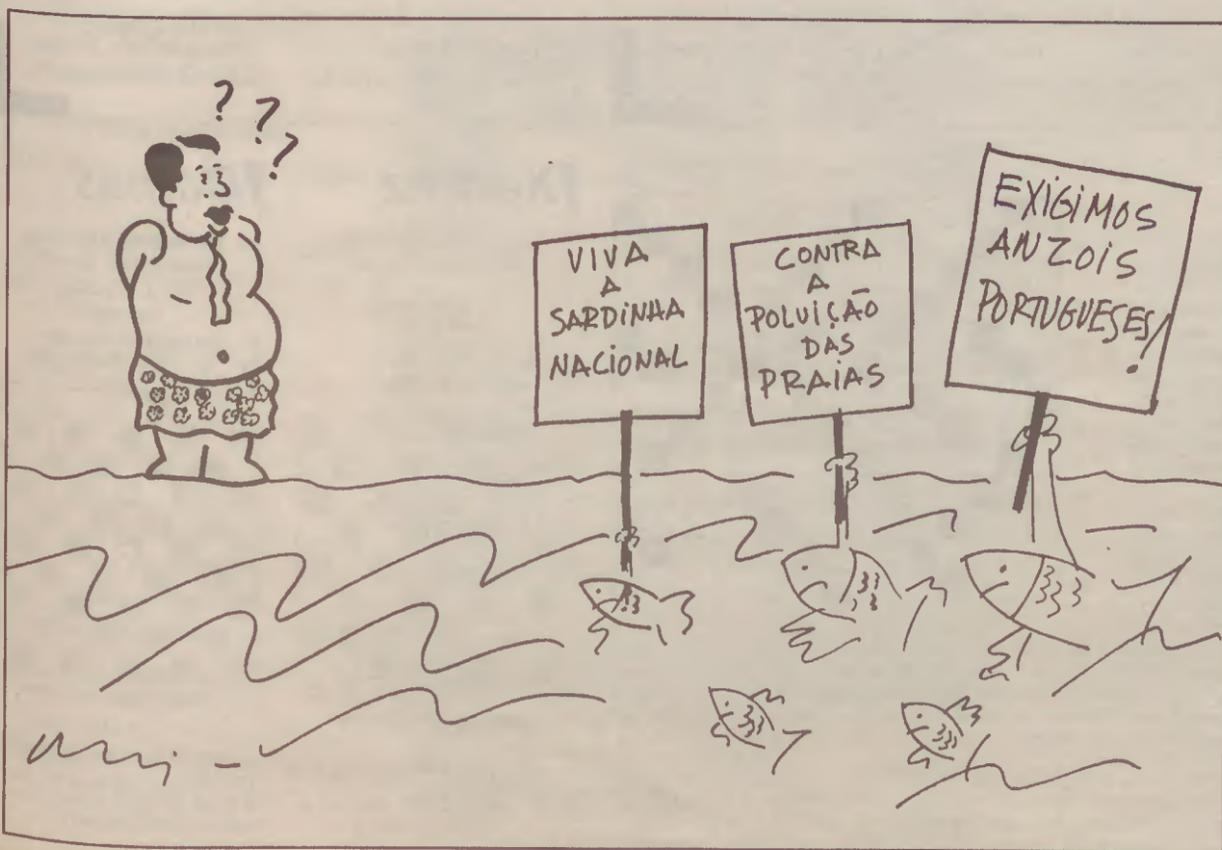
Há tempos ofereceram para o Centro
Uma planta. Raquítica. E trstinha.
Tinha os dias contados.

Mas não, mas não!
Ganhou forças, cresceu
fez-se uma senhora planta
as folhas dão a ilusão
de envernizadas.

Abafa-se, no Centro de Trabalho.
A planta resistiu.
Aprendeu a lição,
foi o que foi.

Cartoon

• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

Nos tempos da ino-
cência, começou por
se falar em *grupos*
de pressão. Tratava-se, então, da
existência de pequenos mas influen-
tes núcleos de interesses que visa-
vam objectivos limitados. Por exem-
plo, se o poder político, legislativo
ou executivo, propunha opções que
não convinham a certos grupos eco-
nómicos, estes procuravam constitui-
r, *no interior do poder dominante*,
centros de opinião atípicos que, pas-
sando despercebidos, exercessem
influências determinantes nas deci-
sões políticas a tomar. A expressão
grupos de pressão só pelo adiantar do
século XX veio a entrar na nossa
linguagem corrente. Foi por essa
altura que a noção se sistematizou
embora, como prática intuitiva,
desde sempre tenha existido nas for-
mas de relação social mais elemen-
tares.

Pouco tempo foi entretanto pre-
ciso para transformar radicalmente
este conceito. O *grupo de pressão*
deixou de ter fronteiras exactas.
Se, inicialmente, era apenas eco-



A Rosa dos Ventos (I)

nómico, político, religioso, corporativo, humanitário
ou cultural, as próprias mudanças da sociedade moti-
varam sucessivos cruzamentos entre grupos afins mas
com implantação em áreas diferentes. O *grupo de*
pressão tornou-se interdisciplinar, determinante e
essencialmente político. Surgiram os *lobbies* cuja
intervenção não visa uma ou outra melhoria pontual
mas que procuram assumir o comando de cada sector.
Multiplicaram-se os *clusters* ou *nichos*, os *boards* ou
juntas administrativas, as *fundações*, os *institutos*, os
grupos de reflexão e de aconselhamento situados em
áreas estratégicas. Pontificaram os *«opinion makers»*
(fabricantes de opinião), manipuladores profissionais
das massas, os *conselheiros de imagem*, os *analistas*,
os *especialistas em sondagens* ou os *comunicadores*,
sempre ligados a grupos de pressão cujo anonimato
tem sido rigorosamente resguardado. Formaram-se,
nos estados mais desenvolvidos do mundo capitalista,
gigantescas multinacionais cujo negócio exclusivo é o
estudo e planificação, em qualquer país do mundo, de
actos eleitorais com resultados - vencedores e lucra-
tivos - previamente garantidos.

Ilusão e embuste

A vida comum de cada simples cidadão da *socie-*
dade de mercado (também chamada *sociedade da*
comunicação) decorre num clima de ilusões e de
embustes, sem que ele entenda o que se passa mesmo
ali a seu lado. É hoje perfeitamente possível viver-se

toda uma vida num país virtual onde os valores pro-
postos - éticos, sociais, políticos, económicos, cultu-
rais - são aquilo que não são. A democracia, as ideo-
logias, a fé, tornaram-se mercadorias que se valori-
zam ou perdem o seu valor segundo a lei da oferta e
da procura. Alienado da realidade, o cidadão comum
julga-se, no entanto, consciente e bem informado.
Todavia, estimulado por instituições pervertidas, o
mesmo cidadão conserva o quadro de referências de
um passado cada vez mais ausente e julga-se emol-
durado por igrejas, religiões, partidos e movimentos
que perderam os seus ideários ou a sua fé. Julga-se
livre mas é conduzido pela invisível **Rosa dos Ven-**
tos que comanda as bolsas e enche de moedas de ouro
os cofres dos banqueiros e as carteiras dos oportu-
nistas e dos exploradores.

Por entre as malhas desta rede de intrigas e de forja-
das ilusões as cúpulas do poder religioso movimentam-
-se em pleno à-vontade. Negociam entre si as situações
de topo do *ranking* religioso e constituem-se em agen-
tes activos da sociedade de consumo. As liberdades e
os direitos religiosos são negociáveis. O peso das teolo-
gias oscila, como na bolsa de valores, conforme estejam
- ou não estejam - bem cotadas no Vaticano. Os funda-
mentos ideológicos da fé podem reavaliar-se e actuali-
zar-se segundo as imposições da ética mais favorável ao
sistema político-religioso do momento.

Como é evidente, a **Rosa dos Ventos** não é palavra
de código mas uma simples metáfora. É uma legenda
simbólica que permite entender melhor o que de facto
se passa no país real.

Pontos Cardeais

Évora I

O *Expresso* da semana
passada garantia em títu-
lo: «**Évora em risco**
para o PCP». Porquê? O
Expresso explicava, com
«factos» do seguinte jaez.

Porque, «perdida a
maioria absoluta em
1997, os comunistas
receiam que a vitória do
histórico Abílio Fernan-
des, desta vez, esteja
mesmo em risco».

Porque Évora «parece
ser o concelho mais pro-
blemático para os comu-
nistas, de todos os que
dominam no Alentejo».

Porque «Abílio Fern-
andes é hoje um autarca
contestado por parte da
população, mesmo do
PCP» e «longe vão os
dias em que a sua actua-
ção era tida como exem-
plar».

Porque os comunistas,
em Évora, «parecem não
conseguir passar a men-
sagem de capacidade
para a prossecução de
novas políticas».

O perspicaz jornalista
do *Expresso* só não expli-
ca onde diabo estão os
tais comunistas e «parte
da população» que
«receiam», por que é que
Évora «parece» um con-
celho problemático para
os comunistas (cujos
serão os mesmos que
«receiam?»), onde, por
quem ou porquê é Abílio
Fernandes «contestado»,
por que «vão longe os
dias em que a sua actua-
ção era tida como exem-
plar» (e agora? não é
exemplar? quem lhe nega
a exemplaridade?!...) ou
por que é que os comu-
nistas, em Évora, «pare-
cem não conseguir passar
a mensagem» (porquê?
como? onde? quando?).

Enfim, o jornalismo do
Expresso em todo o seu
esplendor...

Évora II

Na mesma página, o
Expresso perorava ainda o
seguinte, sobre o mesmo
tema: «Se a derrota em
Évora é o grande risco
que os comunistas en-

frentam nas próximas
autárquicas, a vitória em
Setúbal é a maior espe-
rança da CDU» que,
«para tentar ganhar ao PS
o município setubalense,
avança com Carlos Sousa,
o actual presidente da
Câmara de Palmela».

Curiosíssimo. O *Ex-*
presso decidiu que os comu-
nistas enfrentam «o
grande risco» de perder
em Évora, pelo que,
ainda segundo o *Expres-*
so, apostam em Setúbal,
«a sua maior esperança».

Ora Setúbal é uma
Câmara PS e se os comu-
nistas apostam nela,
então o PS está em risco
de a perder. Assim sendo
- e é o *Expresso* que o diz
ou induz - tão legítimo é
dizer que o PCP aposta
em Setúbal porque teme
perder Évora, como dizer
que o PS investe em
Évora porque teme per-
der em Setúbal...

Mas tal coisa não ocor-
reu ao *Expresso*. Para o
semanário de Pinto Bal-
semão, quem tem proble-
mas é o PCP, cujo, aliás -
como também «denun-
cia» o *Expresso* citando
palavras de Lino de Car-
valho - ainda por cima
«acusa a comunicação
social de não ser isenta».

Se a comunicação soci-
al fosse apenas o *Expres-*
so, qual seria a dúvida?

Vitórias

Parece que o Protocolo
de Quioto foi «salvo» *in*
extremis, apesar de os
EUA recusarem cumprir
o que antes se haviam
comprometido a fazer
(reduzir as emissões tóxi-
cas para a atmosfera),
quando o assinaram. E foi
salvo porque o Japão con-
cordou com ele, deixando
os EUA completamente
isolados. Mas o Japão
concordou em que condi-
ções? Vendo garantido o
seu direito de continuar a
poluir e prometendo que
vai reduzir as emissões de
gases... daqui a 10 anos.

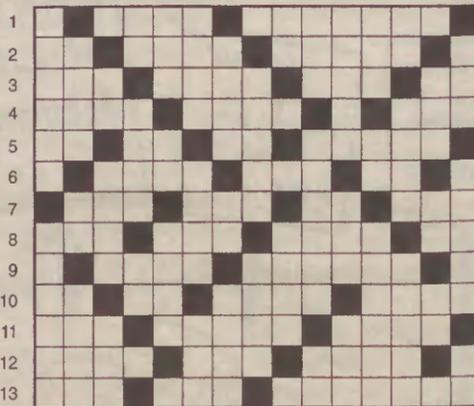
A isto chamou-se «a
vitória possível». Pergun-
ta-se: vitória de quem?!...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Roupas exteriores; lugar onde crescem cacateiros. 2 - Nome da letra I (pol.); planta trepadeira da família das araliáceas; sibilo. 3 - Designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção (prep.); quinto mês do ano civil; transpira; a ti. 4 - Agastamento; gruta; monarca. 5 - Observei; caminhar; sétima nota da escala musical; planta gramínea. 6 - Cinzento-azulado; um milho; existes. 7 - Reduz a pó; discurso em público; que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; aia. 8 - Dez vezes dez; jogo de cartas em que o ganho é para o parceiro que primeiro reúne um naipe completo; enfurecer; carta de jogar. 9 - Terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas; na parte posterior. 10 - Pedra de amolar; grito aflitivo; piedade; massa de farinha, açúcar e outros elementos, cozida no forno ou frita. 11 - Altar cristão; aquele que governa na abadia; designação genérica de grande número de plantas trepadeiras, sarmentosas ou volúveis, herbáceas ou lenhosas, de hastes flexíveis e delgadas. 12 - Escumalha; escudeiro; murro. 13 - Nome próprio masculino; espécie de boi selvagem; inquietação da consciência por culpa ou crime cometido.

VERTICAIS: 1 - Mãe do avô ou da avó; conjunto de vereadores. 2 - Pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; a mim; declamar. 3 - Filho de burro e égua ou de cavalo e burra; substância pegajosa, translúcida, que corre ou exsuda de certos vegetais; naquele lugar. 4 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; tontura; oferece. 5 - Possui; sorri; produz. 6 - Verbal; parte aquosa que se separa do leite ou do sangue depois de coagulados; móvel onde se dispõem e guardam bebidas; Criadas de quarto; nome da letra grega que corresponde ao R latino; carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso. 8 - Fecundo; cada uma das partes distintas e articuladas que terminam pés e mãos do homem, bem como de outros animais. 9 - Aquelas; unidade monetária do Japão. 10 - Pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de, do lado de cá de, deste lado de; situação de vigilância; a si mesmo. 11 - Ameaçar ruína; grande massa e extensão de água salgada; indica várias relações como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc. (prep.). 12 - Bago do cacho da videira; mulher acusada de um crime; relativo à hidrofobia ou à raiva. 13 - Contr. da prep. a com o art. def. o; mulher formosa (fig.); modorra. 14 - Epiderme, especialmente a do rosto; perversa; tecido fino como escumilha. 15 - Conjunto das regras jurídicas estabelecidas pelo legislador; casarão; contr. da prep. de com o art. def. o.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCCCVI - 26 DE JULHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X24

Por: Y. Matantsiev
«64», 1928

Pr.: [3]: Cg2 - Ba3 - Rf1
Br.: [3]: Bc1 - Td5 - Rc4



Branca joga e ganha

SOLUÇÃO DO N.º 2001X24 [Y.M.]
1. Td1+, Rf2e2; 2. Td2+, Re1; 3. Tg2.
Br.: 1. 4. Tg1+, Rd2; 5. Rb3 e.g.

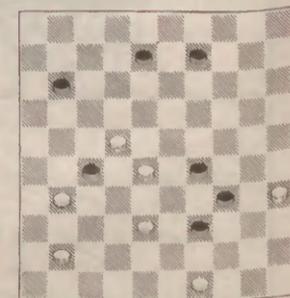
A. de M. M.

Damas

DCCCVI - 26 DE JULHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D24

Por: A. A. Polman
NL - 1927

Pr.: [7]: 8-9-11-21-23-31-40
Br.: [7]: 22-28-31-35-38-41-49



Branca joga e ganha

SOLUÇÃO DO N.º 2001D24 [A.A.P.]
1. 35-30, (27x47=D); 2. 30-25, (47x33);
3. 49-44, (39x50=D); 4. 28x30, (50x17);
5. 30-24, (29x20); 6. 25x21 +

A. de M. M.

Reuniões e outras iniciativas

Barreiro – Entre sexta-feira, 27 de Julho, e 5 de Agosto - **O PCP nas Festas Populares do Lavradio**, com um espaço de Exposição e Intervenção Política, voltado para a preparação das Eleições Autárquicas e para a divulgação da Festa do *Avante!*.

Grândola – Sábado, 28, a partir das 18h30, junto ao Parque Infantil - **Festa-convívio**, com serviço de bar, para apresentação do cabeça de lista à Junta de Freguesia de Grândola, com a participação de António Abreu, da Comissão Política do PCP. Baile popular, com música ao vivo por Noémia Duarte e António Cardoso.

Lisboa – Quinta-feira, 26, às 18h30, no C.T. Vitória - **Plenário de militantes da freguesia da Pena**, para prosseguir a discussão sobre a preparação das Eleições Autárquicas e a composição da lista

Sábado, 28, às 15h00 – Visita dos eleitos do PCP na freguesia de Marvila e na Câmara Municipal aos **bairros dos Alfinetes e Salgadas**. Seguir-se-á, às 17h00, na Sede da Associação de Moradores dos Alfinetes/Salgadas um **debate aberto com a população sobre os problemas do bairro**.

Domingo, 29, na Quinta da Atalaia - **Jornada de Trabalho da organização de Oeiras**, com partida de camioneta às 7h40, de Paço d'Arcos (Mercado) e passagem, às 7h45 por Oeiras (estação); às 7h55, Porto Salvo (SIMPS); às 8h05, Tercena (GRT); às 8h15, Queijas (Igreja); às 8h20, Carnaxide (Ex-VIMECA); às 8h25, Linda-a-Velha (Caixa Geral de Depósitos); às 8h30, Algés (Praça D. Manuel). O regresso da Atalaia será às 17h00.

Seixal – Sexta-feira, dia 27, às 20h00, no Centro de Trabalho do Seixal - **Jantar-convívio**, promovido pela célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, com a participação de eleitos autárquicos.

Solidariedade com Cuba

Festa-convívio

«De Moncada a Playa Girón»

Dia 28, a partir das 21h30, na Sede do Núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba com a presença do Emb. de Cuba, **Reynaldo Calviac**
Poesia, música e solidariedade



Sector de Transportes da ORL

Noite Cubana

no 48.º aniversário
do 26 de Julho,
de solidariedade

com a Revolução cubana

Dia 27, a partir das 20h00,

no Terraço Vitória

com a presença do Emb. de Cuba,

Reinaldo Calviac, e de José Casanova

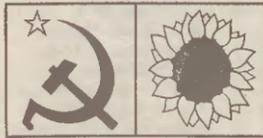
Música com o conjunto

«Lisboa Latina»

e bebidas cubanas



Juventude CDU



Aveiro

Acampamento Regional da JCP, em Angeja, Lugar do Cabecinho: dias 28 e 29 de Julho

Festival Audácia de Conquistar, festival de apuramento para actuação no palco da juventude na Festa: esta semana (dia 27) em **Oliveira de Azeméis, Feira, Oliveira do Bairro**

Grândola

Acampamento Regional da Juventude CDU do Litoral Alentejano que aí promove um jantar alargado, no sábado, 28, às 20h00: Dias 27, 28 e 29 de Julho, no Parque de Campismo Campiférias, em Vila Nova de Mil Fontes.

Baleizão

Almoço-convívio da juventude: Sábado, 28, às 13h00. Às 15h00, realiza-se seguido um debate com Vanessa Silva, membro da Comissão Política da JCP, para discussão dos problemas do alcoolismo na sociedade, seguido de um convívio.

Covilhã

VI Acampamento de Verão da Juventude CDU, sob o lema «Com a esquerda, escalamos o futuro»: nos dias 27, 28 e 29 de Julho, no Covão D'ametade, serra da Estrela.

Monte Gordo

Acampamento Regional da CDU do Algarve durante todo o fim-de-semana, integrando um **Festival de Bandas**, na noite de sábado (no Campo Desportivo do Beira Mar), com actuação de quatro bandas e apuramento de uma delas para actuação no Palco dos Novos Valores na Festa do *Avante!*

Beja

Festival Novos Valores – Espectáculo com apuramento da banda que irá actuar na Festa do *Avante!*: dia 27, na Casa da Cultura de Beja



SÁBADO 28/7/01 festival de bandas
PELAS 15:30 H. do distrito de Lisboa
LARGO DA IGREJA DA REBOLEIRA Uma Banda de cada Concelho do Distrito de Lisboa em concurso para focarem na Festa do Avante!
(Junto ao estádio do Estrela) entrada livre

REVOLUÇÃO, MÚSICA, CULTURA
PORQUE OUTRO MUNDO É POSSÍVEL!

Juventude Comunista Portuguesa



Encontro de Carlos Carvalhas com a Juventude CDU

*Que apoio ao movimento juvenil,
que políticas de juventude,
face ao OE para 2002
e às medidas de contenção da despesa?*

**Hoje, quinta-feira, às 17h,
no Centro Juvenil de Santo Amaro,
Laranjeiro, Almada**



ALMEIRIM

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, com a presença de dirigentes nacionais do PCP e do PEV. Sábado, 28, às 18h00, na Esplanada dos Charquinhos (Rua dos Coruches)

PALMELA

Apresentação pública de Francisco Atalaia, candidato da CDU à presidência da Junta de Freguesia de Marateca, com a presença de Ana Teresa Vicente, candidata à presidência da Câmara Municipal de Palmela: Sábado, 28, às 20h00, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

ERMESINDE

Apresentação pública de José Deolindo Caetano, presidente da Assembleia de Freguesia de Ermesinde, à presidência da Junta de Freguesia de Ermesinde. Sexta-feira, 27 de Julho, às 21h30, na Sala da Lareira da Vila Beatriz.

TROFA

Jantar de apresentação da candidatura CDU à freguesia de S. Mamede do Coronado, com a participação de Victor Augusto, candidato à presidência da Câmara Municipal de Trofa, Paulo Queirós, candidato à presidência da Assembleia Municipal de Trofa, Serafim Brás, membro do CC e da DORP, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP. Sábado, 28, às 20h30, no Restaurante Peixoto.

CABECEIRAS DE BASTO

Inauguração da Sede da CDU em Cabeceiras de Basto, localizada ao fundo da Av. Cardeal D. António Ribeiro (junto ao Quartel da GNR), com a participação de Agostinho Lopes, deputado do PCP na Assembleia da República: Domingo, 29, às 16h00. Na altura, serão apresentados publicamente os cabeças de lista da CDU à Assembleia Municipal e às freguesias de Cabeceiras de Basto. Seguir-se-á um verde de honra.

AMADORA

Encontro com a imprensa para divulgação das opções estratégicas da CDU para a Amadora, com a participação de António Filipe, candidato à presidência da Câmara Municipal: Hoje, 26, às 11h30, no Restaurante Papatagui (no Parque Central da Amadora, junto ao Lago)

CASCAIS

Sardinhada de convívio dos militantes da freguesia de Alcabideche Sábado, 28, às 16h00, no C.T. de Alcabideche (as inscrições fazem-se até ao fim do dia de hoje, pelos telefones 214692145 e 214690223)

MOITA

Encontro de quadros técnicos e intelectuais para discussão das Linhas de Força do Programa Eleitoral: Hoje, 26, às 18h00, no Grupo Tauromáquico Moitense (Travessa João Marujo, n.º 6, Moita) - **Alhos Vedros**. Presença do PCP/CDU nas Festas Populares da freguesia, com um Pavilhão que patenteará ao público uma exposição e documentação do PCP e da CDU e onde se poderá comprar a EP para a Festa do *Avante!*: a partir de Sexta-feira, 27, em Alhos Vedros.
Almoço-convívio com candidatos da CDU: Domingo, 29, às 13h00, no CT do PCP de Sarilhos Pequenos. As inscrições para o almoço (Bacalhau à Brás) fazem-se no Centro de Trabalho e junto dos militantes.

ATVer



Em *Mary Reilly* o conflito «Dr. Jekyll / Mr. Hyde» é-nos apresentado a partir do ponto de vista de uma jovem criada do cientista por ele apaixonada. Um filme de mão cheia

Muriel ou o Tempo de um Regresso

(Quinta-feira, 26.07.01, RTP-2)

Muriel ou o Tempo de um Regresso é reconhecido como uma das obras-primas de Alain Resnais, a quem muitos consideram «o cineasta da memória». Aqui, Resnais confirma isso mesmo ao criar um jogo de memórias e evocações como determinantes para a construção do presente, através da história de uma viúva (**Delphine Seyrig**, magnífica), que vive com um enteado traumatizado pela guerra da Argélia e tenta reatar uma relação amorosa antiga, dos tempos da 2.ª Guerra Mundial. A partir daqui, Resnais faz uma reflexão muito mais vasta sobre o carácter efémero das pessoas e das coisas.

Duelo Imortal III

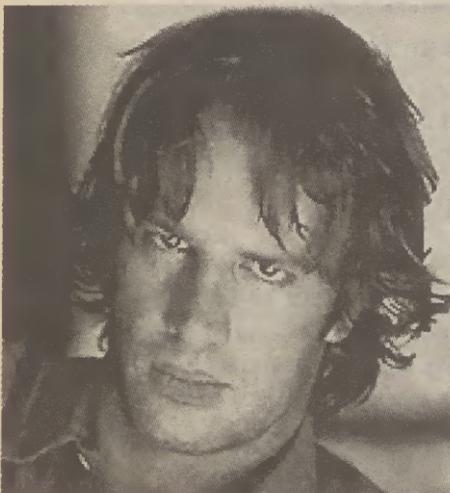
(Quinta-feira, 26.07.01, SIC)

Terceiro episódio do interessante *Highlander - Duelo Imortal*, que lançaria um cabotino como **Christopher Lambert** no estrelato em Hollywood, este **Duelo Imortal III** é de um tédio verdadeiramente mortal, sobretudo quando cotejado com o filme fundador...

Um Crime Real

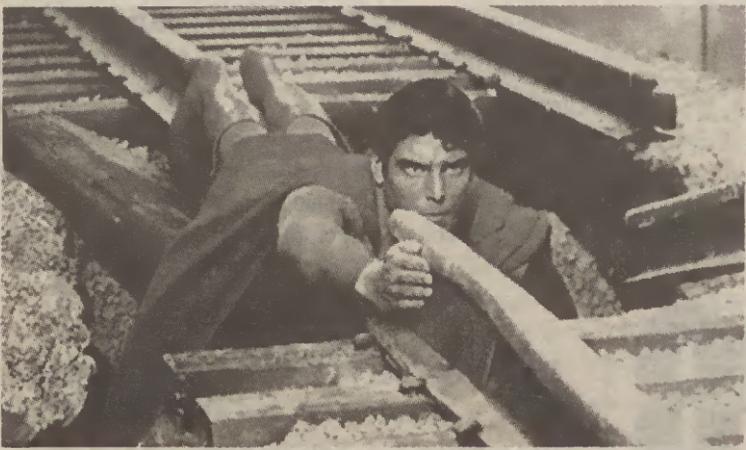
(Domingo, 29.07.01, TVI)

Clint Eastwood é um bocado como o vinho do



Duelo Imortal - III, o 3.º (e mais fraco) episódio de uma saga que lançaria um cabotino como **Christopher Lambert** no estrelato em Hollywood

Superman, o Filme, um investimento colossal para garantir um sucesso estrondoso



Porto – quanto mais velho, melhor, sobretudo na sólida carreira de realizador que, com reconhecido talento, foi construindo ao longo dos anos. Este **Um Crime Real** é mais um bom exemplo dessa trajectória de criação cinematográfica, no caso pondo em questão a pena de morte nos EUA através da investigação de um jornalista (protagonizado pelo próprio Eastwood) que procura provar a inocência de um condenado. O resultado é um *thriller* com todos os matadores.

Superman, o Filme

(Domingo, 29.07.01, RTP-1)

Quando os produtores de **Superman, the Movie** convidaram **Marlon Brando** para encarnar o pai do super-herói nos 10 minutos iniciais do filme, este pediu um *cachet* de cinco milhões de dólares (uma exorbitância ainda hoje, quanto mais em 1977), julgando com isso ver-se livre de uma proposta e de um papel que quem emburrara. Sem pestanejar, estes aceitaram e Brando não teve outro «remédio» que dar corpo a Jor-El, o cientista do longínquo planeta

Crypton que envia para a Terra o filho bebé (o futuro Super-Homem, pois claro!) para o salvar da destruição iminente do planeta natal. Consta que o *cachet* de Brando custou quase tanto como o «resto» do filme, mas por aqui se vê quanto se investiu neste projecto de reanimar uma das mais populares figuras da banda desenhada norte-americana, que já granjeara grande sucesso no cinema e na televisão dos EUA nos anos 50 e 60. E acertaram em cheio: o filme foi um sucesso estrondoso, para o que contribuíram os apuradíssimos efeitos especiais, a eficaz direcção de **Richard Donner**, a música de **John Williams**, a escolha quase mimética do herói (encarnado pela então jovem desconhecido **Christopher Reeve**) e um elenco de luxo encaabeado por Brando mas contando com «pesos pesados» como **Gene Hackman** (magistral, na papel de mau da fita), **Glenn Ford** ou **Jackie Cooper**, a par de ilustres desconhecidos a darem boa conta dos respectivos papéis.

Leon, o Profissional

(Domingo, 29.07.01, RTP-2)

Um assassino profissional sem escrúpulos e uma garota de 12 anos sem família cruzam-se, nos acasos da vida, resultando daí uma delicada e inteligente história de afecto total, com o assassino a proteger a vida da garota até aos limites do possível, num *thriller* violento e impressionante dirigido nos EUA pelo francês **Luc Besson** e superiormente interpretado pelo seu compatriota **Jean Reno**, um actor de mão cheia.

Mary Reilly

(Segunda-feira, 30.07.01, SIC)

Como aconteceu a muitas obras literárias das mais diversos estatutos e proveniências, foi o cinema que deu projecção mundial ao romance *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*, do escritor britânico Robert Louis Stevenson, história de aventuras escrita no último quartel do século XIX que ascenderia ao estatuto de clássico da literatura ocidental ao pôr de pé – com singular simplicidade, aliás – desequilíbrios psicossomáticos e psicológicos com-

Quinta, 26

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.40 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
18.55 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.30 Benny Hill
22.30 Grande Repórter
23.30 Noites de Verão
01.10 24 Horas
01.40 «Crimson» (de Jean Fortuny, Esp-Fr/1973, com Jacinto Molina, Silvia Solar. Fantástico)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 O Tal Canal
15.00 Volta a França em Bicicleta
16.30 Informação Gestual

Sexta, 27

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.40 Vidas Cruzadas
16.20 Privilégio de Amar
17.30 Meu Pé de Laranja-Lima
18.55 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Benny Hill
22.30 Histórias da Noite
23.00 «Testemunha Ideal» (de Elaine H. Sperber, EUA/1989, com Brian Dennehy, Aidan Quinn. Policial)
01.10 24 Horas
01.40 «Pesadelo em Elm Street 2» (de Jack Sholder, EUA/1985, com Robert Englund, Mark Patton, Kim Myers. Terror)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.10 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Pancho Villa

Sábado, 28

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Moda 21
17.00 «A Última Saída» (de Gary Sinise, EUA/1988, com Richard Gere, Kevin Anderson, Brian Dennehy, John Malkovich. Drama)
19.00 Alves dos Reis
20.00 Telejornal
21.00 Estação da Minha Vida
22.00 Sábado à Noite
23.30 Lei Marcial
00.35 Máquinas
01.25 24 Horas
01.45 «Sonhos Virtuais» (de Max Kleven, EUA/1997, com Chip Mayer, Charline Blaine. Suspense)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Maiday
17.00 Desporto 2
19.00 «O Anjo da Guarda» (de Margarida Gil, Port/1998, com



«Porto dos Milagres»



«Super Pai»

17.30 Cidade Louca
18.00 3º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Espaço Infantil
20.00 Sabrina
21.00 2010
21.50 RTP Economia
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37 (Último)
00.50 «Muriel ou o Tempo de um Regresso» (de Alain Resnais, Fr/1993, com Delphine Seyrig, Jean-Pierre Kérien, Nita Klein. Drama)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela-Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.30 Querido Professor
22.30 Porto dos Milagres
23.30 Sai de Baixo
00.30 O Bar da TV
01.00 «Duelo Imortal III» (de Andy Morahan, EUA/1995, com Christopher Lambert, Mario Van Peebles. Ficção Científica)
03.10 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Olhó Video
13.00 TVI Jornal
14.00 112
15.00 Chiquititas
16.00 Batatoon
18.00 Super Pai
19.00 Jornal Nacional
20.00 Futebol: Benfica-Galatasaray
22.00 Olhos de Água
23.00 «Teia Assassina» (de Gail Harvey, EUA/1995, com Adam Baldwin, Ben Cross. Thriller)
00.40 Que Loucura de Família

14.30 Volta a França
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Cidade Louca
18.00 3º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Espaço Infantil
20.00 Sabrina
21.00 Personagens
22.30 Jornal 2
23.10 Um Café no Majestic
00.20 Jazz a Preto e Branco
01.20 «Gertrud» (de Carl Dreyer, Dinamarca/1964, com Nina Pena, Ebbe Rode, Axel Gebuhr. Drama)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela-Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.00 Porto dos Milagres
23.20 Sai de Baixo
24.00 O Bar da TV
00.50 «Amor no Feminino» (de Martha Coolidge, Anne Heche, Jane Anderson, EUA/2000, com Sharon Stone, Vanessa Redgrave, Ellen DeGeneres. Telefilme. Drama)
03.00 Cinemania
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Olhó Video
13.00 TVI Jornal
14.00 112
15.00 Chiquititas
16.00 Batatoon
18.15 Olhó Video
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 «Bliss - Desejo Íntimo» (de Lance Young, EUA/1998, com Craig Sheffer, Sheryl Lee, Terence Stamp. Erótico)
24.00 «Vermelho Escaldante» (de Paul Haggis, EUA/1993, com Balthazar Getty, Carla Gugino, Jan Niklas. Thriller)
02.10 Que Loucura de Família
02.40 Alta Velocidade

Natália Luiza, Pedro Hestnes, Isabel de Castro. Drama)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Bem... Você Percebe
22.30 Jornal 2
23.20 O Lugar da História
24.00 Britcom
01.40 «Christiane F.» (de Ulrich Edel, Alem/1981, com Natja Brunckhorst, Thomas Hausteijn. Drama)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.20 «Coragem Debaixo de Fogo» (de Edward Zwick, EUA/1996, com Denzel Washington, Meg Ryan, Lou Diamond Phillips. Drama)
17.00 «Um Agente dos Diabos» (de Hermann Johr, 1998. Acção)
19.10 Mundo Vip
20.00 Jornal da Noite
21.20 Malucos do Riso
21.50 Cuidado com as Aparências
22.30 «Sem Escape, Vencer ou Morrer» (Longa Metragem)
00.30 Sexappeal

01.50 «A Minha Festa» (de Kandal Kleiser, EUA/1996, com Eric Roberts, Gregory Harrison. Drama)
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Reportagem
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Caras Lindas
16.45 Olhó Video
18.00 Futebol: Boavista-Setúbal
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Ilha da Tentação
23.00 «Passado Trágico» (de Michael Switzer, EUA, com Kelly Megillis, Michael T. Weiss, Shanna Reed. Fantástico)
01.00 Lux
01.50 «Duas Sopeiras em Beverly Hills» (de Robert Townsend, EUA/1997, com Martin Landau, Dennis Rodman, Ian Richardson. Comédia)

Domingo, 29

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 12.30 Planeta Azul
 - 12.00 Jornal da Tarde
 - 12.50 Fórmula 1 - GP da Alemanha
 - 14.55 Made in Portugal
 - 16.10 «Superman, o Filme» (de Richard Donner, EUA/1978, com Christopher Reeve, Gene Hackman, Margot Kidder, Marlon Brando. *Aventura*)
 - 18.50 Alves dos Reis
 - 20.00 Telejornal
 - 21.10 Estação da Minha Vida
 - 22.00 «A Rapariga do Tambor» (de George Roy Hill, EUA/1984, com Diane Keaton, Yorgo Voyagis. *Thriller*)
 - 00.20 Teledependentes
 - 00.50 Fórmula 1 - GP da Alemanha
 - 01.05 24 Horas
 - 01.25 «O Polícia de Nova Iorque» (de Toru Murakawa, EUA/1996, com Toru Nakaruma, Chad MxcQueen, Mira Sorvino. *Policial*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.15 Horizontes da Memória
 - 11.45 Nós e os Animais
 - 12.30 Palácio de Cristal
 - 13.30 Quem Sai Aos Seus
 - 14.00 A Volta dos Homens Honrados
 - 15.00 Desporto 2
 - 18.30 Projecto Golfinho
 - 19.30 Madame Bovary



Ei-lo de volta...



«Madame Bovary», ao domingo na RTP2

- 20.30 Onda Curta
- 21.00 Simpsons
- 21.30 Artes e Letras - Paul Bowles
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Travessa do Cotovelo
- 00.30 «Leon, O Profissional» (de Luc Besson, Fr/1994, com Jean Reno, Gary Oldman. *Policial*)
- 02.45 2010

- ▼ SIC**
- 07.00 Zip Zap
 - 12.00 BBC Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Popstars
 - 15.20 «Lucille, O Fim da Infância» (de Bruce Bressford, EUA/1993, com Albert Finney, Jill Clayburgh. *Comédia*)
 - 17.50 «Dentro e Fora» (de Frank Oz, EUA/1997, com Kevin Kline, Joan Cusack, Tom Selleck, Matt Dillon. *Comédia*)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 «Os 101 Dálmatas - Desta Vez É Real»
 - 23.00 O Bar da TV
 - 01.00 «Escarpar» (de Stuart Gillard, EU A/1997, com Patrick Dempsey, Brigitte Bako. *Drama*)
 - 03.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
- 08.30 Animação
 - 10.00 Cerimónias Religiosas
 - 13.00 TVI Jornal
 - 13.45 Dawson's Creek
 - 15.45 A Escrava e o Presidente (mini-série)
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Futebol (Torneio de Leiria)
 - 23.00 Olhos de Água
 - 24.00 «Um Crime Real» (de Clint Eastwood, EU A/1999, com Clint Eastwood, Isaiah Washington, James Woods. *Thriller*)
 - 02.00 «O Sal na Nossa Pele» (Andrew Birkin e Rodney McDonald, EUA/1992, com Greta Scacchi, Vincent D'Onofrio. *Comédia*)
 - 04.00 Os Últimos Paraísos na Terra

Segunda, 30

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 09.30 Praça da Alegria
 - 12.00 Pedra sobre Pedra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.55 Emoções Fortes
 - 15.30 Vidas Cruzadas
 - 16.30 Privilégio de Amar



«Olhos de Água»

- 17.30 Meu Pé de Laranja-Lima
- 18.55 Quebra-Cabeças
- 19.30 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Bastidores
- 21.55 Sorte Grande
- 23.00 Longa Metragem
- 01.20 24 Horas
- 01.50 «Vigil» (de Vincent Ward, EUA/1984, com Fiona Kay, Bill Kerr, Penelope Stewart. *Drama*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Hora Viva
 - 09.45 Euronews
 - 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 14.00 Universidade Aberta
 - 14.30 «Anjos em Campo Aberto» (de Clarence Brown, EUA/1951, com Paul Douglas, Janet Leigh. *Comédia*)
 - 16.30 Informação Gestual
 - 17.30 Cidade Louca
 - 18.00 3º Calhau a Contar do Sol
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Rotações
 - 19.30 Espaço Infantil
 - 20.30 Sabrina
 - 21.00 O Último Dia
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.20 Cupido
 - 00.10 Artes de Palco - Música
 - 01.30 «Crimes de Aldeia» (de Joyce Chopra, EUA/1999, com Gene Wilder, Mike Starr. *Drama*)
 - 03.00 Andamentos

- ▼ SIC**
- 08.00 Buérré
 - 10.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.10 A Próxima Vítima
 - 15.00 A Viagem
 - 16.00 New Wave
 - 16.45 Estrela-Guia
 - 18.00 Um Anjo Caiu do Céu
 - 19.30 Ganância
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Malucos do Riso
 - 22.00 Porto dos Milagres
 - 23.20 Sai de Baixo
 - 00.10 O Bar da TV
 - 00.50 «Mary Reilly» (de Stephen Frears, EUA/1996, com Julia Roberts, John Malkovich, Glenn Close, Michael Gambon. *Drama*)
 - 03.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
- 08.30 Tiro e Queda
 - 09.30 Animação
 - 11.45 Olhó Vídeo
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 112
 - 15.00 Chiquititas
 - 16.00 Batatoon
 - 18.15 Olhó Vídeo
 - 19.00 Super Pai
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Crianças S.O.S.
 - 22.00 Olhos de Água
 - 23.10 «Força Delta - Spetnatz» (de J. Christian Ingvordsen, EUA/1991, com Lyle Alzado, John Christian. *Ação*)
 - 01.10 Desafio Total
 - 02.10 Strange World

- ▼ TVI**
- 08.30 Tiro e Queda
 - 09.30 Animação
 - 12.15 Bora Lá Marinha
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 112
 - 15.00 Chiquititas
 - 16.00 Batatoon
 - 18.15 Olhó Vídeo
 - 19.00 Super Pai
 - 19.30 Futebol - Sporting-Real Madrid
 - 21.30 Jornal Nacional
 - 22.30 Olhos de Água
 - 23.30 «Uma Vida em Jogo» (de Waris Hussein, EUA/1996, com John Ritter, Tess Harper. *Drama*)
 - 01.30 Ally McBeal
 - 02.40 Que Loucura de Família

Terça, 31

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 09.30 Praça da Alegria
 - 12.00 Pedra sobre Pedra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.55 Emoções Fortes
 - 15.30 Vidas Cruzadas
 - 16.20 Privilégio de Amar
 - 17.30 Meu Pé de Laranja-Lima



«Olhos de Água»

- 18.55 Quebra-Cabeças
- 19.30 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Bastidores
- 21.55 Crime Perfeito
- 23.00 «Robocop - O Polícia do Futuro» (de Paul Verhoeven, EUA/1987, com Peter Weller, Nancy Allen. *Ficção Científica*)
- 01.20 24 Horas
- 01.50 Bandas Fabulosas
- 02.35 «Girls'Night - A Vida é um Jogo» (de Nick Hurran, R. Unido/1998, com Brenda Blethyn, Kris Kristofferson. *Comédia*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Hora Viva
 - 09.45 Euronews
 - 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 14.00 Universidade Aberta
 - 14.30 «Anjos em Campo Aberto» (de Clarence Brown, EUA/1951, com Paul Douglas, Janet Leigh. *Comédia*)
 - 16.30 Informação Gestual
 - 17.30 Cidade Louca
 - 18.00 3º Calhau a Contar do Sol
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Rotações
 - 19.30 Espaço Infantil
 - 20.30 Sabrina
 - 21.00 Fenómeno
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.20 Cupido
 - 00.10 «Acrópole» (de Pantelis Voulgaris, Grécia/1995. *Comédia*)
 - 02.25 A Vida Secreta dos Gémeos
 - 03.15 Rotações

- ▼ SIC**
- 08.00 Buérré
 - 10.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.10 A Próxima Vítima
 - 15.00 A Viagem
 - 16.00 New Wave
 - 16.45 Estrela-Guia
 - 18.00 Um Anjo Caiu do Céu
 - 19.30 Ganância
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.20 Imagens Reais
 - 22.20 Porto dos Milagres
 - 23.30 Sai de Baixo
 - 00.20 O Bar da TV
 - 00.50 «Os Mercenários» (de Artur N. Mele, EUA/1992, com Woody Harrelson, Anne Bancroft, Talisa Soto. *Ação*)
 - 03.35 Portugal Radical

- ▼ TVI**
- 08.30 Tiro e Queda
 - 09.30 Animação
 - 12.15 Bora Lá Marinha
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 112
 - 15.00 Chiquititas
 - 16.00 Batatoon
 - 18.15 Olhó Vídeo
 - 19.00 Super Pai
 - 19.30 Futebol - Sporting-Real Madrid
 - 21.30 Jornal Nacional
 - 22.30 Olhos de Água
 - 23.30 «Uma Vida em Jogo» (de Waris Hussein, EUA/1996, com John Ritter, Tess Harper. *Drama*)
 - 01.30 Ally McBeal
 - 02.40 Que Loucura de Família

- ▼ TVI**
- 08.30 Tiro e Queda
 - 09.30 Animação
 - 12.15 Bora Lá Marinha
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 112
 - 15.00 Chiquititas
 - 16.00 Batatoon
 - 18.15 Olhó Vídeo
 - 19.00 Super Pai
 - 19.30 Futebol - Sporting-Real Madrid
 - 21.30 Jornal Nacional
 - 22.30 Olhos de Água
 - 23.30 «Uma Vida em Jogo» (de Waris Hussein, EUA/1996, com John Ritter, Tess Harper. *Drama*)
 - 01.30 Ally McBeal
 - 02.40 Que Loucura de Família

Quarta, 1

- ▼ RTP 1**
- 07.30 Infantil/Juvenil
 - 09.30 Praça da Alegria
 - 12.00 Pedra sobre Pedra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.55 Emoções Fortes
 - 15.30 Vidas Cruzadas
 - 16.20 Privilégio de Amar
 - 17.30 Meu Pé de Laranja-Lima
 - 18.55 Quebra-Cabeças
 - 19.30 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.05 Bastidores
 - 21.55 «Com Asas nos Pés» (de John Badham, EUA/1985, com Kevin Kostner, David Grant. *Drama*)
 - 00.05 Benny Hill
 - 00.50 24 Horas
 - 01.20 «Bad City Blues» (de Michael Stevens, EUA/1999, com Michael Massee, Michael McGrady, Judith Hoag. *Thriller*)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Hora Viva
 - 09.45 Euronews
 - 11.10 Espaço Infantil-Juvenil
 - 14.00 «Casamento Escandaloso» (de George Cukor, EUA/1940, com Katharine Hepburn, Gary Grant, James Stewart. *Comédia*)
 - 16.30 Informação Gestual
 - 17.30 Cidade Louca
 - 18.00 3º Calhau a Contar do Sol
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Onda Curta
 - 19.30 Espaço Infantil
 - 20.30 Sabrina
 - 21.00 Milongo
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.20 Cupido
 - 00.20 Sinais do Tempo
 - 01.20 O Reino

- ▼ SIC**
- 08.00 Buérré
 - 10.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.10 A Próxima Vítima
 - 15.00 A Viagem
 - 16.00 New Wave
 - 16.45 Estrela-Guia
 - 18.00 Um Anjo Caiu do Céu



- 19.30 Ganância
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 O Fura-Vidas
- 22.30 Porto dos Milagres
- 00.20 O Bar da TV
- 00.50 «Adrenalina» (Longa)
- 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
- 08.30 Tiro e Queda
 - 09.30 Animação
 - 11.45 Olhó Vídeo
 - 13.00 TVI Jornal
 - 14.00 112
 - 15.00 Chiquititas
 - 16.00 Batatoon
 - 18.00 Marés Vivas
 - 19.00 Super Pai
 - 20.00 Jornal Nacional
 - 21.00 Olhos de Água
 - 22.00 Tie Tac Milionário
 - 22.10 «Tudo Bons Rapazes» (de Martin Scorsese, EUA/1990, com Robert De Niro, Ray Liotta, Joe Pesci. *Drama*)
 - 01.00 Que Loucura de Família
 - 01.30 Alta Velocidade
 - 02.20 Direito de Nascer

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto
Correia da Fonseca
Os infiltrados

Durante vários dias, a cimeira dos G-8 em Génova, ou melhor, a contestação mais violenta ao tipo de globalização que os G-8 impõem ao mundo, foi o prato forte dos telenoticiários. Parece claro que o objectivo da tónica informativa posta sobre os aspectos mais «hard» dessa contestação foi induzir na opinião pública a convicção de que quem se opõe à vontade dos auto-assumidos senhores do Mundo são «hooligans» sem escrúpulos e com uma insaciável sede de destruição e tumulto. Aconteceu, porém, a morte de um jovem manifestante, e a visibilidade da morte terá talvez imposto algum recuo à manipulação em curso (dos milhões de mortos que os mesmíssimos G-8 e a sua sacratíssima política já provocaram no planeta ninguém parece lembrar-se, mas essa é uma outra estória). Começou então a ser mais divulgado que as destruições indiscriminadas nas ruas de Génova eram praticadas por apenas umas poucas centenas de contestatários, ao passo que as

utilizados um e outro métodos e, seguramente, não será pela TV que de qualquer modo isso ser irá saber. Porém, que a televisão por todo o lado submetida a estreitos controlos nos tenha permitido saber alguma coisa acerca das provocações é indício indubitável de que as terá havido, e não pequenas.

A estratégia «soft»

Ora, aconteceu que estas alusões acerca de agentes provocadores infiltrados nas ruas de Génova me trouxe à memória uma notícia que a TV nos deu há várias semanas, se não há vários meses, e em que ninguém reparou porque em matéria de política os telespectadores parecem já só ter olhos e ouvidos para as nada inocentes fantochadas do «Contra-Informação». Tratava-se da aprovação pela Assembleia da República de qualquer coisa como o estatuto do agente infiltrado no sistema policial português. Os deputados comunistas votaram contra. Recordo-me de que, então, houve quem achasse mal este voto de recusa: se se tratava apenas de dotar o Estado de meios eficazes para combater a delinquência, designadamente nas suas formas mais graves, porquê dizer «não»? Mas, sem perguntar nada a ninguém e sem necessidade de ser muito esperto, ou acho ter percebido a razão da recusa. É que o Partido Comunista, ao longo da sua história, tem uma experiência longa e infelizmente variada de agentes provocadores infiltrados. E, já que disso estou falando porque a tanto me levaram as aliás discretas notícias acerca desse aspecto do que ocorreu em Génova, não quero deixar de lembrar que nem sempre o agente infiltrado age com métodos primários, género cuspir na cara do polícia que tem na frente e sem viseira ou queimar uma bandeira USA nas barbas de um destacamento dos G.I.s. Até direi, sem grande receio de estar a dizer disparates, que essa ainda é a forma com que o infiltrado causa menos mal à organização em que se integrou. Parafraçando o Herman dos seus melhores tempos, o verdadeiro infiltrado é o infiltrado que não quer ser espectacular e não tem pressa, que vai tecendo a sua teia segundo uma estratégia sábia, que não é levado a desistir por pequenos reveses que sofra, afinal sem dimensão bastante para que lhe tolham o caminho. Felizmente para a generalidade dos contestatários que se manifestaram em Génova, os infiltrados que ali operaram não terão sido desses, e por isso foram tão detectados que até a televisão deu notícias suas identificando-os como aquilo que eram. Como bem se compreende, é o pior que pode acontecer a um infiltrado que se preze. Restam os outros. Porque, como a longa experiência ensina, nisto de infiltrados sobram sempre alguns.

manifestações pacíficas e ordeiras mobilizaram duzentos mil cidadãos de diversas nacionalidades, o que obviamente é mais significativo. Simultaneamente, chegou a haver alusões, embora breves e discretas, a acção de grupos conotados com organizações de extrema-direita mobilizadas para a missão de dar mau aspecto à expressão pública da recusa dos povos em serem usados como carne para engordar milionários. Era a velha técnica da provocação. Embora a televisão pouco me esclareça sobre o assunto, parece que as provocações de Génova terão recorrido a dois métodos, como também é clássico nestas circunstâncias: a utilização de grupos autónomos na verdade de extrema-direita embora muitas vezes dizendo-se muitíssimo de esquerda e, com ainda maior eficácia potencial, a infiltração de agentes provocadores no interior de organizações e de acções autenticamente de esquerda e, por isso mesmo, com práticas responsáveis. É claro que dificilmente alguma vez se saberá ao certo em que medida foram

A talhe de foice

• Anabela Fino

E, no entanto, move-se!

«Se os ricos não tratam da vida dos pobres, um dia serão os pobres a tratar da vida dos ricos.»

A frase, lapidada, é de António Guterres, o mui católico primeiro-ministro português e dirigente de um partido que se intitula de socialista.

Reconhecendo que a globalização capitalista tem «muitos aspectos perfeitamente desumanos», Guterres advoga a necessidade de uma «visão mais humana e menos tecnocrática» por parte das instituições internacionais e dos países ricos.

«Uma perspectiva egoísta pode ser fatal», alertou ainda o primeiro-ministro.

Proferidas a propósito das manifestações de protestos contra a globalização capitalista, em Génova, as afirmações atrás referidas encerram em si mesmas uma filosofia de vida que caracteriza de forma exemplar o seu autor.

Em primeiro lugar, fica-se a saber que para Guterres a existência de ricos e pobres é encarada como uma fatalidade, uma realidade imutável que apenas resta reconhecer e aceitar. Em segundo lugar, infere-se que a solução para a desumanidade da globalização capitalista é o reforço da caridade, ou seja, que os ricos se disponham à generosidade de sacudir mais umas migalhas para a mesa dos pobres.

Em terceiro lugar, conclui-se que a única razão por que os ricos se devem preocupar com os pobres é a de salvar a própria pele e, mais importante ainda, a sua condição de ricos.

Para católico e socialista, é obra.

De uma penada, traído pela verborreia com que na praça pública costuma manipular os incautos, Guterres mandou às urtigas princípios básicos do que diz defender. Ao invés de pregar a igualdade dos homens advoga a discriminação, deixando evidente que, incapaz de acreditar no milagre dos pães, se rendeu ao dito popular, nada católico, de que quem parte e reparte e não fica com a melhor parte, ou é tolo ou não sabe da arte. Em vez de defender a transformação do mundo preconiza o conformismo, demonstrando que o seu socialismo, há muito metido na gaveta, foi comido pelas traças do capitalismo.

É evidente que Guterres, tal como os seus congéneres da globalização capitalista, está com medo. Centenas de milhar de pessoas de todas as nacionalidades protestando nas ruas, como sucedeu em Génova, intimidam, e o recurso à brutalidade da repressão policial contra manifestantes pacíficos só demonstra que a razão da força é o único argumento que resta contra a força da razão.

Enquanto os mais ricos do planeta procuram ilhas desertas para se reunirem longe dos protestos populares, Guterres, confinado à modéstia do País, enterra a cabeça na areia. O resultado não é muito diferente.

O mundo é composto de mudança. Quando doutos juízes obrigaram Galileu a «reconhecer» que a Terra era o centro do Universo, ponto fixo e imutável para toda a eternidade, recorrendo às mais terríveis formas de repressão e ao mais feroz obscurantismo, muitos foram os que resistiram, mesmo quando pareciam claudicar, persistindo na busca da verdade. Tal como no passado, os galileus do presente sabem que Terra se move, e se transforma, seja qual for a mentira que nos servem travestida de verdade oficial. E esses são os homens do futuro.

Secretismo e tentativas de amedrontamento suscitam protesto da CCT

Petrogal oculta

«Algo de muito estranho parece estar a passar-se», denunciou a Comissão Central de Trabalhadores, que relaciona o comportamento da administração com «o quadro nefasto da privatização».

A estrutura representativa dos trabalhadores tomou conhecimento de duas comunicações internas e uma deliberação do conselho de administração da Petrogal que evidenciam «uma perspectiva de gestão que se supunha não ser possível voltar a ser encarada e, menos ainda, aplicada» - revela a CCT, num comunicado em distribuição pelo pessoal da empresa.

Uma das comunicações diz que será feito um «levantamento dos colaboradores que têm acesso à informação confidencial em matéria de recursos humanos que foi

indevidamente divulgada», para proceder a «apuramento de responsabilidades e medidas de protecção adequadas».

A imposição do segredo ocorre quando há vultosos cheques confidenciais

Com a mesma finalidade, a Petrogal quer também proceder ao «levantamento dos colaboradores que, no seu legítimo direito à opinião, têm, de forma exacerbada e incorrecta, utilizado os meios que a empresa pôs à disposição para denegrir a sua imagem e dos restantes colaboradores».

A administração comunicou igualmente que detectou «repetidas violações da regra da confidencialidade no processamento de remunerações,

que deverão dar origem a um inquérito disciplinar».

Um trabalhador, que - identificando-se - divulgou na rede de comunicações interna da Petrogal um texto que a administração julgou «denegrir a imagem e o bom nome da empresa, de membros dos órgãos sociais e de alguns dos seus colaboradores», mereceu suspensão preventiva, com impedimento de entrada nas instalações.

«Haverá algo de tenebroso que necessite ser ocultado e apenas reservado a alguns eleitos, que se pretende venham a dominar a Petrogal ou uma Petrogal reduzida ao mínimo dos mínimos», questiona a CCT, considerando que «algo de muito estranho parece estar a passar-se, ao mesmo tempo que o secretismo e as tentativas de amedrontamento coincidem com a entrega de vultosos cheques confidenciais a alguns».

A Comissão de Trabalhadores não entende «por que continua a não haver difusão de informações importantes, que devem ser do conhecimento dos trabalhadores e das suas organizações», o que iria contribuir «para o conhecimento real da empresa» e para «proporcionar uma visão do futuro pretendido».

Face a tal comportamento da administração, a CCT afirma que «nunca foi nem será assim que a Petrogal se desenvolverá para servir dos interesses do País e a economia nacional», salientando que «nem foram estas as perspectivas e o modelo de gestão» que o presidente da Galpenergia transmitiu aos representantes dos trabalhadores. «Algo de muito grave se está a passar no quadro nefasto da privatização, e o que já está à vista é muito mau», conclui o comunicado.

Imobiliário não pode acabar com a Indep

O PCP entregou antontem na AR um requerimento em que considera que a decisão de encerrar a Indep «fere os interesses nacionais, atinge o direito ao trabalho e abre a grave suspeita de que rasteiros interesses imobiliários estão a sobrepor-se a tudo o resto».

O requerimento ao Governo, subscrito por João Amaral e Vicente Merendas, seguiu-se a uma visita deste

deputado à fábrica de Braço de Prata, a convite da Comissão de Trabalhadores. Na semana passada, em plenário, os trabalhadores rejeitaram a decisão, anunciada dia 13 pela administração, de encerramento até final do ano; tal opção, dizia-se na resolução divulgada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, irá «premiar aqueles que, pela sua incompetência e incapaci-

dade, sempre apostaram em reduzir a capacidade instalada na Indep» e «aqueles que apostam na especulação imobiliária, em detrimento da capacidade produtiva».

A prevalência da especulação, referem os deputados comunistas, fica evidenciada pelo facto de, na tomada de decisão de encerramento da fábrica militar se admitir a possibilidade de transferência de instalações. «Se

entendesse mudar a empresa do local, o Governo deveria fazer depender a disponibilização para o imobiliário dos valiosos terrenos onde hoje se localiza a Indep (próximos da zona da Expo) da resolução do problema da transferência», mas foi decidido «o contrário, isto é, a disponibilização rápida dos terrenos, mesmo antes de assegurar a transferência e, portanto, mesmo à custa da sobrevivência da empresa».

O PCP defende que «esta situação da Indep pode e deve ser alterada», uma vez que «a empresa é viável e interessa ao País e à sua malha industrial», enquanto «os interesses imobiliários não se podem sobrepor aos interesses nacionais».

No requerimento nota-se que, ainda a 2 de Julho, foi nomeada uma nova administração, cujo elenco passou de 3 para 5 elementos; a proposta de lei de Programação Militar faz várias referências à dinamização da indústria de defesa, incluindo a Indep; esta tem trabalho assegurado até ao fim do ano e potenciais encomendas para 2002; recentemente foi feito um investimento avaliado em 3 milhões de contos; desde 11 de Julho já foram recusadas encomendas superiores a um milhão de contos; e os programas sucessivos de dinamização da Indep têm ficado sempre por concretizar.



A situação da INDEP pode e deve ser alterada

Covilhã Acusações sem esclarecimento

A CDU decidiu enviar à Procuradoria Geral da República, ao Ministério do Ambiente, Planeamento e Ordenamento do Território e à Inspeção Geral da Administração do Território o teor das acusações

que os candidatos do PS e do PSD (este, actual presidente) à Câmara Municipal da Covilhã têm vindo a trocar entre si, relativas a alegadas irregularidades no domínio do urbanismo que ambos dizem conhecer

mas nenhum esclarece. A CDU pretende, desta forma, clarificar a situação, já que o PS e o PSD, responsáveis políticos pelo clima de suspeição criado na cidade e no concelho, não o fazem.

